

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA ECONOMIA TRIBUTARIA DE BOLIVIA

O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES FRENTE À CRÍSE ATUAL

MATERIALS AND METHODS

Tese de Doutramento apresentada
ao Instituto de Economia da
Universidade Estadual do Campi-
nas para obtenção do título de
Doutor em Economia, sob a direc-
tação do Prof.Dr.Luiz Gonzaga de
Mello Belluzzo

1156

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO
E SUAS TRANSFORMAÇÕES FRENTE À CRISE ATUAL

NATERMES GUIMARÃES TEIXEIRA

Tese de Doutoramento apresentada
ao Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de
Doutor em Economia, sob a orientação
do Prof.Dr.Luiz Gonzaga de
Mello Belluzzo

1985

"Não desconhecemos: esta providência conduzirá a uma forte concentração do sistema financeiro privado, que é, necessária e saudável. Só subsistirão as instituições realmente competitivas que não se deixaram empolgar pelo frenesi do cassino sem risco em que se transformou o mercado financeiro deste país. Às objeções dos 'especialistas', respondemos como o grande florentino: SEGUI IL TUO CORSO, E LASCIA DIR LE GENTI!"

De João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo sobre o saneamento financeiro do setor público - Fórum Gazeta Mercantil (1983)

A memória de meu pai

Para Marina, Eduardo e Clarice, meus filhos

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, este não é um trabalho que termina, mas na verdade, o ponto de partida para um estudo mais profundo e abrangente. Até esta fase, algumas pessoas deram maior contribuição a esta versão "inicial", dentre as quais merecem especial agradecimento:

- Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo que sabendo "*onde dormem as andorinhas*", me orientou e indicou o rumo a seguir;
- Wilson Cano e Mario Possas, pela imensa ajuda que vem reafirmar a amizade que nos une, "*em tom cada vez maior*";
- João Manuel Cardoso de Mello, Ferdinando de Oliveira Figueiredo e Fernando Nogueira da Costa, pelos comentários e sugestões que fizeram a partir da leitura dos meus rabiscos, ainda "*sem pauta*";
- Wanderley Gaido, pela presteza no árduo serviço de computação, decerto atenuado pelas sessões musicais tecnicamente perfeitas, mas ... "*sem alma*";
- Orlando Carlos Furlan, pela sua habitual dedicação e que, com sua "*batuta*" regeu magistralmente a eficiente "*orquestra de tecladistas*", destacando o "*naipes*": Vera, Rosangela, Amélia e Cida;
- Tercio, Gilberto, Marcelo e Anselmo, estagiários que, na enfadonha etapa do *Método Bonna*, realizaram suas tarefas com abnegação;
- Angela, minha mulher, que sempre com carinho, me acompanhou - embora "*de ouvido*" - nesta difícil "*composição*" inacabada.
"Justiça seja feita!"

Í N D I C E

	página
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I

PRINCIPAIS MARCOS INSTITUCIONAIS DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	8
1. Intermediação Financeira Institucional.....	8
2. O Sistema Financeiro Brasileiro Pré-Reforma.....	14
3. Reforma e Reestruturação do Sistema Financeiro.....	22
4. A Nova Estrutura Financeira e seus Desdobramentos.....	38

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO SISTEMA BANCÁRIO PÓS 1970....	41
1. O Desempenho da Economia e a Política Econômica.....	42
2. Os Movimentos de Concentração e Conglomeração.....	50
2.1. Bancos comerciais.....	51
2.2. Companhias de crédito, financiamento e investimento.....	61
2.3. Bancos de investimento.....	64
3. Alterações no Perfil Operacional do Sistema Bancário...	68
3.1. O sistema bancário comercial.....	70
3.2. A área dos bancos de investimento.....	83

CAPÍTULO III**O CAPITAL ESTRANGEIRO NA EVOLUÇÃO DO SETOR FINANCEIRO PÓS 1970** 89

1. Capital Financeiro Internacional e Endividamento Externo.....	90
2. Internacionalização Bancária.....	92
3. Grupos Estrangeiros no Sistema Financeiro Brasileiro....	97
3.1. Conglomerados financeiros estrangeiros.....	101
3.2. Instituições financeiras estrangeiras independentes	103
3.3. Associação com capital estrangeiro minoritário....	107
4. Intermediários Financeiros Estrangeiros.....	109
4.1. Bancos comerciais.....	110
4.2. Bancos de investimento.....	114
5. Empréstimos Externos tomados pelo Sistema Bancário.....	117

CAPÍTULO IV**O DESEMPENHO DO SETOR BANCÁRIO NOS ANOS 80.....** 129

1. A Forma Conglomerada e o Mercado Creditício Global.....	136
2. Os Conglomerados Financeiros nos Mercados Específicos...	147
2.1. O sistema bancário comercial.....	147
2.2. A área dos bancos de investimento.....	160
2.3. O mercado das financeiras.....	167
3. A "Performance" dos Conglomerados Líderes.....	174
4. Fluxos Anuais de Recursos via Resolução nº 63.....	177
CONCLUSÃO.....	181
BIBLIOGRAFIA.....	191

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura avaliar o comportamento e os reflexos sobre o sistema bancário brasileiro - ao nível das instituições financeiras creditícias - devidos à reversão cíclica da economia na última década. O eixo analítico baseia-se num tratamento estrutural - onde sobressaem os aspectos institucionais e as transformações do sistema - para se concentrar na fase recessiva mais crítica, até mesmo do ponto de vista dos bancos (anos 80).

O Capítulo I apresenta as modificações institucionais mais importantes do sistema financeiro brasileiro, tendo como ponto central a Reforma Bancário-Financeira de meados da década dos 60. Trata-se, assim, de uma parte essencialmente referencial para o posterior estudo dos desdobramentos que se verificaram no setor bancário.

O segundo capítulo, enfocando exclusivamente o sistema bancário - bancos comerciais, bancos de investimento e financeiras - examina suas principais transformações, do ponto de vista do movimento de concentração/conglomeração e das alterações nos perfis operacionais das instituições.

Em seguida (Capítulo III), o estudo contempla uma avaliação do papel e importância do capital estrangeiro na evolução do sistema de intermediação financeira institucional, procurando evidenciar a especificidade do processo de internacionalização bancário-financeiro, no caso brasileiro.

Por fim, no último capítulo, o interesse se volta para a análise do desempenho do sistema bancário nos anos 80, ressaltando, particularmente, a atual e predominante forma de organiza-

ção bancária - o multibanco - contraposta aos impasses mais graves da crise geral e bancária, associados às distorções do sistema financeiro no Brasil.

*

Achamos relevante trazer à discussão, nesta Introdução, alguns conceitos gerais que estão implícitos ao longo da Tese. O conceito central é o de capital financeiro, que tem como referência básica a construção teórica desenvolvida no trabalho de R.Hilferding.

Acreditamos que o caráter controvertido do significado de capital financeiro, assim como sua articulação relativamente à evolução do capitalismo financeiro recente, justifica estas considerações preliminares.

O significado mais geral de capital financeiro está vinculado ao seu papel no âmbito do processo geral de acumulação capitalista.

Tomado ao nível do processo de valorização do capital em seu conjunto, o capital financeiro consiste, em primeiro lugar, numa forma de capital monetário cuja natureza se define a partir de representações do capital — correspondentes a direitos sobre sua eventual valorização — como simples e pura forma de propriedade. A acumulação de capital financeiro, pois, não tem relação de dependência direta com a magnitude ou mesmo a ocorrência de excedente gerado na órbita produtiva, mas vincula-se estritamente ao âmbito de valorização de capital constituído pela existência e desenvolvimento de transações com direitos de propriedade.⁽¹⁾

(1) Este tema está desenvolvido no trabalho pioneiro de Conceição Tavares sobre a "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente" do Brasil, em: TAVARES (1975).

Esta acepção de capital financeiro foi desenvolvida por Hilferding a partir do conceito mais elementar de "capital fictício". Este, ao ser formulado à luz dos traços históricos que caracterizaram o capitalismo ao fim do século XIX, traços esses demarcados em sua obra, limita-se à esfera da atividade empresarial privada, podendo contudo ser estendido a praticamente qualquer tipo de mercado de títulos.

O principal vetor deste raciocínio reside na possibilidade de transformações das empresas individuais em sociedades anônimas, a partir das quais se explicita a separação funcional entre gestão e propriedade, desvinculando-se a remuneração empresarial dos ganhos dos proprietários (acionistas). Trata-se, com efeito, da transformação de uma relação de natureza econômica a uma relação fundamentalmente jurídica. Assim, está aberta a trajetória de valorização de um "capital" de origem patrimonial, agora travestido em papéis que representam possibilidade de ganho; seja pelo excedente gerado pelo próprio capital em sua função produtiva (via distribuição de dividendos), seja pela negociação (venda) desses direitos (via bolsa de valores).

Ao se tornarem sociedades por ações as empresas e se consolidarem os mercados de títulos, tende a intensificar-se a prática de emissão de títulos com direito à renda futura e sem lastro mercantil, a partir dos quais, e para os quais, sobrevém a especulação. Se, de um lado, este processo torna possível a valorização financeira dissociada do processo produtivo, ao mesmo tempo permite unificar as formas de capital produtivo e financeiro, do ponto de vista do processo global de valorização. Como resultado mais geral, criam-se condições necessárias para um amplo movimento de centralização dos vários capitais, ampliando e consolidando suas

forças individuais, através da associação em distintos segmentos e diferentes órbitas de atuação.

O fundamento e conteúdo teórico do capital a juros de Marx reaparece no próprio conceito de capital financeiro desenvolvido por Hilferding. A primeira e enfática definição de capital financeiro (inclusive grifada no texto original de Hilferding) é assim apresentada: "Chamo capital financeiro ao capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma realmente em capital industrial". (2) O "capital bancário" contido na definição assume um caráter essencialmente funcional, quer dizer, explicita o papel e poder dos bancos na consecução e mesmo viabilização do processo de valorização do capital global, sobretudo pela concentração do crédito. A particularidade desta definição, de um lado, está apenas em realçar o fato de que o capital financeiro se expressa necessariamente em forma de capital líquido, ou seja, em termos de dinheiro. Por outro lado, não resta dúvida que o autor está privilegiando sobretudo o papel dos bancos no processo de valorização do capital; e sua obra, neste estágio, está nitidamente presa ao marco histórico do desenvolvimento do capitalismo alemão nos anos iniciais do século XX.

Convém ressaltar que, embora esta definição considere explicitamente capital financeiro como uma forma particular de capital, seu propósito mais relevante é o de evidenciar a idéia de processo de valorização, o qual se dá necessariamente pela via monetária mediante metamorfose do capital que, neste contexto, é unitário. No fundo, portanto, é pouco relevante nesta concepção mais abrangente do conceito - mesmo a partir desta primeira definição - indagar-se qual a forma deste capital, onde é empregado ou quem dele dispõe.

(2) HILFERDING (1963), págs.253/4.

O reconhecimento tácito desta linha de argumentação está exposto quando do exame da tendência histórica do capital financeiro. Hilferding, ao investigar as uniões monopolistas - cartéis e trustes - assinala sumariamente: "Assim se extingue no capital financeiro o caráter específico do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberano o processo vital da sociedade... Ao mesmo tempo, se apresenta a propriedade, concentrada e centralizada em mãos de algumas grandes associações de capital... A questão das relações de propriedade recebe assim sua expressão mais clara, inequívoca e aguda, enquanto que a questão da organização da economia social se soluciona cada vez melhor com o desenvolvimento do mesmo capital financeiro". (3)

É, no entanto, somente após ter estudado o capital financeiro e as crises, bem como o crédito no desenvolvimento do ciclo, que o texto expõe o conteúdo de seu principal conceito. Ao iniciar a quinta e última parte do seu livro, escreve o autor: "O capital financeiro significa a unificação do capital. Os antigos setores separados do capital industrial, comercial e bancário se encontram agora sob a direção comum da alta finança, em que estão vinculados pessoalmente os senhores da indústria e dos bancos". (4)

Este desenvolvimento conceitual na obra de Hilferding revela que o termo capital financeiro não significa uma forma específica de capital, mas representa a unificação dos vários capitais, nos cortes usuais: comercial, industrial, bancário, etc. Através dessa unidade, esses capitais parciais adquirem uma forma superior e própria de articulação e coordenação. Isto não quer dizer, entretanto, que as formas específicas do capital se extinguem;

(3) HILFERDING (1963), pg.265.

(4) HILFERDING (1963), pg.337.

ao contrário, é a partir delas que se pode constituir o próprio conceito de capital financeiro. Os capitais, em suas formas individualizadas, assumem uma expressão comum forjada a partir de uma representação homogênea dos respectivos valores enquanto riqueza. Trata-se, então, de um único capital, cuja concepção, por seu conteúdo, exprime a identidade de suas formas autonomizadas particulares.

O caráter de unidade dos capitais, expresso no conceito de capital financeiro, consiste na possibilidade de sua homogeneização, tornando comparáveis os resultados econômicos previsíveis nas diferentes formas de aplicação do capital, através de sua capitalização, isto é, o cálculo do valor atual desses rendimentos futuros. Assim, segundo Hilferding, se exprime a "forma suprema de capital no conceito de capital financeiro... o capital industrial é o Deus Pai que enviou como Deus Filho o capital comercial e bancário, e o capital monetário é o Espírito Santo; são três, porém um só no capital financeiro". (5) Esta forma de expressar a unidade destaca claramente a importância da órbita financeira, não só por permear o processo de valorização inerente ao funcionamento corrente do sistema capitalista em geral, mas sobretudo por estar ligada visceral e tendencialmente à evolução das economias capitalistas.

Este desenvolvimento teórico permite enunciar o conceito mais fluido de capital financeiro em sua forma mais geral e também mais abstrata, em conformidade com a tendência moderna do capitalismo mundial. Este conceito de capital financeiro, com efeito, permite abordar os fenômenos da internacionalização e da fusão

(5) HILFERDING (1963), pg.248.

dos capitais como perfeitamente interligados e indissociáveis. Resumindo este raciocínio, Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo (6) entendem que Hilferding constrói o conceito de capital financeiro fazendo um movimento duplo: de um lado, a partir de uma formulação geral, objetiva caracterizar uma etapa mais avançada de concentração de capitais (particularmente mediante processos de "cartelização" e "trustificação") e, de outro lado, realça o papel dos grandes bancos, os quais, estando interessados em suprimir a concorrência interempresarial, reforçam seu caráter monopolista, particularmente mediante internacionalização crescente da concorrência intercapitalista (através, principalmente, da luta entre os blocos de capital pela conquista de novos mercados).

Estas novas formas de organização e de gestão permitem que os capitais consolidados, consubstanciando o próprio capital financeiro como expressão de sua unidade, adquiram maior poder de controle em relação ao processo geral de acumulação capitalista, na medida em que passam a ter uma base de expansão ampliada, seja via conjugação de interesses, seja via diversificação das formas alternativas de valorização do capital.

Assim, o capital financeiro, adquirindo o caráter da forma mais abrangente e genérica do capital, assume o papel de promotor dos movimentos de centralização e concentração, próprios da acumulação, sempre orientando-se para as aplicações mais rentáveis, quaisquer que sejam as órbitas, setores ou áreas de aplicação. Esta lógica de valorização permite potencializar a contínua ampliação do capital mediante a criação de meios que assegurem a sua maior mobilidade. Esta mesma lógica está na raiz do processo de intermediação financeira associado ao papel dos bancos no desenvolvimento capitalista contemporâneo.

(6) TAVARES & BELLUZZO (1980), pg.115.

CAPÍTULO I

PRINCIPAIS MARCOS INSTITUCIONAIS DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

CAPÍTULO I

PRINCIPAIS MARCOS INSTITUCIONAIS DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

1. Intermediação Financeira Institucional

Intermediação bancária ou financeira, em sentido funcional, pode ser entendida como uma fase dentro do processo de valorização do capital. A função intermediadora, neste sentido, corresponde à instância institucional no percurso do capital financeiro, em suas várias possibilidades de expressão e expansão de valor. No contexto de uma sociedade capitalista, esta é uma atribuição dos bancos, ou estruturas bancárias, enquanto condensadores e gestores das relações de débito-crédito, a partir das condições precípuas ao funcionamento do mercado de empréstimos: existência de capital-dinheiro livre à valorização e disposição ao endividamento por parte dos tomadores potenciais desse capital. Os bancos, neste sentido, assumiriam uma posição estratégica relativamente ao confronto dos emprestadores com os tomadores de empréstimos.

Segundo Marx, um dos aspectos do sistema de crédito no capitalismo é que a administração do capital-dinheiro produtor de juros é função particular dos banqueiros. "Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se negócio especial deles... De modo geral, o negócio bancário, sob este aspecto, consiste em concentrar grandes massas de capital-dinheiro emprestável, e assim, em vez do prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais"⁽¹⁾.

(1) MARX (1974), pg. 463.

O próprio curso do processo, de um lado, legitima os banqueiros como administradores gerais do capital-dinheiro e, de outro, consolida o sistema de crédito como força motriz da concentração e centralização do capital.

A atuação bancária, em largo traço, relaciona-se à mobilização de capital, possibilitando a transformação do capital monetário em capital produtivo. Sublinhemos, no entanto, na extensão do processo evolutivo do capitalismo, que os bancos não desempenham apenas o papel convencional de "intermediários financeiros", mas atuam como empresas capitalistas que, centralizando e redistribuindo fundos numa escala tendencialmente amplificada, buscam ao mesmo tempo reproduzir-se e ainda ampliar-se. (2)

Neste sentido, os bancos voltam-se ao mercado financeiro-creditício, diversificando operações e ampliando escalas, em direção à maximização de lucros e consolidação de riscos.

Por outro lado e em sentido amplo, a intermediação financeira não se restringe a uma atividade exclusivamente financiadora; quer dizer, os intermediários financeiros não realizam apenas a simples canalização de "poupança" para "investimento". O próprio avanço do capitalismo, requerendo da intermediação financeira algo mais do que captar recursos para financiar o crescimento "produtivo" da economia, exige dos intermediários, formas alternativas de aplicações aos excedentes líquidos, capazes de oferecer rentabilidade ao capital em geral, compatível com a sustentação da taxa de acumulação dentro das expectativas da própria expansão ca-

(2) Ver neste sentido BRUNHOFF (1978).

pitalista^(3).

Do ponto de vista operacional, as instituições bancárias, a partir de captações diretas de recursos líquidos do público, concedem empréstimos e financiamentos e fazem aplicações no mercado de títulos e valores mobiliários, o que não deixa de ser uma forma indireta de financiamento^(4). As especificidades operacionais podem ser bastante amplas e costumam variar de acordo com o curso e potencialidades do processo de valorização do capital. Por sua vez, o poder e principalmente a amplitude da mobilização bancária está relacionada à ocorrência e magnitude do "spread" operacional, a partir do qual fica condicionado o próprio crescimento dos bancos enquanto empresas capitalistas. De um lado, a intermediação bancária — no sentido de uma atividade bancadora e concentradora de crédito — funcionaria como uma etapa potencializadora do movimento de expansão capitalista; de outro lado — no sentido de uma atividade empresarial e compatibilizadora de um variado espectro de interesses e expectativas — refletiria as condições gerais de funcionamento do mercado financeiro, no âmbito do processo global de mobilização, valorização e acumulação do capital.

De modo geral, qualquer sistema ou sub-sistema de operações referente a relações econômicas capitalistas é institucio-

(3) Sobre este assunto indicamos um dos primeiros e também dos mais importantes trabalhos enfocando, além de aspectos teóricos, problemas relacionados aos países atrasados: CEPAL (1976).

(4) As instituições bancárias, de modo geral, são classificadas em dois tipos: os chamados bancos comerciais ou bancos de depósitos ("commercial banks" norte-americanos, "clearing banks" ingleses ou "banques de dépôts" franceses) e os bancos de investimento ou bancos de negócios ("investment banks" norte-americanos, "merchant banks" ingleses ou "banques d'affaires" franceses). Essa diferenciação, no entanto, é meramente formal, porquanto tal especificação operacional não requer uma separação institucional — caso dos bancos alemães e japoneses, por exemplo.

nalizado, uma vez que, necessariamente, se expressa numa forma de organização empresarial. Entretanto, do ponto de vista do aparato político-institucional, há uma marcante diferenciação entre as atividades produtivas em geral e as atividades "financeiras", no contexto das funções econômicas no capitalismo. Enquanto as atividades econômicas não-financeiras contam com maior autonomia institucional — sobretudo no tocante à iniciativa empresarial, dada a inexistência não só e até mesmo de barreiras institucionais à entrada^(5) —, as atividades de intermediação financeira são passíveis de rígida e específica regulamentação. Vale dizer: às atividades econômicas em geral determina-se o que não é permitido fazer, já em relação à intermediação financeira prescreve-se os tipos e mesmo os limites de suas operações. Desse modo, por sua natureza e características operacionais, as atividades de intermediação financeira requerem um acompanhamento sistemático e centralizado, em termos de regulamentações institucionais, abrangendo desde autorização para funcionamento, controle, fiscalização, etc., até intervenção e liquidação extrajudicial^(6).

Do exposto, o balizamento da atuação do sistema de intermediação financeira depende direta e estritamente das condições político-institucionais vigentes. O mercado financeiro, neste sentido, é operado pelo conjunto de instituições e instrumentos financeiros em vigor num determinado tempo e lugar. Trata-se, portanto, de um sistema, por natureza institucionalizado, sobreposto

-
- (5) Exceção para os casos de impedimento legal por monopólio estatal ou por nocividade de determinados bens e serviços, etc.
- (6) No caso brasileiro, por vezes, as regulamentações são baixadas com certo retardo no tempo, a exemplo das Financeiras, Bancadoras (Cartas de Recompra) e "leasing". Como dizia um ex-ministro: "primeiro vem o Faroeste, depois o Xerife".

às chamadas relações econômicas fundamentais — produção e consumo reais — no capitalismo. O aspecto institucional neste caso revela-se importante na medida em que se insere e interage no curso do movimento geral da economia, particularmente no tocante ao processo de acumulação de capital. Por seu turno, o crescimento e aperfeiçoamento das instituições financeiras, em princípio, estariam associados ou refletiriam as modificações básicas de uma estrutura econômica — embora se possa considerar que a intermediação financeira relaciona-se, em maior grau, com a forma de organização da economia capitalista do que com o crescimento econômico propriamente dito (7). Em certas circunstâncias o sistema financeiro institucional pode atuar como um dos determinantes, ou norteador, de um processo de crescimento econômico; noutro sentido, pode revestir-se num elemento bloqueador ao dinamismo potencial de um processo de acumulação, em termos, por exemplo, de ausência ou insuficiência de financiamento a projetos de expansão produtiva (8).

Em princípio, sob o enfoque das chamadas teorias tradicionais, nas economias capitalistas atrasadas há um movimento circular explicitado em dois fatores que inibem o crescimento econômico: a impossibilidade de elevação da taxa de poupança, dado o baixo nível de renda, ao lado do reduzido mercado interno, que, por sua vez, não estimula novos investimentos. Neste sentido, haveria necessidade de aumentar a taxa de poupança - investimento, requerendo do setor financeiro a ruptura do círculo através da canalização dos

(7) Ver neste sentido GURLEY (1968).

(8) Sobre a articulação entre o desenvolvimento financeiro e o desenvolvimento econômico (este no sentido produtivo), ver: GURLEY (1968) e GOLDSMITH (1963).

recursos aos setores de maior dinamismo e potencialidade, do ponto de vista do crescimento econômico^(9).

2. O Sistema Financeiro Brasileiro Pré-Reforma

No caso brasileiro, o sistema financeiro passou por profundas transformações estruturais, concentradas praticamente nas duas últimas décadas, fruto, em grande parte, do próprio aparato institucional introduzido. Essas transformações caracterizam-se como inerentes ao próprio desenvolvimento financeiro capitalista contemporâneo e estão relacionadas, sobretudo, ao novo caráter do processo de internacionalização do capital — associado ao movimento de transnacionalização bancária — e à alteração no padrão de financiamento da economia brasileira — configurado às "novas" relações de débito-crédito prevalecentes, pari-passu às mudanças da própria estrutura econômica interna.

O sistema financeiro do Brasil de hoje é relativamente sofisticado se comparado ao de outros países capitalistas em vias de desenvolvimento. A organização atual do sistema é fruto de sucessivas transformações, de modo geral requeridas pelo próprio processo de crescimento econômico em suas várias fases ou etapas.

As primeiras instituições financeiras surgidas no Brasil, ainda no século XIX, foram os bancos comerciais (casas bancárias), os quais atendiam, fundamentalmente, as atividades mercantis urbanas, dado as características estruturais da economia brasileira da época. As atividades econômicas predominantes nesta fase estavam ligadas aos setores primários e de exportação e, portanto, não exigiam mecanismos de financiamento com maior grau de

(9) Esta abordagem está desenvolvida em SOCHACZEWSKI (1980).

especialização, além de contarem com instituições de apoio financeiro e de serviços tais como: comissários, aviadores, casas de importação/exportação, etc. Assim, a rede bancária comercial existente atendia satisfatoriamente às necessidades de crédito da economia^(10).

O Banco do Brasil, na condição de primeira instituição de crédito do País, teve sua autorização de criação expedida em 1808^(11). Somente a partir de 1838 começaram a surgir os primeiros bancos comerciais de iniciativa privada nas principais cidades brasileiras. Por todo o século passado e primeiras décadas do século XX, essas entidades experimentaram algumas fases de rápido desenvolvimento e proliferação, e outras de acirradas crises, em função de conturbações na área política e/ou movimentos cíclicos da economia de cada época^(12).

Até meados do século XX, o sistema financeiro brasileiro manteve uma estrutura bastante simples pois praticamente resumia-se a um sistema bancário comercial. Devemos destacar também algumas iniciativas de coordenação e fiscalização do setor financeiro, por parte do Banco do Brasil, originadas de sucessivos instrumentos baixados pelas Autoridades Governamentais, notadamente a

(10) Um interessante e detalhado estudo sobre este aspecto encontra-se em: COSTA (1978).

(11) Por várias vezes, até meados do século XIX, o Banco do Brasil foi extinto e recriado, inclusive, em alguns casos, por processos de fusão com outro banco. Sob este aspecto e para maiores detalhes, ver: MELO FRANCO & PACHECO (1973).

(12) Um exame mais detalhado sobre tais fases pode ser encontrado em IBMEC (1972) e EDITORA ESTRELA ALFA (1972).

partir dos anos 20^(13).

Devido principalmente a grande expansão da rede bancária no início da década dos 40^(14), evidenciava-se a necessidade de ser instituído no País um organismo com a estrutura capaz de exercer, sobretudo, uma função reguladora do sistema. Além disso, tal necessidade era corroborada pelos compromissos assumidos pelo Brasil na Reunião de Bretton Woods, em 1944, quando foi recomendado que os governos deveriam providenciar a criação de um organismo cujas funções, equivalentes às de um banco central, possibilissem a utilização de instrumentos na área monetária-financeira, em especial para combater os problemas inflacionários e controlar mais eficientemente o sistema cambial — o que se tornava indispensável principalmente pelas transformações ocorridas na economia mundial.

Assim é que, em 1945, era criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)^(15), a qual, com todas as faculdades de um banco central, deveria preparar a organização deste e desempenhar suas funções até sua criação. Com efeito, em sua lei institucional encontram-se não só as normas gerais para o controle do

(13) Dentre as principais medidas destacam-se: em 1921, a criação da Carteira de Redescontos e da Inspetoria Geral de Bancos; pós 1930, o Banco do Brasil passa a ser efetivamente o agente financeiro do Governo, quando começa a coletar impostos e tributos, efetuar pagamentos e ser depositário do Tesouro Nacional; em 1931, a obtenção do monopólio das compras de câmbio em todo o País; em 1932, a criação da Caixa de Mobilização Bancária; em 1938, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e finalmente em 1944, o estabelecimento da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, através da qual o Governo passava a fiscalizar as instituições de crédito e acompanhar seu comportamento.

(14) Entre 1940 e 1944, a rede bancária do Brasil praticamente duplicou quando surgiram cerca de 1100 novos estabelecimentos bancários, conforme IBMEC (1972) e EDITORA ESTRELA ALFA (1972).

(15) Decreto-lei nº 7293 de 2 de fevereiro de 1945.

mercado monetário como também providências relativas ao futuro Banco Central. A SUMOC e o Banco do Brasil, a partir de então, passaram a desempenhar, conjuntamente, o papel de banco central. Contudo, a criação da SUMOC, ao nível político, vinculava-se muito mais ao objetivo de estabilização da economia, não trazendo modificações significativas ao setor financeiro, particularmente em relação a sua composição e funcionamento. Vale dizer, o sistema financeiro brasileiro, no que se refere à atividade de mobilização de fundos ou recursos financeiros — intermediação financeira institucional —, era praticamente o mesmo que vinha operando antes da criação da SUMOC.

Cabe sublinhar que no período de vida da SUMOC, aproximadamente 20 anos, a economia brasileira passou por profundas transformações, em especial no que diz respeito à estrutura do seu aparelho produtivo. Ao longo desses anos, o processo de substituição de importações foi intensificado com substancial aumento da produção interna de bens de consumo duráveis e bens de capital. Por outro lado, não obstante o número de estabelecimentos de crédito fosse ponderável, o sistema bancário ainda não estava devidamente aparelhado para desempenhar o papel reclamado pelo estágio da economia brasileira da época^(16). Assim, as mudanças na economia exigiam novos mecanismos institucionais no campo da intermediação financeira. A formação de recursos financeiros para crédito de médio e longo prazos tornou-se necessária, tanto para o setor pú-

(16) Em fins de 1946, o Governo cogitou da possibilidade de reformulações no sistema bancário, em cujo projeto de reforma, entre outras medidas, era previsto: a criação de um banco central, um banco hipotecário, um banco de investimento, ficando o Banco do Brasil com função complementar (atuando basicamente com depósitos e descontos) e o Banco Central com o monopólio de emissão de papel-moeda e operações cambiais. Com exceção do Banco Central, as demais instituições teriam uma participação estatal de 50% nos respectivos capitais.

blico como, e principalmente, para atendimento de empresas privadas, em particular as que já estavam produzindo, em larga escala, artigos duráveis de consumo. Não resta dúvida, em primeiro plano, que os mecanismos de financiamento inerentes aos bancos comerciais, com base na captação de depósitos à vista, não são adequados ou suficientes a um processo acelerado de industrialização. Tal esquema de financiamento ressente-se de suporte financeiro apropriado a esse tipo característico de crédito. Além do mais, no caso brasileiro, as dificuldades crescam na proporção em que se acelerava a inflação, posto que no Brasil era ilegal praticar uma taxa de juros superior a 12% ao ano, aliado ao fato de não ser permitido referir qualquer operação creditícia, a não ser em moeda nacional (17). Por conseguinte, qualquer taxa inflacionária superior ao limite da taxa legalmente imposta inviabilizava as operações de empréstimos em geral e particularmente as aplicações em ativos financeiros: não havia possibilidade de se concretizar um processo viável de acumulação e mobilização financeira, sobretudo pela ausência de base institucional. É evidente que o limite de taxa de juros referido pela legislação é puramente nominal e que, além do mais, na época de promulgação de tais leis, o País ainda não se defrontava com problemas acentuados de inflação. Nessas condições, o limite nominal de 12% ao ano correspondia a uma taxa real que provavelmente não causaria maiores problemas para o funcionamento do mercado de fundos de empréstimo. Todavia, na medida em

(17) "Lei da Usura", Decreto nº 22626 de 7 de abril de 1933, cujo artigo 1º estabelece que "é vedado e será punido nos termos da lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal" (a taxa legal é convencionada em 6% ao ano, pelo artigo 1062 do Código Civil) e "Lei da Cláusula Ouro", Decreto nº 23501 de 27 de novembro de 1933, onde se expressa que os empréstimos realizados no Brasil não podem estipular o pagamento em "outra moeda que não seja a corrente, pelo seu valor legal".

que os índices de inflação assumiam valores cada vez maiores e superiores a 12% ao ano, a taxa nominal transformava-se numa taxa real crescentemente negativa, com efeitos prejudiciais ao mercado financeiro, em especial no campo da captação de recursos de médio e longo prazos.

Dentro desta perspectiva, as instituições financeiras, notadamente os bancos comerciais, usavam de alguns artifícios, no sentido de eliminar ou contornar as limitações impostas pela "Lei da Usura", como por exemplo, cobrar juros "por fora", estabelecer comissões bancárias, exigir saldo médio em conta vinculada, etc. Tais iniciativas, além de encarecer bastante o "custo" do dinheiro, muitas vezes não podiam ser utilizadas em operações de prazos mais longos, pela própria inexistência de recursos de terceiros, dada a baixa rentabilidade oferecida nas captações (de modo geral depósitos a prazo fixo).

Uma das iniciativas do Governo para atenuar o problema foi a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)^(18), em 1952, com o objetivo de suprir o mercado financeiro com crédito de médio e longo prazos. Seria, na verdade, o mais importante meio instrumental da política econômica no campo do financiamento dispondo, inclusive, de fundos oficiais específicos criados para esse fim^(19). Contudo, o BNDE, ao iniciar suas operações, e durante vários anos, se especializou na concessão de financiamentos a projetos de infra-estrutura, ficando o setor produtivo privado nas mesmas condições anteriores.

(18) O BNDE foi criado, por recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, pela Lei nº 1628, de 20 de junho de 1952. Recentemente sua denominação foi alterada para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (BNDES).

(19) Ver, neste sentido, LESSA (1975).

Não resta dúvida que, com a atuação do BNDE, ocorreu um substancial avanço na industrialização pesada dada a ênfase na concessão de financiamentos a grandes empreendimentos, especialmente os ligados aos setores de transporte e energia — os dois setores de maior atenção por parte do Governo na época. Além do mais, a inexistência de outros mecanismos, via orçamento de investimentos do Estado, condicionava o BNDE a financiar essencialmente empresas públicas e autarquias.

Neste contexto, os problemas do crédito de prazos mais longos ao setor privado acentuaram-se — em função, principalmente, do grande impulso das indústrias de bens de consumo duráveis na segunda metade da década dos 50 — e assim surgia no mercado um novo esquema de intermediação financeira indireta, denominado sistema das "financeiras". Essas entidades, denominadas Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, foram criadas e desenvolveram-se na segunda metade da década dos 50, sem que houvesse uma regulamentação precisa e específica por parte do Governo, porquanto o diploma legal que regulamenta suas operações data de 1959^(20). Com as financeiras, desenvolveram-se novos tipos de operações no mercado financeiro (aceites cambiais), os quais possibilitavam realizar empréstimos e captações a taxas bem mais elevadas, porém não consideradas como juros. Na realidade, o mecanismo usado correspondia à venda de letras de câmbio com altas taxas de desconto,

(20) Portaria nº 309 de novembro de 1959 do Ministério da Fazenda. Ainda sob este aspecto a publicação IEMEC (1974-A) na página 20, ao examinar o "Sistema das Financeiras" afirma que: "Estas instituições (Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento) já haviam sido criadas em 1945 (Nota: Decreto-lei nº 7583, completado pelo de nº 9603, de 16 de agosto de 1946) objetivando atender à expansão da procura de capitais por prazo mais dilatado que o oferecido pelo sistema bancário". Ver também, sobre o assunto, ALMEIDA (1980), onde se lê: "As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento tiveram origem em meados dos anos 40. São também dessa época a concessão das primeiras cartas de autorização pela SUMOC, bem como os primeiros dispositivos legais destinados a regulamentá-las", pg. 25.

ao estilo de uma "correção monetária prefixada". A transação envolvia ponderável risco, na medida em que não era (e nem é) possível prever-se com segurança o futuro ritmo da inflação, principalmente em períodos longos.

O substancial desenvolvimento das operações com aceites cambiais, dada a importância crescente das letras de câmbio no mercado, já era um indício de que o sistema necessitava de reformulações, ou seja, já não tinha mais "fôlego". Em suma, pois, essas duas novidades — o BNDE e as Financeiras —, não foram capazes de alterar em profundidade os marcos institucionais do sistema de financiamento ao setor privado, embora consubstanciassem indícios de mudanças nos esquemas vigentes. Assim, o problema crucial, culminado nos primeiros anos da década dos 60, estava ligado à necessidade e possibilidade de financiamento, tanto ao setor privado quanto ao setor público. O setor privado carecia de linhas externas de financiamento — via sistema financeiro — apropriadas à então fase de aceleração inflacionária^(21). Já o setor público, sem alternativas para cobrir seus gastos, e em situação deficitária, recorria, substancial e, inexoravelmente, à emissão primária de moeda. Com efeito, era imperioso criar linhas de financiamento ao segmento privado, principalmente de prazos mais longos, bem como eliminar ou atenuar os efeitos da inflação sobre a sua atividade. Por outro lado, haveria necessidade de financiar os gastos públicos alternativamente, suprimindo assim, de acordo com a versão oficial^(22), um dos focos básicos da própria inflação — o déficit

(21) Particularmente aqueles setores que não dispunham de (ou que viram esgotados os usuais) mecanismos de financiamento com base no próprio processo inflacionário.

(22) As principais avaliações oficiais sobre este tema estão condensadas em: EPEA (1966). De outra parte, dispomos de um interessante e pioneiro trabalho crítico sobre o tema; RANGEL (1963).

governamental.

Em suma, procede a síntese de Sochaczewski, quando examina o sistema financeiro do Brasil entre os anos 1952 e 1961, concluindo que, ou o sistema financeiro teria sido uma barreira ao maior e melhor crescimento (no sentido distributivo), ou a economia teria desenvolvido caminhos alternativos ao próprio financiamento — ou ambos os efeitos. Ou seja, quis o autor enfatizar a crença usual de que o sistema bancário foi um setor estagnado durante a década dos 50^(23).

3. Reforma e Reestruturação do Sistema Financeiro

Entre os anos 1964/67 ocorreu o chamado reordenamento institucional com a introdução de reformas em diversas áreas, entre as quais a bancária e do mercado de capitais^(24). Ao lado das reformas fiscal, de comércio exterior, controle de preços, etc..., a reforma financeira é tida como a de maior profundidade e a que trouxe resultados mais imediatos e relevantes sobretudo do ponto de vista da estrutura dos padrões de acumulação^(25). Através das várias medidas, buscava-se, no fundo, estabelecer controle sobre a atuação das instituições financeiras, criar novos esquemas de financiamento aos setores privado e público, assim como conferir maior especialização e flexibilidade ao conjunto do sistema financeiro, possibilitando e estimulando principalmente o desenvolvi-

(23) SOCHACZEWSKI (1980), particularmente o capítulo 5 intitulado "The Financial System from 1952 to 1961".

(24) Lei nº 4595 de 31 de dezembro de 1964, que introduziu a Reforma Bancária e organizou o Sistema Financeiro Nacional e Lei nº 4728 de 14 de julho de 1965, que estabeleceu as principais diretrizes para o funcionamento do Mercado de Capitais.

(25) Ver neste sentido MOURA DA SILVA (1979).

mento da intermediação não-bancária^(26).

Embora a reforma financeira (como esperava o Governo) não tenha contribuído decisivamente para elevar de forma substancial o volume de "poupança"^(27), ou tampouco tenha permitido (ou tornado mais eficiente) a mobilização de recursos financeiros ou fundos disponíveis para empréstimos e financiamentos com efeitos reprodutivos, ela propiciou a diversificação e intensificação da intermediação financeira no País. Vale dizer, as reformulações ressolveram ou satifizeram muito mais o lado das aplicações em ativos financeiros, por parte dos "poupadores" potenciais de recursos líquidos e prontos à valorização^(28). Estava, portanto, aberta a possibilidade de acumulação estritamente financeira com base na aquisição e negociação de títulos de renda de várias origens e diferentes expectativas de ganho futuro.

(26) Das mudanças institucionais mais importantes, surgidas pelo conjunto das novas medidas, destacam-se: a transformação do Conselho da SUMOC no Conselho Monetário Nacional; a transformação da própria SUMOC no Banco Central do Brasil e ainda a criação de novas instituições e instrumentos financeiros. As instituições financeiras foram definidas legalmente (Lei 4595/64) como "as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros".

(27) "Poupança", aqui, significaria apenas excedentes orçamentários em mãos das chamadas unidades de dispêndio superavitárias, não apenas livres à valorização, mas canalizáveis e articuladas aos investimentos produtivos. Ver a esse respeito o trabalho de TAVARES (1975), onde afirma, na página 233, que "pela própria dinâmica do processo de expansão em curso, a órbita financeira está ganhando uma autonomia relativa, que põe em risco a manutenção de uma taxa de acumulação, sem haver contribuído até o momento, de forma decisiva, para um aumento da taxa global de poupança interna da economia. Deste modo, parte dos argumentos, apólogéticos sobre o desenvolvimento do mercado de capitais e sua influência no aumento da taxa real de poupança-investimento, macroeconómica, não tem recebido apoio da experiência concreta".

(28) As categorias aqui usadas foram desenvolvidas e estudadas, em vários trabalhos, por GURLEY & SHAW, dentre os quais destacamos: GURLEY (1956) e GURLEY & SHAW (1955).

Uma das inovações mais importantes no bojo das reformulações, graças em parte ao seu próprio ineditismo, foi o instituto da correção monetária. A utilização da correção monetária estava inicialmente ligada a problemas quase que exclusivos do setor público^(29). Dentre os aperfeiçoamentos posteriores, a correção monetária foi estendida ao setor imobiliário (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e, num segundo momento, generalizada no âmbito do mercado financeiro-creditício interno. Em síntese, o instituto da correção monetária, a partir do seu uso generalizado, viria a ser o pretenso instrumento capaz de eliminar um sem número de distorções no campo das finanças públicas e da intermediação financeira institucional. Era, pois, a raiz do posterior esquema geral de indexação da economia brasileira.

Do ponto de vista de sua organização, o setor financeiro passou por marcantes alterações, a partir do mencionado reordenamento institucional. Altera-se, por exemplo, o número e tipo de instituições financeiras que passam a compor o sistema financeiro.

(29) Em síntese: criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN); aplicações corretivas em débitos fiscais em atraso e atualização dos valores de itens contábeis patrimoniais das empresas, para efeito de cálculo do Imposto de Renda.

TABELA I.1
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO (1)
Final de ano

I N S T I T U I Ç Õ E S	1964	1974	1984
Bancos Comerciais	336	109	111
Bancos de Desenvolvimento (2)	4	14	16
Bancos de Investimento	---	41	39
Caixas Econômicas (3)	26	6	5
Financeiras	134	150	112
Sociedades de Crédito Imobiliário	---	46	74
Associações de Poupança e Empréstimo	---	36	12
Empresas de Arrendamento Mercantil	---	---	56

FONTE: Banco Central do Brasil - Relatórios (vários números)

- (1) Foram selecionadas apenas as instituições financeiras creditícias (financiadoras).
- (2) Federais (BNCC, BNDES e BNH) e Estaduais.
- (3) As Caixas Econômicas Federais foram unificadas em 1969.

A composição do quadro em 1964, com a predominância de bancos comerciais, se altera substancialmente, sobretudo no primeiro decênio, a partir do surgimento e proliferação de instituições com novas especificações e funções. Destacam-se, neste particular, duas grandes novidades: a criação de um sistema de crédito especializado no atendimento ao setor das empresas produtivas, a partir das regulamentações dos bancos privados de investimento e dos bancos estaduais de desenvolvimento^(30); e a institucionalização do sistema financeiro da habitação envolvendo, além do próprio BNH,

(30) Os bancos de investimento foram criados e regulamentados pelo Artigo 29 da lei nº 4728, de 14 de julho de 1965, e Resolução nº 18, de 18 de fevereiro de 1966. Os bancos de desenvolvimento foram regulamentados pela Resolução nº 93 de 25 de junho de 1968, complementada pela Circular nº 128 de 16 de junho de 1969.

algumas novas instituições, tais como as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo^(31). Além desses casos e no período mais recente, foi regulamentado o mercado de "leasing", a partir de legislação específica aplicável às empresas de arrendamento mercantil^(32).

A grande queda no número de estabelecimentos bancários comerciais, imediatamente após a Reforma Bancária reflete o acelerado processo de fusões e incorporações incentivadas pelo Governo, no período^(33). Fato semelhante ocorre no segmento das companhias de Crédito, Financiamento e Investimento, contudo sem idêntica regularidade^(34). Nos anos mais recentes (pós-1981) este movimento alcança a área das Associações de Poupança e Empréstimo, dada a fragilidade dessas instituições frente aos impasses no mercado de crédito imobiliário^(35).

As modificações ocorridas refletiram-se também na estrutura creditícia interna, no tocante ao tipo de instituição financeira.

(31) O BNH foi criado pela Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, com o objetivo específico de diminuir o déficit habitacional brasileiro que, além de assumir grandes proporções, apresentava um notável crescimento; conforme IBMEC (1974-B).

(32) Lei nº 6099, de 12 de setembro de 1974 e Resolução nº 351, de 17 de novembro de 1975.

(33) No período todo, o menor número de bancos comerciais em funcionamento ocorre em 1975 e 1976, com apenas 106 estabelecimentos.

(34) Algumas Financeiras transformaram-se em bancos de investimento logo após 1966, ano, aliás, que se registra o maior número de Financeiras em funcionamento: 275 companhias.

(35) Grande parte dessas APE transformaram-se em SCI, as quais, por serem S/A e, em sua grande maioria, pertencerem a conglomerados financeiros, têm melhores condições de suportar os efeitos da crise do sistema BNH.

TABELA I.2
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO
POR EMPRESTADORES FINAIS
Final de Ano - %

I N S T I T U I Ç Õ E S	1964	1974	1984
<u>Bancos Comerciais</u> ⁽¹⁾	<u>86,0</u>	<u>51,1</u>	<u>38,4</u>
<u>Instituições Financeiras Não-Monetárias</u>	<u>14,0</u>	<u>48,9</u>	<u>61,1</u>
Financeiras	5,6	12,1	8,8
Bancos de Investimento	...	11,0	9,6
Sistema Financeiro da Habitação ⁽²⁾	3,7	17,9	30,2
Bancos de Desenvolvimento ⁽³⁾	4,5	6,4	12,8
Outros ⁽⁴⁾	0,2	1,5	0,2
 T O T A L	 100,0	 100,0	 100,0

FONTE : Banco Central do Brasil - Boletins (vários números)

1) inclusive Banco do Brasil

2) BNH (líquido) + SCI + APE + Caixas Econômicas (Federal e Estaduais). Em 1969, dados da Caixa Econômica Federal.

3) BNDES (líquido) + Bancos Estaduais de Desenvolvimento

4) BNCC + PIS (a partir de 1971)

É expressivo o aumento de participação dos empréstimos realizados através de instituições financeiras não-monetárias e dentro deste segmento especializado o maior crescimento coube ao Sistema Financeiro da Habitação.

A atual estrutura do crédito reflete, antes de tudo, o alcance das novas possibilidades de endividamento, associadas às unidades familiares, com o crédito ao consumo (junto às financeiras) e com o crédito imobiliário (junto ao sistema BNH); e às em-

presas privadas, com o financiamento de médio e longo prazos (junto ao sistema BNDES e ao segmento dos bancos de investimento).

É interessante examinarmos o comportamento dos empréstimos, relativamente à evolução da economia brasileira, medida pelo seu Produto Interno Bruto (GRÁFICO I.1).

É acentuado o crescimento da relação global Empréstimos/PIB, bem como de suas duas especificidades (Sistema monetário e não-monetário), até 1975, quando atinge quase 50%. A partir de então torna-se permanente a queda dos Empréstimos do Sistema Monetário/PIB (os níveis dos últimos anos equivalem ao nível de 1969), enquanto nos anos 80 há uma leve recuperação do crédito concedido pelo conjunto das instituições financeiras não-monetárias, relativamente ao PIB.

Este fato demonstra, em primeiro lugar, a perda da expressão do movimento de empréstimos de modo geral, pós meados dos anos 70, e, por outro lado e mais acentuadamente, quando se trata do crédito concedido pelo segmento dos bancos comerciais. Ressalte-se, todavia, que do ponto de vista global e dada a configuração do sistema financeiro atual, as posições isoladas ao nível dos emprestadores finais são irrelevantes e ademais, os dados referem-se somente aos empréstimos tomados pelo setor privado, o qual vem perdendo posição nos anos mais recentes (36).

Um terceiro reflexo relaciona-se à composição dos Ativos Financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro e Tesouro Nacional.

(36) Esses temas serão examinados, em maior detalhe, na sequência do texto.

EMPRÉSTIMOS/PIB

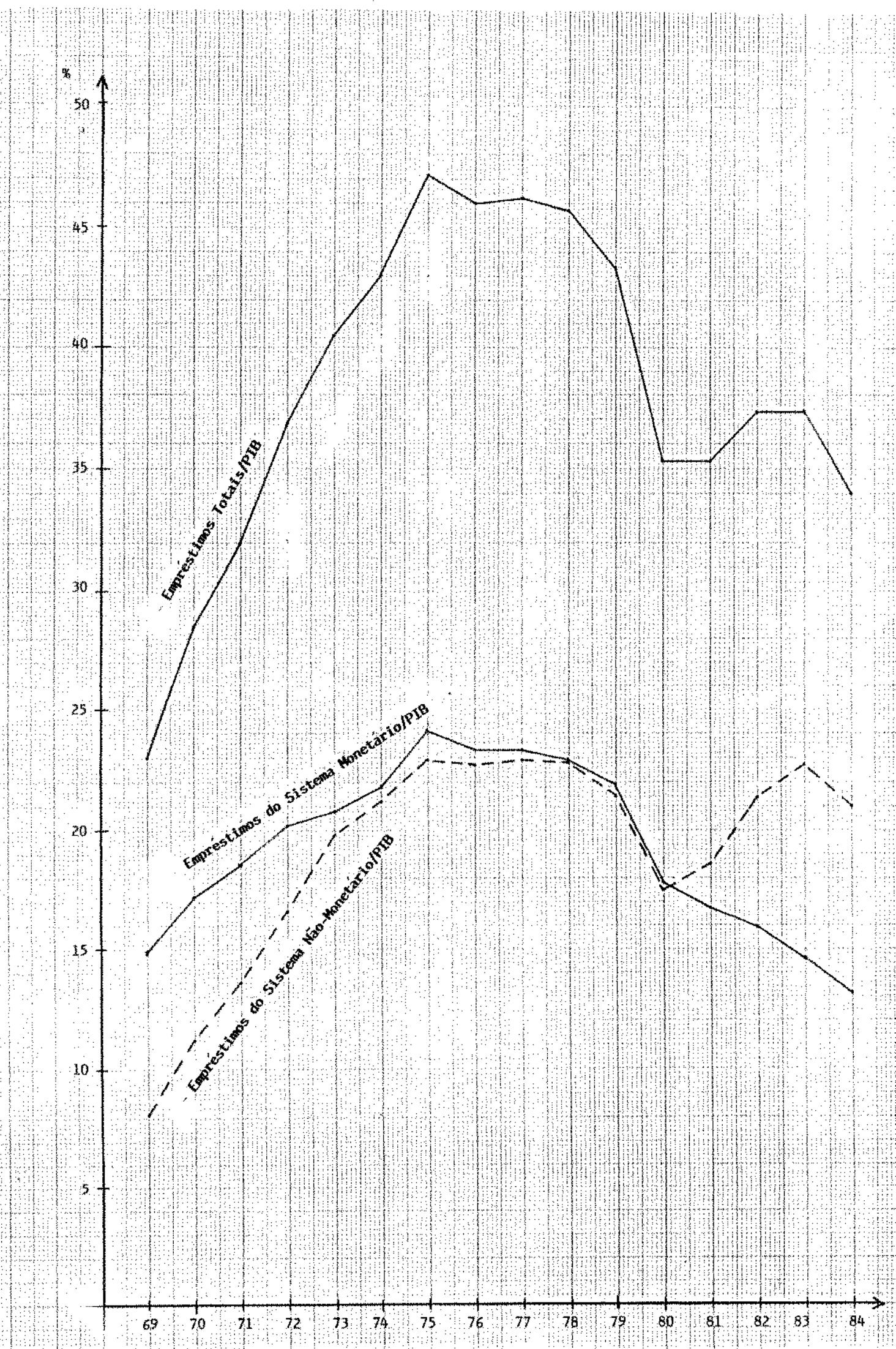


TABELA I.3
PRINCIPAIS ATIVOS FINANCEIROS
Final de ano - %

A T I V O S	1964	1974	1984
<u>Monetários</u>	<u>92,2</u>	<u>42,9</u>	<u>10,8</u>
Papel-moeda em poder do público	20,9	7,1	2,6
Depósitos à vista	71,3	35,8	8,2
<u>Não-Monetários</u>	<u>7,8</u>	<u>57,1</u>	<u>89,2</u>
Depósitos de Poupança	-	9,9	26,0
Depósitos a prazo	2,5	11,5	16,2
Letras de Câmbio	4,0	14,6	6,4
Letras Imobiliárias	-	2,9	0,0
Títulos da Dívida Pública ⁽¹⁾	1,3	18,2	40,6
T O T A L	100,0	100,0	100,0

FONTE : Banco Central do Brasil - Boletins (vários números)

(1) Federal, Estaduais e Municipais.

É notável a transformação ocorrida quanto ao tipo de ativo transacionado no mercado financeiro, a partir da crescente participação dos ativos financeiros não-monetários sobre o saldo total emitido. Esses papéis, em sua grande maioria, ao incorporarem cláusula de correção monetária (pré ou pós fixada) criam possibilidade de ocorrência de juros reais positivos. Dentre esses ativos destacam-se crescentemente a captação de depósitos em caderneta de poupança — vinculada ao SFH — e ainda como maior expressão a transação com títulos da dívida pública.

Não resta dúvida que o principal fator responsável pela

perda de participação dos haveres monetários na composição atual foi a aceleração inflacionária. Ademais, o próprio recrudescimento da inflação induziu e associou seus efeitos ao tendencial encurtamento nos prazos institucionais vinculados às aplicações rentáveis. Ou seja, praticamente todos os ativos financeiros não-monetários, gradativamente, passaram a contar com maior grau de liquidez. Associam-se ainda a esse aspecto a obstinada e rígida política governamental de controle da oferta monetária (M_1) e a autonomização, seguida do drástico aumento, da dívida pública interna.

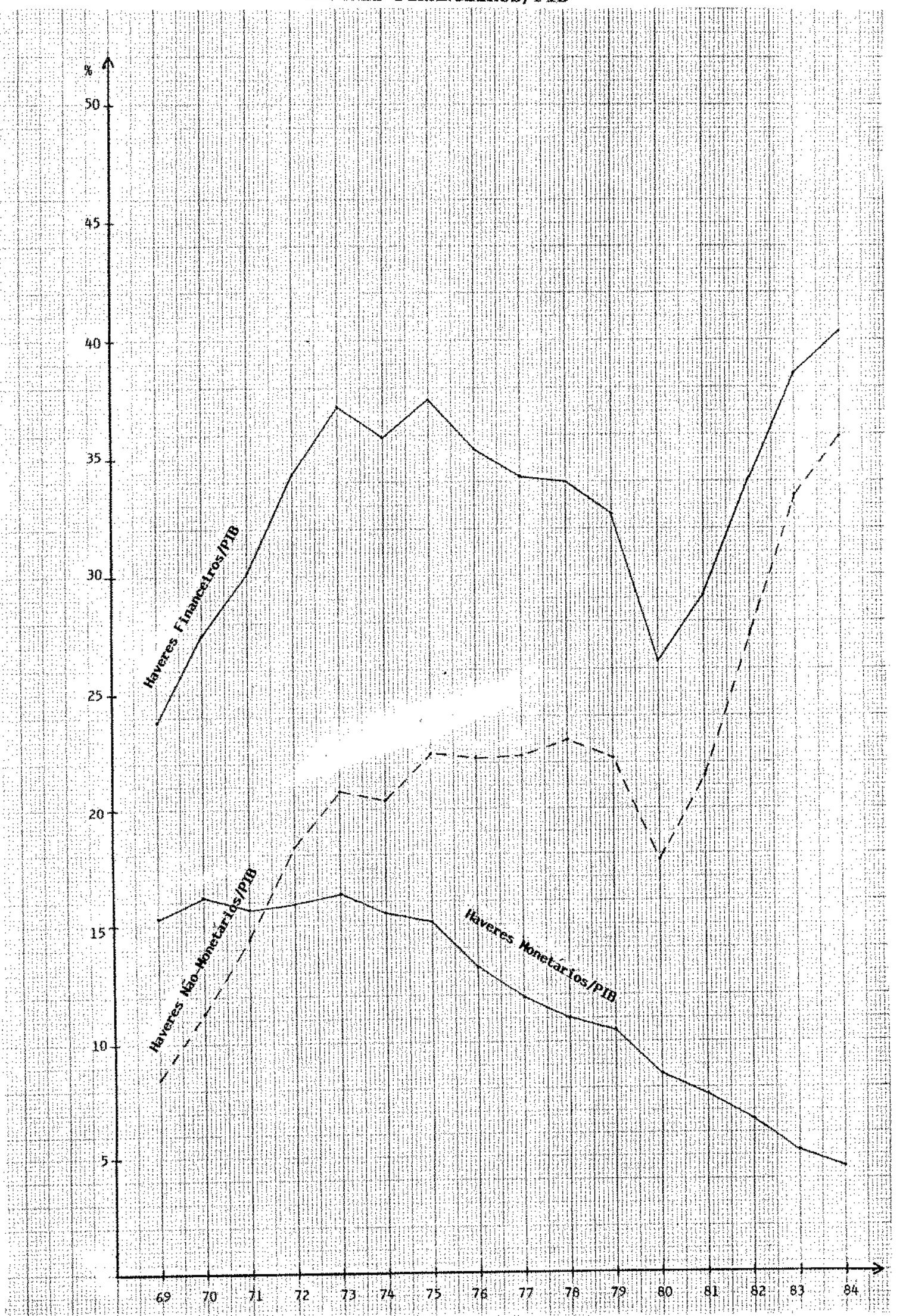
Cabe sublinhar, desde logo, que a perda de importância da atividade de crédito "tradicional" dos bancos comerciais, tanto em relação à estrutura de captação quanto e principalmente à concessão de empréstimos e financiamentos, não implica sua perda de importância enquanto instituições de crédito latu sensu, inclusive e principalmente como unidades de acumulação de capital financeiro, devido a sua diversificação e conglomeração. As instituições não-monetárias, em sua maioria, foram criadas pelos bancos comerciais e portanto são (ou se tornaram) coligadas a conglomerados financeiros. Assim, os bancos comerciais, na condição de "cabeças" dos conglomerados, passam a expandir-se em todas as possibilidades dos mercados institucionais, agora sob a configuração de um único bloco de capital — o grupo bancário-financeiro. Passam a assumir, neste sentido, a característica de multibanco.

Observemos a relação dos Haveres Financeiros médios anuais com os respectivos valores do Produto Interno Bruto do Brasil (GRÁFICO I.2).

No período como um todo, os Haveres Financeiros totais representam sempre níveis superiores a 1/4 do PIB. O quociente cresce até meados da década dos anos 70 (picos em 1973 e 1975 com

GRÁFICO I.2

HAVERES FINANCIEROS/PIB



pouco mais de 37%), voltando a crescer somente nos anos 80, atingindo mais de 40% em 1984. A primeira fase de ascenção convive com uma certa constância da relação HM/PIB (cerca de 15%) e com acen-tuado crescimento da HNM/PIB (de 8,5%, em 1969, para mais de 20% em 1973). Na fase intermediária, é estável a relação dos HNM/PIB e cai ininterruptamente a dos Haveres Monetários (4,5% em 1984). É interessante observar que esta queda é mais que compensada, a partir da virada da década, pelo expressivo crescimento do percentual HNM/PIB, o qual chega a atingir cerca de 36% no último ano.

Essa ocorrência vem, por outro ângulo, também demonstrar a importância assumida pela acumulação em termos de ativos financeiros rentáveis (caderneta de poupança, títulos da dívida pública, etc.) em detrimento aos ativos monetários de liquidez plena e imediata (papel-moeda e depósitos à vista). Quer dizer, os ativos financeiros cujos valores são corroídos pelo curso da inflação tornam-se absolutamente inexpressivos na estrutura de acumulação financeira. Ademais, este quadro tende a se acentuar enquanto perdurar a aceleração inflacionária junto a esquemas variados de aplicações financeiras protegidas de desvalorização, os quais, via de regra são isentos de risco e contam com alto grau de liquidez no mercado financeiro em geral.

No bojo das reformulações, no curso dos aperfeiçoamentos posteriores, merecem ainda destaque: a criação dos chamados fundos de poupança compulsória instituídos pelo Governo (FGTS, PIS e PASEP) com vistas a ampliar as fontes institucionais de financiamento a serem geridos por instituições financeiras

oficiais^(37); e os mecanismos de captação de recursos externos, particularmente na forma de empréstimos em moedas estrangeiras^(38), tanto por revestirem-se numa fonte alternativa de financiamento direto às empresas (Lei nº 4131), quanto por constituirem-se uma fonte de captação de recursos ao sistema bancário, a serem repassados internamente (Resolução nº 63).

Os fundo de poupança "forçada", dada sobretudo sua natureza, apresentam níveis de desempenho estritamente pautados pelas flutuações das atividades econômicas em geral. Com efeito, a arrecadação total dos três Fundos em relação ao PIB cresce até meados dos anos 70 (quando chega a representar, em média, algo em torno de 4%, nos anos intermediários) e cai vertiginosamente a partir de então, correspondendo a apenas 0,7% do PIB, em 1984^(39). Como

- (37) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instituído junto com o seu gestor, o Banco Nacional da Habitação (BNH), teria como objetivo básico proporcionar amparo aos trabalhadores em substituição ao sistema indenizatório até então existente; é constituído por depósitos compulsórios em conta vinculada, que as empresas sem exceção devem efetuar mensalmente, de valor correspondente a 8% da remuneração paga; além de ser corrigido monetariamente, o Fundo rende juros de 3% ao ano em favor do assalariado. O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), foram instituídos em 1970 e destinados ao BNDES após 1974. O PIS é constituído de recursos das empresas privadas, oriundos de uma proporção sobre o faturamento ou folha de pagamento, para posterior distribuição aos beneficiários (empregados), de acordo com suas cotas-partes. O PASEP, com recursos de origem fiscal, refere-se ao âmbito dos servidores públicos, com finalidades análogas às do PIS. Ambos, além de terem seus valores atualizados monetariamente, rendem juros anuais de 3%.
- (38) A legislação referente à entrada de capitais estrangeiros no País, sob a forma de empréstimos em moeda, se expressa nas seguintes regulamentações gerais: Lei nº 4131, de 3 de setembro de 1962; Instrução nº 289 de 14 de janeiro de 1965 e as Resoluções nºs. 63 e 64 de 21 e 23 de agosto de 1967, respectivamente. A Lei nº 4131 orienta globalmente a política sobre capital estrangeiro no Brasil, particularmente as tomadas de empréstimos diretos pelas empresas internas no mercado financeiro internacional. A Instrução nº 289, já revogada, possibilitava, com beneplácitos, a contratação de empréstimos externos em moeda, diretamente entre empresas do exterior e empresas do País. Enquanto as Resoluções nºs. 63 e 64 permitem aos bancos comerciais e de investimento e ao BNDES a obtenção de empréstimos em moedas estrangeiras a serem repassados internamente às empresas.
- (39) Dados de arrecadação líquida extraídos de Boletins mensais do Banco Central do Brasil.

vemos, esta fonte institucional de recursos tem pouca significação relativamente ao movimento da economia brasileira, em especial neste último período recessivo, quando, pelo agravamento da crise, cai a arrecadação pari passu ao aumento dos saques.

Já em relação aos mecanismos institucionais de captação de recursos externos o quadro é absolutamente oposto. O endividamento externo total do Brasil se elevou nos últimos 15 anos a uma taxa média de pouco mais de 20% ao ano. O total da dívida alcançou aproximadamente 90 bilhões de dólares em fins de 1984. A estrutura do endividamento, por sua vez, sofreu substancial alteração como reflexo, principalmente, de decisões políticas internas associadas às diferentes conjunturas do mercado financeiro internacional.

TABELA I.4
ESTRUTURA DA DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL
Final de Ano (%)

I T E N S	1969	1974	1979	set/ 1984
<u>Financiamento de Importações</u>	<u>30,8</u>	<u>27,6</u>	<u>23,2</u>	<u>19,6</u>
<u>Empréstimos em moeda</u>	<u>36,4</u>	<u>65,3</u>	<u>69,4</u>	<u>73,4</u>
Resolução nº 63	9,8	19,3	15,5	15,9
Instrução nº 289	8,5	0,4	0,0	0,0
Lei nº 4131	18,1	45,6	53,9	57,5
<u>Outros</u>	<u>32,8</u>	<u>7,1</u>	<u>7,4</u>	<u>7,0</u>
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE : Banco Central do Brasil (Boletins mensais).

A mais significativa alteração estrutural do endividamento externo brasileiro se dá na primeira metade da década dos 70^(40). Nos últimos 10 anos, embora a estrutura básica se mantenha, ainda é significativo o crescimento da participação dos Empréstimos em Moedas Estrangeiras em relação à dívida total e dentro deste item, destacam-se as tomadas de empréstimos via Lei nº 4131.

As operações amparadas pela Lei nº 4131, por suas características, são realizadas preponderantemente por filiais de empresas multinacionais ou empresas estatais, sobretudo porque a garantia das operações é exclusivamente do tomador de recursos. Já pela mecânica da Resolução nº 63, os recursos são captados por instituições bancárias no mercado internacional e repassados no mercado interno. Como vemos, em ambos os mecanismos grande número das empresas internas, ao nível "micro", foram financiadas com recursos oriundos do exterior, embora se possa afirmar, ao nível "macro", que a dívida externa brasileira teve um caráter essencialmente financeiro; ou seja, não havia necessidade da chamada "poupança" externa para financiar nosso crescimento^(41).

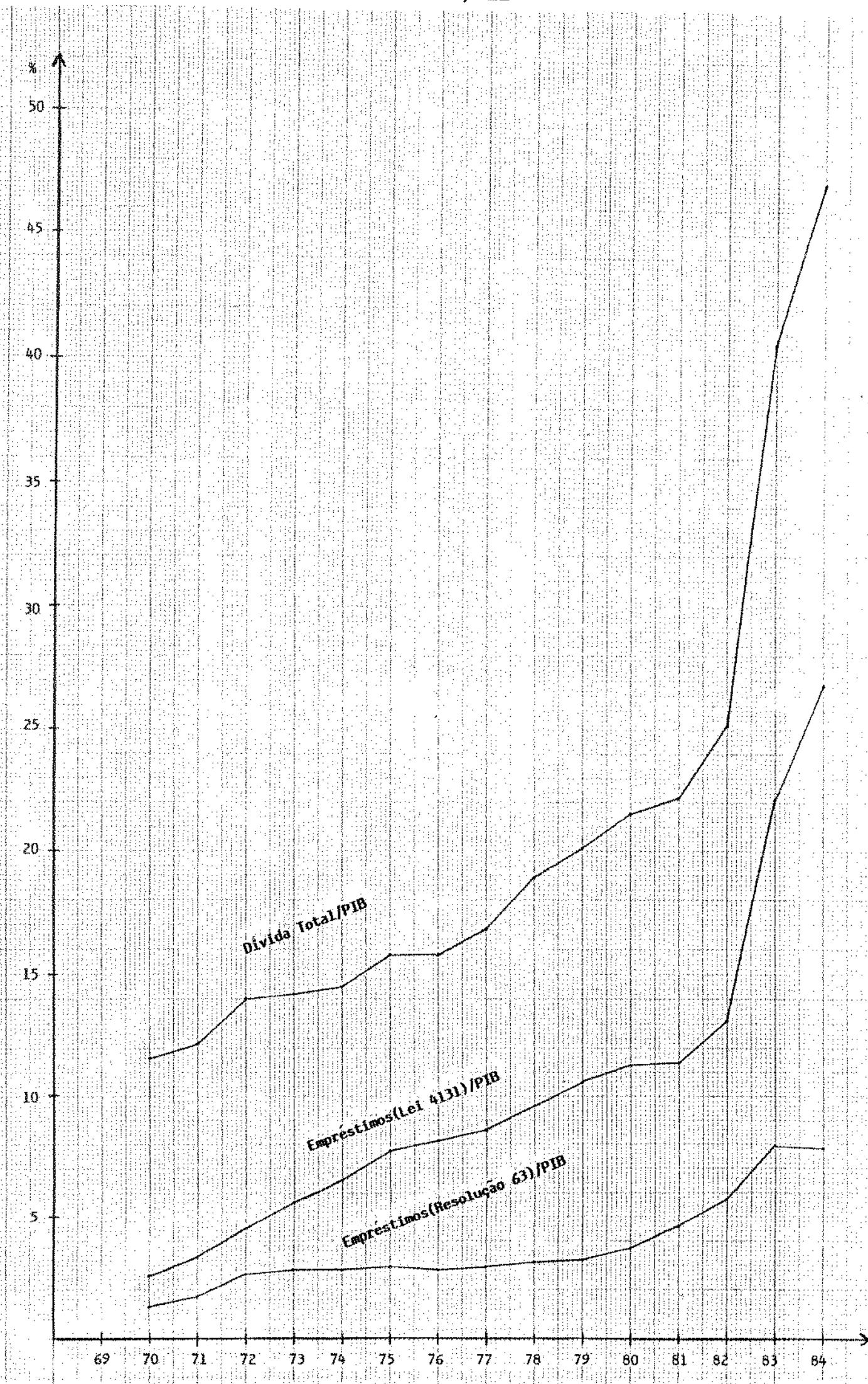
A magnitude relativa da dívida pode ser avaliada a partir do seu confronto com o PIB nos últimos 15 anos (GRÁFICO I.3).

É notável o crescimento do saldo médio da dívida externa em relação ao Produto: de pouco mais de 10%, em 1970, a dívida total média passa a representar quase 50% do valor do PIB, em 1984. É conveniente sublinhar, no entanto, que o significado dessa relação, antes de tudo, deve ser interpretado tão somente como

(40) Nos três últimos quinquênios as taxas médias anuais de crescimento da dívida foram, respectivamente 31, 24 e 12%.

(41) Ver, neste sentido, o interessante trabalho de CRUZ (1984).

DÍVIDA EXTERNA/PIB



um indicador entre duas grandezas tanto pela natureza da própria dívida (a qual já nos referimos) e, ademais, porque boa parte dos recursos tomados no exterior, contabilmente, estão congelados no Banco Central do Brasil, na forma de Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras^(42).

Em linhas gerais, a reestruturação do sistema financeiro brasileiro visou proporcionar um novo padrão de financiamento da economia mediante, principalmente, maior diversificação e especialização dos intermediários financeiros, explicitadas sobretudo nos novos esquemas e formas institucionais de captação interna e externa.

4 . A Nova Estrutura Financeira e seus Desdobramentos

Valem, neste contexto e preliminarmente, as observações de Moura da Silva^(43), quando estuda a evolução da intermediação financeira no Brasil, no período pós Reforma até segunda metade dos anos 70, destacando três fatores basilares no eixo das transformações ocorridas: a ampliação das agências financeiras estatais, o instituto da correção monetária (particularmente a partir de sua utilização a posteriori) e a criação dos chamados fundos compulsórios de financiamento. Em síntese, pois, explicita dois aspectos decisivos articulados à organização e funcionamento do sistema financeiro de então; de um lado, a maior intervenção estatal na área financeira, se bem que muito mais no sentido da administração dos recursos financeiros potencialmente canalizáveis para investimentos (através, principalmente, das chamadas operações

(42) Estamos nos referindo, basicamente, à Circular nº 230, de 29.08.74, relativa aos bancos repassadores e à Resolução nº 432, de 23.06.77, relativa às empresas tomadoras em geral.

(43) MOURA DA SILVA (1979).

de repasses) e, de outro, a institucionalização das bases e formas propícias ao processo de acumulação essencialmente financeira, a partir do qual seria delineado o cunho característico da intermediação financeira, consubstanciado em fatores desestimuladores do investimento produtivo. Como veremos mais detalhadamente adiante, ao lado de uma inversão no sentido do financiamento estatal → privado, a "orgia" financeira amplia-se substancialmente, refletindo sobretudo a aceleração dos processos de endividamento público e externo.

A nova estrutura financeira, portanto, representa de fato o lançamento das bases institucionais à acumulação financeira, em sua maior parte apoiada em títulos da dívida pública^(44). Cabe lembrar que esses títulos, representando tão somente direitos a um fluxo de renda futura inteiramente desvinculado, quer da geração de renda posterior (no sentido produtivo), quer de referência patrimonial (no sentido de quinhões de capital), assumem a forma de "capital fictício", na concepção mais ampla do conceito de Hilferding^(45).

Assim, a expansão verificada no movimento do mercado financeiro institucional não está associada ao movimento da economia no sentido real. A acumulação de ativos financeiros, neste caso, pode percorrer seu próprio caminho completamente dissociada da eventual acumulação de capital vinculada à expansão produtiva da economia. Tal manifestação, por seu turno, não é particular ao caso brasileiro, pois que "todos os sistemas financeiros cumprem a função intrínseca de centralização dos excedentes financeiros ou do capital-dinheiro sem aplicação rentável e/ou segura no setor

(44) Ver neste sentido TAVARES (1983).

(45) HILFERDING (1963)

produtivo. Vale dizer, cumprem a função que lhes é específica num sistema capitalista: de valorizar o capital no circuito financeiro" (46).

Por fim, em termos gerais, a reforma teve uma vertente fundamental relacionada à gestação, em base ampliada e diversificada, de processos de endividamento. Tais processos atingiram: as unidades familiares (como já nos referimos); o Governo, a partir da colocação dos títulos da dívida pública de sua emissão; as empresas privadas e estatais, não só através do usual sistema creditício interno, mas principalmente a partir das tomadas de empréstimos externos; e finalmente o sistema bancário, enquanto tomador de empréstimos em moedas estrangeiras para repasses internos. A articulação geral das seções, enfim, pode ser resumida num trecho de Conceição Tavares, quando, ao analisar a evolução dos ativos financeiros globais a partir de uma expansão acelerada nos anos 70, afirma que tal expansão "exprime à resposta, do lado dos ativos, ao crescimento acelerado dos passivos gerais da economia, isto é, do endividamento das famílias (consumo metropolitano), das empresas (produção e investimento) e do Estado (sobretudo através do endividamento externo que tem como contrapartida monetária o endividamento interno). A maior parte das 'poupanças' que ocorrem para comprar esses ativos não são em realidade poupança em nenhum sentido, nem micro nem macroeconômico" (47).

(46) TAVARES (1983), pg. 109.

(47) TAVARES (1983), pg. 115.

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO SISTEMA BANCÁRIO PÓS 1970

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO SISTEMA BANCÁRIO PÓS 1970

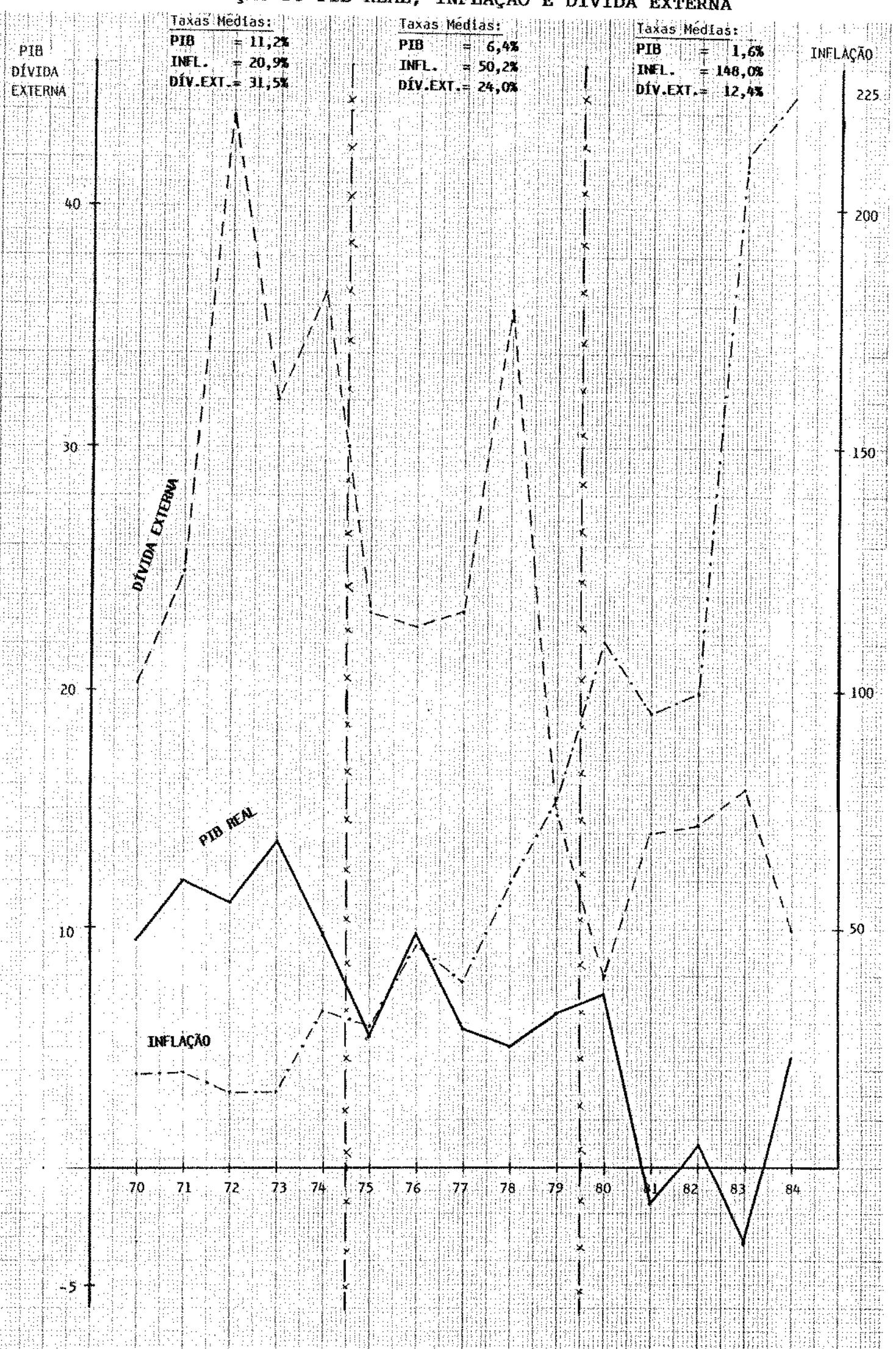
I. O Desempenho da Economia e a Política Econômica

O sistema bancário brasileiro passou por profundas transformações estruturais nos últimos 15 anos. De um lado, acompanhando o movimento cíclico da economia e, de outro e principalmente, como reflexo do curso da política econômica vigente. Um panorama geral deste período, ao nível do desempenho da economia brasileira, pode ser mostrado contrapondo os comportamentos de três indicadores básicos: a evolução do produto real, o processo inflacionário e o crescimento do endividamento externo (GRÁFICO II.1).

O traço geral das evoluções, de pronto, explicita três fases distintas, a partir da contraposição dos comportamentos individuais. Assim, temos um primeiro quinquênio onde convivem elevadas taxas de crescimento do produto real e da dívida externa com inflação relativamente baixa; uma fase intermediária, segunda metade dos anos 70, onde o patamar inflacionário já é mais elevado e caem sensivelmente as taxas anuais de crescimento do produto e da dívida; finalmente, nos anos 80, o quadro sofre drástica inflexão: a inflação estoura, o produto fica estagnado e o endividamento externo mantém suas taxas anuais em níveis baixos.

Por outro lado, tal corte temporal identifica-se plenamente com as mudanças no comando da política econômica brasileira — nas figuras ministeriais de Antonio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto — a partir das quais sintetizare-

TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB REAL, INFLAÇÃO E DÍVIDA EXTERNA



mos, mais adiante, essas respectivas gestões.

Decorrente do movimento geral da economia, o eixo das transformações, do ponto de vista do capital bancário, explicitou-se através das seguintes ocorrências:

- movimento de concentração, pelo desaparecimento de vários bancos através, principalmente, de um intenso processo de fusões, incorporações, etc.;
- movimento simultâneo de conglomeração no setor financeiro, no rumo da centralização de capital, mediante criação e agrupamento de instituições financeiras "especializadas" em cada mercado;
- emergência e consolidação dos chamados multibancos — fruto dos movimentos anteriores — reforçando a competição via diversificação das operações e serviços financeiros; e
- gestação de um mercado nacional de crédito, para o qual e também a partir do qual surgem os multibancos, levando praticamente à extinção os grupos financeiros, ou os capitais bancários, caracteristicamente regionais ou estaduais.

Por outra parte, altera-se substancialmente o perfil operacional do setor bancário, conjugando os fatores institucionais ao desempenho da economia brasileira em cada fase, ao longo desses últimos vinte anos. Em largos traços, o triénio 1965/67 corresponde aos chamados anos das reformas, a partir das quais, inclusive, se daria o badalado "milagre" brasileiro (1968/73). Após este ciclo expansivo a economia brasileira entra numa das mais profundas crises de sua história. Do ponto de vista do setor bancário, os efeitos da presente recessão ocorreriam com certa defasagem — fato natural em se tratando de atividade financiadora — e foram potencializados pelos rumos da política econômica, particularmente das políticas anti-inflacionária e de endividamento (público e externo).

adotadas. Com efeito, o sistema bancário brasileiro na atualidade evidencia:

- ampliação das margens de risco associada ao baixo retorno operacional ativo; e
- encarecimento relativo dos itens institucionais de captação, acarretando, em consequência, uma onerosa composição passiva.

Examinaremos, em complemento, os traços gerais do curso da política econômica, de um lado, destacando os períodos em que o domínio desta política esteve concentrado nas mãos de um forte "policy maker" e, de outro, evidenciando as alternâncias nas diretrizes e ênfases seguidas. Desta forma, enfocaremos um primeiro período, compreendido entre os anos 1969 a 1974, correspondente à primeira gestão do ministro Delfim Netto; um segundo, entre 1974 e 1979, relativo à fase do ministro Simonsen e, finalmente, de 1979 a 1984, que corresponde à última gestão do ministro Delfim. Outrossim, devemos esclarecer que a síntese reportará, de modo geral, as principais medidas referentes ao setor bancário-financeiro — objeto do trabalho — e de caráter interno, porquanto em partes subsequentes do texto serão tratadas as medidas voltadas para o âmbito externo.

O primeiro período delfiniano identifica-se com a fase áurea do "milagre" brasileiro, onde o binômio crescimento-inflação conviviam em perfeita harmonia. Do ponto de vista do setor financeiro, a situação de controle e determinação política foi de relativa tranqüilidade, em particular pela própria expansão generalizada dos setores, satisfatoriamente atendidos com crédito bancário, e pela cômoda condição dos endividamentos externo e público interno. Desta forma, uma tônica da fase diz respeito à fixação, em sentido gradativo de redução, de taxas de juros — custo do dinheiro —

praticada pelas instituições creditícias em geral^(1). Ao mesmo tempo, procurou-se estabelecer medidas compensatórias, ou de contrapartida, no sentido de atenuação dos efeitos sobre os segmentos institucionais afetados. Assim, concedeu-se redução no compulsório, em conjunto com a ampliação de sua parte remunerada com correção monetária (ORTN); reduziu-se taxas de captação em geral; conferiu-se maior especialização ao mercado, sobretudo o de captação; e, por fim, particularmente na área das financeiras, elevou-se o limite operacional de financiamento ao consumidor e ampliou-se o valor dos financiamentos, para efeito de dispensa de alienação fiduciária^(2).

Em 1974, com a entrada do novo governo, não obstante já se pudesse perceber a configuração da crise a nível mundial, o clima interno ainda era de euforia, tanto que, no corte da política

- (1) Para o segmento dos bancos comerciais tivemos a Resolução nº 114, de 07/05/69, fixando taxas máximas de juros que deveriam ser cobradas nas operações ativas; a de nº 134, de 18/02/70, fixando novas taxas e excluindo do teto as operações lastreadas por repasses internos e externos; a de nº 207, de 02/02/72, instituindo novas e menores taxas máximas de juros e a de nº 242, de 16/01/73, trazendo novas reduções. Na área dos bancos de investimento e das financeiras destacam-se: Resolução nº 115, de 21/05/69, reduzindo o custo do dinheiro, através de percentual mínimo (12%), excluídos repasses internos e externos; Resolução nº 136, de 18/02/70, com nova redução (10%) e Resolução nº 245, de 16/01/73, que fixou taxas máximas de remuneração real dos financiamentos dos bancos de investimento em 8% a.a. e estabeleceu redução para as financeiras compatível com sua taxa de captação.
- (2) A Resolução nº 123, de 21/08/69, reduziu o compulsório e a nº 134, de 18/02/70, facultou a aplicação do mesmo em ORTN (de 30 para 55%). As reduções na remuneração dos depósitos a prazo foram determinadas sucessivamente pelas Resoluções: nº 210, de 02/02/72, e 244, de 16/01/73. Caso análogo para Letras de Câmbio pelas Resoluções nº 212, de 02/02/72, e nº 244, de 16/01/73. A Resolução nº 211, de 02/02/72, proibiu os bancos de investimento de operarem com aceite cambial. E, finalmente, na área das financeiras, a elevação dos limites operacionais circunscreveu-se às Resoluções nº 163, de 24/12/70, nº 197, de 30/11/71, e nº 274, de 10/01/74; enquanto no caso da alienação fiduciária às Resoluções nº 198, de 30/11/71, e nº 273, de 10/01/74.

econômica, planejou-se um ambicioso crescimento econômico explicitado no II PND. Neste contexto, a administração Simonsen teve dois momentos: o primeiro denotando a tentativa de levar à força as metas planejadas para, em seguida, decretar o abandono, já tardio, da "cartilha" então reconhecida como de elaboração equivocada. Assim e no âmbito do setor bancário, nos primeiros dois anos do novo governo, embora tenha se mantido a política de fixação das taxas de juros praticadas no mercado, começa-se a ceder permitindo aumentos generalizados nas taxas de juros dos empréstimos bancários, ao mesmo tempo em que autoriza-se subidas gradativas nas remunerações de captações rentáveis, também de modo geral^(3). Já em 1975/76, abandona-se totalmente a política de fixação e controle do custo interno do dinheiro, através da liberação da taxa de juros (de aplicação e captação), para todos os papéis e operações dos vários segmentos institucionais creditícios^(4).

Tal determinação estaria associada à elevação nas taxas de juros internacionais, fato que nos impunha a necessidade de manter um diferencial no custo do dinheiro, capaz de não desestimular as tomadas de empréstimos no mercado financeiro internacional.

Ainda nesta fase é demonstrado também um novo tipo de preocupação relacionado ao processo inflacionário, tanto pela possível influência da correção monetária estipulada nos ativos finan-

(3) Resolução nº 286, de 03/05/74 introduzindo elevação nas taxas de captação. Resolução nº 293, de 23/07/74, elevando mais as taxas, inclusive as de financiamentos dos bancos de investimento e financeiras. Resolução nº 309, de 25/10/74, com nova elevação para bancos de investimento e Resolução nº 368, de 09/04/76, aumentando as taxas para os bancos comerciais.

(4) A Resolução nº 322, de 15/04/75, estabeleceu taxa de mercado para captações (depósitos a prazo e aceites cambiais). A Resolução nº 361, de 12/03/76, liberou as taxas (mercado) de aplicação para bancos de investimento e financeiras e a Resolução nº 389, de 15/09/76, estendeu a liberação aos bancos comerciais.

ceiros rentáveis, quanto pelo aumento da demanda. Com efeito, foram baixadas medidas impeditivas para utilização generalizada de aplicação da correção monetária pré-fixada nos títulos, enquanto, por outra parte, reduzia-se gradualmente os prazos de financiamento ao consumo (na área das financeiras) e elevava-se o compulsório dos bancos comerciais. Por fim, já em seus dias derradeiros (final de 1978 e princípio de 1979), a administração Simonsen estabelece, em percentual, o cálculo do chamado "rendimento real", cujo papel era o de limitar as remunerações de obrigações indiretas rentáveis emitidas por instituição financeira^(5).

Em meados de 1979, no bojo de sua "entrada triunfante", o ministro Delfim pratica inicialmente uma política desenvolvimentista. Logo em seguida, no entanto, começa uma longa e tortuosa caminhada adotando inúmeras medidas de nítido caráter recessivo. Foi, na verdade, um começo trôpego.

Cabe sublinhar, nesta fase, o violento impacto absorvido pelo segundo choque do petróleo (1979) e a emergência dos impasses mais drásticos relacionados à administração da dívida externa — a partir da famigerada ingerência do Fundo Monetário Internacional no curso da política econômica interna. Do ponto de vista interno mais geral o período registra duas maxidesvalorizações do cruzeiro: a primeira em fins de 1979 e a segunda no início de 1983. Outro aspecto da maior relevância, que certamente trouxe grande impacto ao mercado financeiro, foi a determinação do uso da correção monetária mediante pré-fixação, em toda sua extensão e nas diferentes formas

(5) Elevação do compulsório: Resoluções nº 375, de 09/04/76, nº 382, de 21/07/76, e nº 446, de 19/10/77. Houve ainda uma redução temporária no compulsório em meados de 1977 (Resolução nº 424, de 19/04/77). A pré-correção monetária só foi permitida para aplicações de prazos inferiores a 2 anos (Resolução nº 286, já citada). Redução nos prazos de financiamentos das financeiras: Resolução nº 383, de 21/07/76, nº 510, de 24/01/79, nº 522, de 14/03/79, e nº 538, de 16/05/79.

de aplicação, durante o ano de 1980. Não resta dúvida que, dentre os inúmeros reflexos desta medida, toma evidência o efeito negativo sobre a intermediação financeira institucional, principalmente por consubstanciar um fator desestimulador às aplicações financeiras em papéis especificados e sujeitos a tal cláusula.

Dentre as principais medidas relacionadas estritamente ao setor bancário-financeiro destacam-se: de início, a imposição de reduções sucessivas no custo do dinheiro nas operações ativas das instituições financeiras creditícias, que só mais tarde (1981) seriam liberadas, concomitante à adoção dos chamados limites de crescimento nas aplicações dessas instituições, mediante o controle quantitativo do crédito. Esse controle, por sua vez, continuou na primeira metade de 1983 — inclusive com periodização trimestral — para ser totalmente extinto no meio deste mesmo ano. Outro destaque no período refere-se ao estabelecimento, em meados de 1982, de aplicação da correção monetária sempre a posteriori, seja para operações ativas, seja para títulos institucionais de captação; o qual, dois anos depois, seria em parte suprimido pela autorização de uso da correção monetária pré-fixada em operações ativas do sistema bancário, desde que lastreadas com recursos internos (6).

(6) Em 30/08/79, redução de custos para operações ativas dos bancos comerciais (Resolução nº 560) e dos bancos de investimento e financeiras (Resolução nº 561). Fixação de custos máximos nas operações ativas para bancos comerciais e de investimento (Resolução nº 651, de 12/11/80). Estabelecimento de taxa de mercado para os bancos comerciais e de investimento, em 21/01/81, pela Resolução nº 673. No caso da limitação do crescimento das aplicações foram baixadas: Resolução nº 605, de 02/04/80 (exercício de 1980), nº 717 e 718, de 22/12/81 (exercício de 1982); no ano seguinte, Resoluções nºs. 779 e 780, de 16/12/82, era ainda mantido o controle quantitativo do crédito. Em 1983 (manutenção com referência trimestral), Resoluções nºs. 786 e 795, de 11/01/83, e nºs. 805 e 806, de 10/03/83, respectivamente para bancos de investimento e bancos comerciais. A extinção total desse controle foi estabelecido em 09/06/83 pela Resolução nº 835. As Resoluções nºs. 752 e 753, de 12/08/82, estabeleceram sempre correção monetária a posteriori nas operações ativas e a de nº 912, de 05/04/84, autorizou o uso da pré-fixação.

2. Os Movimentos de Concentração e Conglomeração

A matriz do atual perfil do setor bancário brasileiro originou-se de manifestações próprias do capitalismo, explicitados nos movimentos de concentração e conglomeração. Esses movimentos, de início, foram incentivados e, em boa parte, patrocinados pelo Governo, que buscava, de modo geral, tornar o sistema financeiro institucional mais eficiente, particularmente via economias de escala. As Autoridades Governamentais argumentavam que, de um lado, a partir da queda nos custos operacionais dos bancos, haveria possibilidade de ocorrência de taxas de juros bancários mais baixos e, de outro, a partir da consolidação de grandes instituições bancárias, estas atenderiam suficiente e diversificadamente as necessidades financeiras das grandes empresas, bem como viriam a atuar mais incisiva e diretamente em áreas não financeiras, tais como: industrial, comercial e de outros serviços^(7). Já no período recente, no entanto, com a conglomeração consolidada, o movimento concentrador adquire um novo caráter, dentro da lógica capitalista, e, sem dúvida, à revelia das Autoridades Governamentais, advindo da luta concorrencial dos blocos de capital vis-à-vis às dimensões e potencialidades de um mercado financeiro em crise. Num primeiro momento, a concentração bancária ocorreu no segmento dos bancos comerciais não só por sua maior expressão associada a sua precedência temporal sobre as demais instituições, mas também pelo fato desses bancos virem a assumir a condição de cabeças dos grupos financeiros em formação. Posteriormente, o fenômeno da

(7) Como ilustração reproduzimos a frase eufórica de uma publicação do Banco Central do Brasil: "continua em franco desenvolvimento a política de fusões e incorporações, como uma das formas mais eficientes de redução dos custos operacionais e maximização de lucros". BACEN (1975) pg. 3.

concentração generaliza-se e atinge sobretudo instituições financeiras independentes (não conglomeradas) ou conglomerados financeiros de menor porte.

2.1. Bancos comerciais

No caso dos bancos comerciais, o movimento de concentração, em que pese sua maior ou menor intensidade (tema exaustivamente estudado em vários trabalhos, por sinal convergentes^(8), refletiu-se tanto na diminuição do número de instituições em funcionamento, bem como no aumento de participação das empresas líderes, em termos dos mercados institucionais de captação e aplicação.

TABELA II.1

NÚMERO E AGÊNCIAS DE BANCOS COMERCIAIS EM FUNCIONAMENTO

Final de Ano

ANOS	OFICIAIS ⁽¹⁾		PRIVADOS NACIONAIS		ESTRANGEIROS ⁽²⁾		TOTAL	
	SEDES	AGÊNCIAS	SEDES	AGÊNCIAS	SEDES	AGÊNCIAS	SEDES	AGÊNCIAS
1970	28	2.203	142	5.623	8	35	178	7.861
1974	28	2.791	72	5.495	9	34	109	8.320
1979	27	3.712	68	6.863	13	38	108	10.613
1984	28	5.834	64	8.843	19	59	111	14.736

FONTE: Banco Central do Brasil (Relatórios Anuais).

(1) Federais (BB, BNB, BASA e Banco de Roraima) e Estaduais.

(2) Bancos de controle de capital estrangeiro

Ao nível do número de estabelecimentos bancários fica

(8) Sobre concentração bancária citamos apenas os trabalhos mais recentes: CARVALHEIRO (1982) e MARQUES (1982). Sobre concentração PERDIGÃO(1983).

patente que o movimento de concentração verificou-se exclusivamente no segmento privado nacional e ademais circunscreveu-se fundamentalmente ao primeiro período (anos iniciais da década dos 70). Por outro lado, é relativamente expressivo o crescimento no número de bancos estrangeiros no período, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, a despeito da política protecionista aplicada ao setor. Tal fato, na verdade reflete a política de reciprocidade do Brasil mantida com vários países^(9).

Em simultâneo, é notável o crescimento da rede de agências bancárias nesses últimos quinze anos, particularmente no conjunto dos bancos oficiais capitaneados pelo Banco do Brasil. A disseminação global da rede bancária reflete-se no crescimento do número de agências por sede, de exatamente três vezes de 1970 a 1984.

TABELA II.2
RELAÇÃO AGÊNCIAS/SEDE DE BANCOS COMERCIAIS

Final de Ano

ANOS	BANCO DO BRASIL	DEMAIS BANCOS OFICIAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS	TOTAL
1970	740	54	39	4	44
1974	969	67	76	3	76
1979	1.136	99	100	2	98
1984	2.401	127	138	3	132

FONTE: Banco Central do Brasil (Relatórios Anuais)

Com exceção do conjunto de bancos controlados pelo capital estrangeiro — cuja expansão interna da rede de agências é

(9) Essa reciprocidade foi estabelecida legalmente (Lei nº 4431) e seus efeitos serão examinados em partes subsequentes do texto.

bloqueada pelo Banco Central do Brasil — os demais segmentos apresentaram significativos aumentos na relação agência/sede. Embora o destaque isolado seja do Banco do Brasil, o conjunto dos bancos privados nacionais é o que apresenta, no período todo, o maior crescimento relativo, quando seu coeficiente agência/sede multiplica-se por quase quatro vezes, de 1970 a 1984.

Em termos gerais, portanto, os primeiros dados indicam que o setor bancário comercial foi alvo de um amplo e intenso movimento de concentração e de centralização de capital, ao mesmo tempo em que logrou um fortalecimento institucional das respectivas estruturas bancárias — manifestações típicas quando de acirramento da competição interbancária.

Vejamos a ampliação dos tamanhos dos bancos, em termos dos mercados institucionais, a partir das participações nos movimentos de captação (depósitos do público) e aplicação (emprestimos)^(10). No caso dos depósitos totais captados, o quadro básico apresenta sensível alteração no corte de propriedade de capital (bancos oficiais e privados), nos últimos 15 anos.

(10) Algumas Tabelas não incluem dados do Banco do Brasil, posto que, além de banco comercial é um grande banco de fomento e também Autoridade Monetária. Desse modo, além de ter grande peso no sistema bancário, suas operações são mais autônomas porquanto não estão sujeitas às normas gerais impostas aos demais bancos, como por exemplo: compulsório, redesconto, etc.

TABELA II.3
DEPÓSITOS TOTAIS CAPTADOS POR BANCOS COMERCIAIS

BANCOS	(%)	1969	1974	1979	1984
Banco do Brasil	39,6	36,0	26,2	21,4	
Demais Bancos Oficiais	16,5	18,8	19,9	18,1	
Bancos Privados ⁽¹⁾	43,9	45,2	53,9	60,5	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Nacionais e Estrangeiros

A posição perdida pelo Banco do Brasil, no mercado de captação direta do público, foi sendo ocupada basicamente pelo segmento dos bancos comerciais privados. No corte de bancos oficiais e privados, há uma nítida inversão do quadro, segundo as posições nos anos extremos: o percentual de cerca de 40% referente ao conjunto dos bancos privados, em 1969, cabe aos bancos oficiais, em 1984. A exceção do Banco do Brasil, os maiores bancos, de modo geral, mantêm relativa estabilidade em suas posições no mercado de captação de depósitos totais do público, particularmente na última década.

TABELA II.4
**PARTICIPAÇÕES DOS MAIORES BANCOS COMERCIAIS
NA CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS TOTAIS**

Nº DE BANCOS ⁽¹⁾	(%)	1969	1974	1979	1984
5 maiores	25,4	35,6	33,5	33,8	
10 maiores	39,4	54,6	50,8	51,2	
15 maiores	49,0	65,5	62,5	64,8	
20 maiores	56,5	73,8	72,1	72,4	
25 maiores	62,9	80,6	80,4	77,0	

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

(1) exclusive o Banco do Brasil.

O quadro reflete claramente a fase onde ocorre um movimento de concentração mais intenso: de 1969 a 1974, correspondendo ao movimento de concentração induzida. Nos anos recentes, não há indícios de grandes desniveis entre os maiores bancos; ou seja, os líderes mantêm suas posições no mercado. A intensidade da escalada da concentração pode ser avaliada, também, a partir da constatação de que, enquanto em 1969, dezesseis bancos (7,5% do universo) captavam mais da metade do total de depósitos, em 1984, apenas dez bancos (9,1% do total) respondem por esta margem de captação. Ademais, os dados também demonstram que os dezesseis maiores bancos, em 1969, captavam em média mais de 12 vezes o saldo médio de depósito dos demais (196) bancos; em 1984 este índice atinge para os dez primeiros bancos mais de 10 vezes o depósito médio dos 100 restantes. As participações isoladas apresentaram sensível crescimento até 1979 e relativa estabilidade no último quinquênio.

TABELA II.5
**PARTICIPAÇÕES DOS DEZ MAIORES BANCOS COMERCIAIS NA
 CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS TOTAIS**

BANCOS	(%)			
	1969	1974	1979	1984
AUXILIAR	-	-	2,3	-
BAMERINDUS	-	3,3	3,6	3,4
BANERJ ⁽¹⁾	2,5	3,4	3,3	-
BANESPA	7,4	11,0	7,2	6,0
BRADESCO	6,1	11,0	11,4	10,1
CITIBANK	-	-	-	3,4
COMIND	2,5	2,9	-	3,4
ECONÔMICO	-	-	-	3,2
ITAÚ	3,3	7,8	7,0	7,6
MERCANTIL DE SÃO PAULO	2,5	2,9	2,7	-
NACIONAL	3,1	3,6	4,5	5,1
NORDESTE DO BRASIL	5,1	-	-	-
REAL ⁽²⁾	3,4	4,6	4,3	4,0
UNIBANCO	3,5	4,1	4,5	5,0
TOTAL	39,4	54,6	50,8	51,2

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

(1) Denominação em 1969 e 1974: Banco do Estado da Guanabara.

(2) Denominação em 1969: Banco da Lavoura de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, é interessante observar que, nesses últimos 15 anos, apenas catorze bancos classificaram-se entre os dez maiores depositários, nos vários anos selecionados; além disso, seis bancos constam da listagem em todos os anos e, inclusive, dividem entre si as primeiras posições desde 1974 (BANESPA, BRADESCO, ITAÚ, NACIONAL, REAL e UNIBANCO). Por outro lado, somente

quatro instituições aparecem uma única vez, alternadamente, nos extratos dos dez maiores (AUXILIAR, CITIBANK, ECONÔMICO e BANCO DO NORDESTE DO BRASIL). À exceção do BNB (3º, em 1969) os demais (AUXILIAR, CITIBANK e ECONÔMICO) foram sempre os últimos colocados no "ranking" dos dez maiores bancos, em seus respectivos anos.

No caso dos empréstimos a situação não é, de tudo diferente.

TABELA II.6
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS POR BANCOS COMERCIAIS

BANCOS	1969	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	35,0	42,2	40,6	16,2
DEMAIS BANCOS OFICIAIS	23,3	21,6	24,2	34,8
BANCOS PRIVADOS ⁽¹⁾	41,7	36,2	35,2	49,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais).

(1) Nacionais e Estrangeiros.

A queda de participação do Banco do Brasil, neste caso, é ainda mais violenta e ocorre de forma mais drástica no período dos últimos 5 anos. Este comportamento, sem dúvida, reflete a condição de Autoridade Monetária do Banco do Brasil, uma vez que o seu item de Empréstimos reveste-se (no viés monetarista), num dos mais importantes instrumentos de política monetária, do ponto de vista da condução do orçamento monetário, e portanto vem sendo alvo de medidas contracionistas na "ingrata" luta governamental contra a inflação. A participação dos demais bancos governamentais é crescente, enquanto o segmento privado cresce seu percentual somente de 1979 a 1984.

Observemos as maiores participações nos respectivos saldos de empréstimos anuais no período enfocado.

TABELA II.7
PARTICIPAÇÕES DOS MAIORES BANCOS COMERCIAIS NOS
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Nº DE BANCOS⁽¹⁾	(%)			
	1969	1974	1979	1984
5 maiores	26,4	34,8	33,1	33,4
10 maiores	38,7	50,2	46,7	45,3
15 maiores	48,0	61,6	58,0	55,4
20 maiores	55,3	70,5	68,9	62,9
25 maiores	61,7	77,7	76,9	68,3

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

(1) Exclusive o Banco do Brasil.

No caso dos empréstimos, a grande alteração no sentido de concentração se dá nos primeiros anos da década dos 70, posto que a estrutura básica dos últimos anos praticamente se mantém. No primeiro período, no entanto, o movimento é bastante forte, pois que, dezessete bancos, cerca de 8% do total, respondiam por mais da metade dos empréstimos concedidos, em 1969, e apenas dez, correspondendo a pouco mais de 9% do universo, somam tal magnitude em 1974; continuando praticamente este número até 1984. Enquanto, em 1969, os dezessete maiores bancos emprestadores apresentavam um saldo médio de empréstimo equivalente a 12 vezes o saldo médio emprestado pelo conjunto de bancos restantes (195), no último ano os doze maiores bancos (responsáveis por cerca da metade do saldo de empréstimos) emprestam pouco mais de 8 vezes, em média, o valor médio correspondente aos 98 bancos menores. Em termos individuais,

o comportamento é ligeiramente diferente do ocorrido no caso dos depósitos, dada, principalmente, a alteração da estrutura de captação de alguns grandes bancos.

TABELA II.8
PARTICIPAÇÕES DOS DEZ MAIORES BANCOS COMERCIAIS NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

BANCOS	(%)			
	1969	1974	1979	1984
BAHIA ⁽¹⁾	2,6	-	-	-
BAMERINDUS	-	2,7	2,7	-
BANERJ ⁽²⁾	4,5	4,1	3,1	2,3
BANESPA	8,3	10,5	13,2	12,4
BANRISUL	-	-	2,5	2,6
BRADESCO	4,7	7,6	6,1	4,6
CITIBANK	-	2,5	4,4	7,0
CREDIREAL	2,5	-	-	-
ITAU	3,0	7,4	4,0	3,6
NACIONAL	2,5	3,0	-	2,3
NORDESTE DO BRASIL	5,9	5,2	5,0	5,7
REAL ⁽³⁾	2,5	3,8	2,9	2,3
UNIBANCO	2,2	3,4	2,8	2,5
TOTAL	38,7	50,2	46,7	45,3

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

(1) Absorvido pelo BRADESCO, em 1973.

(2) Denominação em 1969 e 1974: Banco do Estado da Guanabara.

(3) Denominação em 1969: Banco da Lavoura de Minas Gerais.

Sob este aspecto, apenas doze bancos revezam-se entre os dez maiores por empréstimos (excetuando-se o caso do Banco da

Bahia que foi incorporado pelo BRADESCO ainda no primeiro período). Constan da lista, em todos os anos, exatamente sete bancos (BANERJ, BANESPA, BRADESCO, ITAÚ, NORDESTE DO BRASIL, REAL e UNIBANCO), cinco dos quais desfrutavam da mesma condição, com respeito ao item de depósito. Outrossim, apenas um banco (Banco de Crédito Real de Minas Gerais — CREDIREAL) aparece uma única vez entre os maiores bancos emprestadores. Os grandes destaques são: de um lado, a absoluta liderança de um banco oficial estadual (BANESPA) — afinal o banqueiro do Governo do maior Estado brasileiro — e, de outro, a "performance" de um banco estrangeiro (CITIBANK) — afinal um braço de uma das maiores corporações financeiras internacionais (CITICORP), cuja escalada, pós 1974, conferiu-lhe o 2º lugar em termos globais assumindo a condição de liderança por empréstimos dentro do segmento dos bancos comerciais de iniciativa privada. Nos dois casos é patente a menor dependência em relação a recursos captados diretamente do público no mercado, seja pela disponibilidade de fundos ou recursos de origem governamental, seja pela flexibilidade na tomada de recursos externos.

De modo geral, fica configurado um forte movimento de concentração bancária, em especial no mercado de captação de recursos do público. Esse movimento, por sua vez, é bem mais amplo se considerarmos que, à exceção do BNB (caracteristicamente um banco de fomento regional controlado pelo Governo Federal) os demais bancos comerciais, classificados entre os maiores tanto por depósitos quanto por empréstimos, também pertencem e lideram os maiores conglomerados financeiros, particularmente os de iniciativa privada. Esse fato, reforça e amplia o poder dos grandes bancos, enquanto estruturas bancárias, não só pelo maior peso de seu bloco de capital, mas também, pela centralização operacional em termos dos diversos esquemas e possibilidades de atuação no

mercado bancário-financeiro em geral.

2.2. Companhias de crédito, financiamento e investimento

No segmento das Financeiras o movimento de concentração apresenta comportamento diferente dos bancos comerciais, fruto principalmente da readaptação do sistema como um todo, no sentido da integração e fortalecimento do conjunto institucional. Inicialmente, podemos constatar que o número de companhias decresce continuamente nos últimos 15 anos.

TABELA II.9
NÚMERO DE FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO
Final de Ano

ANOS	FINANCEIRAS
1969	215
1974	150
1979	118
1984	112

FONTE: Banco Central do Brasil
 (Relatórios Anuais).

Atualmente o número de Financeiras corresponde a pouco mais da metade do existente em 1969. Tal ocorrência reflete os efeitos do movimento de conglomerado bancária sobre as chamadas instituições independentes, salvo aquelas pertencentes ou coligadas a grandes lojas de produtores/vendedores de bens duráveis de consumo. Do ponto de vista da distribuição do mercado, em termos de financiamento, a situação é praticamente imutável no período analisado.

TABELA II.10
**PARTICIPAÇÕES DAS MAIORES FINANCEIRAS NOS
 FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS**

NÚMERO DE FINANCEIRAS	(%)			
	1969	1974	1979	1984
5 maiores	22,1	25,5	24,9	26,5
10 maiores	34,7	39,6	36,4	38,3
15 maiores	44,0	48,8	44,3	45,9
20 maiores	51,0	55,9	50,5	50,7
25 maiores	57,2	62,4	55,4	54,2

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

Entre 1969 e 1974, após uma leve subida das participações em todos os extratos, a composição básica mostra certa estabilidade no último decênio. Assim, o número de companhias responsáveis pela metade dos financiamentos concedidos situa-se sempre na proximidade das vinte maiores, enquanto tal número, em relação ao universo, representasse quase 10% em 1969 e cerca de 18% em 1984. Interessante observar que o crescimento das instituições foi generalizado e até mais intenso nos extratos de menor tamanho: enquanto, em 1969, as vinte maiores financeiras emprestavam, em média, cerca de 9 vezes o valor médio correspondente às (195) outras financeiras, em 1984, este indicador, para as vinte maiores, cai para quase 5 vezes em relação às (92) restantes. No corte individual das dez maiores, com poucas exceções, o grupo de instituições em 1969 difere fundamentalmente do grupo correspondente em 1984.

TABELA II.11
**PARTICIPAÇÕES DAS DEZ MAIORES FINANCEIRAS NA
 CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS**

FINANCEIRAS	(%)			
	1969	1974	1979	1984
BAMERINDUS	-	2,4	2,6	2,8
BCN ⁽¹⁾	2,1	-	-	-
BRADESCO	2,5	5,7	5,9	10,0
COPEG	6,3	-	-	-
CREFISUL	-	2,2	-	-
ECONÔMICO	-	-	-	2,3
ELECTRA	2,4	-	-	-
FINASA	-	6,1	5,2	2,5
FORD	-	-	2,1	2,3
GENERAL MOTORS	-	4,4	3,8	2,8
INDEPENDÊNCIA	5,0	3,5	-	-
ITAU ⁽²⁾	2,9	5,4	6,4	7,1
MAPPIN	-	2,3	-	-
MINAS OESTE ⁽³⁾	3,1	-	-	-
REAL	-	3,9	3,5	3,7
SAFRA	2,7	-	2,6	-
SINAL	-	-	1,9	2,0
UNIBANCO ⁽⁴⁾	3,9	3,7	2,4	2,8
VERBA ⁽⁵⁾	3,8	-	-	-
TOTAL	34,7	39,6	36,4	38,3

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

- (1) Denominação em 1969: Finacional S.A - Crédito, Financiamento e Investimento.
- (2) Denominação em 1969: Cia. Sul Americana de Investimentos, Crédito e Financiamento.
- (3) Esta Companhia pertencia ao Grupo do Banco Mineiro do Oeste, o qual foi absorvido pelo BRADESCO, em 1973.
- (4) Denominação em 1969 e 1974: Credibrás Financeira do Brasil S.A.
- (5) Esta Companhia pertencia ao Grupo do Banco Predial do Rio de Janeiro, o qual foi absorvido pelo UNIBANCO, em 1970.

O quadro geral, em termos de conjunto, sofre sensível mudança no período, a partir de uma nítida alteração quanto ao tipo de financeira figurante no primeiro decil (quando estiveram envolvidas, no período, dezenove companhias). À exceção da COPEG (conglomerado estatal, cujos financiamentos englobavam o crédito imobiliário em 1969), desaparecem ou perdem expressão as chamadas financeiras independentes, no rol das grandes em 1969 (a exemplo da Electra, vinculada ao Grupo Eletroradiobrás, e da Independência). Por outro lado, o processo de concentração bancária, em sentido amplo, absorve algumas das maiores companhias existentes nos primeiros anos da década dos 70, inclusive já conglomeradas (casos mais típicos da Minas Oeste e da Verba), as quais vão compor e "engordar" alguns conglomerados financeiros de maior porte. Com efeito, o quadro atual ressalta expressiva participação, entre as maiores, de financeiras acopladas a produtores/vendedores de artigos duráveis de consumo, particularmente no caso de veículos automotores (General Motors e Ford) e companhias pertencentes aos maiores grupos bancários brasileiros; neste caso, inclusive, mostrando um significativo distanciamento das duas maiores (BRADESCO e ITAÚ) em relação às demais, cujos saldos de financiamento agregados representam pouco mais de 17% do saldo total financiado em 1984.

2.3. Bancos de investimento

No segmento dos bancos de investimento, o movimento de concentração apresenta outra conotação, em especial por tratar-se de um segmento institucional novo onde as instituições, em sua maioria, foram criadas pelos próprios bancos comerciais, ou grupos bancários já existentes. Vale dizer: de modo geral, os bancos de investimento já nasceram conglomerados.

TABELA II.12
NÚMERO DE BANCOS DE INVESTIMENTO EM FUNCIONAMENTO
Final de Ano

ANOS	BANCOS DE INVESTIMENTO
1969	29
1974	41
1979	39
1984	39

FONTE: Banco Central do Brasil (Relatórios Anuais).

Desde sua institucionalização (1966/67) até início da década dos 70, o setor dos bancos de investimento esteve em fase de consolidação e até mesmo de delimitação de sua área de atuação^(11). O número de bancos de investimento, portanto, atinge um certo patamar entre os primeiros anos da década dos 70, o qual, dada as próprias características institucionais do setor, mantém-se praticamente até hoje. Diferentemente dos segmentos anteriores, aqui não poderia ter ocorrido diminuição do número de empresas no mercado, uma vez que esses bancos já foram concebidos e articulados aos movimentos induzidos de concentração e conglomeração financeira.

No entanto, a nível do mercado, há indícios de ampliação da participação dos bancos líderes, particularmente nos extratos superiores aos dez maiores por financiamento.

(11) Tanto que, por exemplo, até 1972, foram autorizados a operar com aceites cambiais — forma institucional de captação definida como de exclusividade para a área das financeiras.

TABELA II.13
**PARTICIPAÇÕES DOS MAIORES BANCOS DE INVESTIMENTO NOS
 FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS**

NÚMERO DE BANCOS	(%)		
	1974	1979	1984
5 maiores	30,7	36,5	34,5
10 maiores	49,3	57,4	60,2
15 maiores	62,8	73,9	76,4
20 maiores	73,1	83,8	85,4
25 maiores	81,1	90,9	91,9

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

Ressalte-se também que a disparidade do grupo dos maiores em relação aos menores, além de bastante significativa, é crescente: mais da metade do saldo financiado era realizado por onze bancos em 1974, nove em 1979 e apenas oito em 1984. O saldo médio dos onze maiores em 1974 representava 3 vezes o financiamento médio dos 30 bancos menores e, em 1984, os oito maiores representavam em média pouco mais de 4 vezes que o conjunto dos 31 restantes. Além do mais, o conjunto dos líderes é praticamente o mesmo durante todo o último decênio.

TABELA II.14
**PARTICIPAÇÕES DOS DEZ MAIORES BANCOS DE INVESTIMENTO
 NA CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS**

BANCOS	(%)		
	1974	1979	1984
BCN	3,9	4,4	-
BOZANO SIMONSEN	3,6	4,9	6,3
BRADESCO	6,6	9,4	8,3
COMIND	-	3,7	4,0
CREFISUL	-	-	6,0
ECONÔMICO	4,8	4,0	5,4
FINASA	3,5	4,1	-
INVESTBANCO	4,4	-	-
ITAU	3,2	8,3	6,6
LONDON MULTIPLIC	-	-	7,0
REAL	5,8	7,3	5,8
SAFRA	5,2	4,7	4,5
UNIBANCO	8,3	6,6	6,3
TOTAL	49,3	57,4	60,2

FONTE: Revista Bancária Brasileira (para dados individuais) e Banco Central do Brasil (para dados globais).

Dividem as dez primeiras posições, no período como um todo, treze bancos de investimento. Em termos individuais, duas ocorrências merecem destaque: a liquidação de um dos maiores bancos em 1974 (INVESTBANCO) e a emersão, entre os anos do último quinquênio, de dois bancos de investimento com forte vinculação ao capital estrangeiro, a partir de participação societária externa exclusiva de grande grupo financeiro internacional (o Banco Crefisul de Investimento associado ao CITIBANK e o London Multiplic Banco de Investimento associado ao Lloyds Bank Group). De resto, reve-

zam-se entre as maiores instituições aquelas pertencentes aos "mesmos" grandes conglomerados financeiros já evidenciados, dos quais, inclusive, sete figuram, no extrato dos dez maiores financiadores, nos três anos apresentados.

De modo geral, o movimento estrutural do sistema de instituições financeiras creditícias aponta para a concentração/centralização do capital bancário, inicialmente induzida e posteriormente autônoma, aliada e potencializada pelo "modelo" de conglomeração institucional seguido pelos grandes grupos bancários-financeiros, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros. Consolidando as análises parciais, entre todas as instituições envolvidas nos segmentos enfocados, exatamente seis são coligadas a conglomerados financeiros que sempre aparecem no rol dos maiores em todos os mercados específicos (BRADESCO, ECONÔMICO, ITAÚ, MERCANTIL-FINASA, REAL e UNIBANCO) e outros seis em pelo menos dois segmentos (BAMERINDUS, BCN, COMIND, CREFISUL, NACIONAL e SAFRA). O grande capital bancário, com efeito, apresentado substancial ampliação em todos os segmentos institucionalmente separados, sobretudo no período mais recente (1979/1984), convalida uma base natural mais propícia à reprodução de seus próprios movimentos, bem como invalida um tratamento analítico seccionado ao nível dos mercados institucionais específicos.

3. Alterações no Perfil Operacional do Sistema Bancário

O desempenho das instituições financeiras creditícias pode, preliminarmente, ser avaliado pelo comportamento dos empréstimos e financiamentos concedidos. De modo geral, no período recente, o saldo de empréstimos, embora com certa defasagem, acompanha o movimento geral da economia segundo os principais cortes

expansivo e recessivo.

TABELA II.15
**ÍNDICES E VALORES REAIS DOS EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA
 FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO**

ANOS	Cr\$ BILHÕES DE 1984 (1)	ÍNDICE
1969	70,3	100
1970	88,1	125
1971	111,0	158
1972	146,3	208
1973	196,5	280
1974	227,2	323
1975	274,9	391
1976	296,6	422
1977	323,0	459
1978	301,5	429
1979	280,5	399
1980	231,2	329
1981	245,1	349
1982	259,6	369
1983	205,1	292
1984	199,4	284

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais).

(1) IGP-DI-Col. 2 - Conjuntura Econômica

Os empréstimos totais apresentam crescimento real contínuo até 1977 tornando-se tendencialmente decrescentes a partir de então, atingindo em 1984 um índice bem menor do que o de 1974. Por sua vez, o comportamento segundo o corte institucional — sistema bancário comercial e instituições financeiras não-monetárias —

conquanto obedecendo praticamente o mesmo ciclo, foi bastante desigual após a primeira fase de ascensão geral (GRÁFICO II.2).

Após o pico de 1977, o segmento dos bancos comerciais exibe uma constante queda no saldo real de seus empréstimos, enquanto o conjunto das instituições financeiras não-monetárias mostra comportamento bastante irregular em seus respectivos índices. Diferentemente do sistema bancário comercial, o conjunto de instituições financeiras não-monetárias é extremamente heterogêneo, uma vez que agrupa diversos tipos de instituições cujo único ponto comum é o de não captarem depósitos à vista, do público. Neste sentido, de pouco significaria uma análise global do comportamento dos empréstimos concedidos pelo referido "sistema". Vejamos os desempenhos dos segmentos bancário-creditícios, privilegiando as eventuais modificações nas estruturas ativa e passiva dos conjuntos de instituições.

3.1. O Sistema bancário comercial

O sistema bancário comercial mostrou substancial alteração em sua estrutura operacional nestes últimos anos. De modo geral, a grande mudança esteve ligada à fase mais crítica da crise econômica brasileira explicitada no binômio: endividamento e inflação. Vale dizer, os bancos, em geral, co-participam direta ou indiretamente dos processos de endividamento (interno e externo, público ou privado), bem como absorvem diretamente os efeitos da aceleração inflacionária, particularmente no tocante ao mercado de captação de recursos.

Examinemos os principais itens do ativo do sistema bancário comercial.

ÍNDICES DE CRESCIMENTO REAL DOS EMPRÉSTIMOS

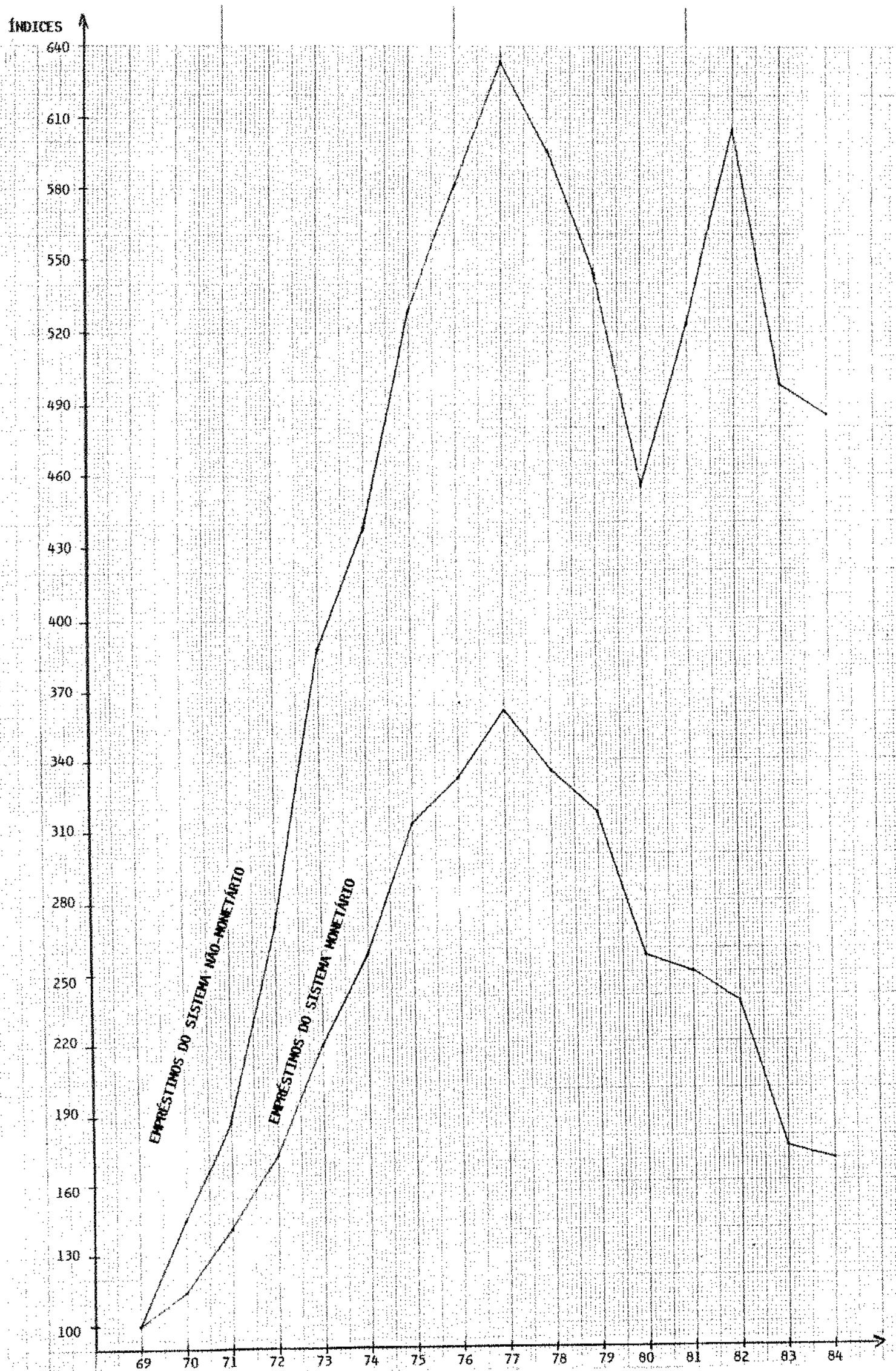


TABELA II.16
PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS DOS BANCOS COMERCIAIS⁽¹⁾

ITENS	(%)			
	1971	1974	1979	1984
ENCAIXE	17,8	16,2	13,1	6,7
DEPÓSITOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	-	0,1	2,3	6,4
EMPRÉSTIMOS	68,2	70,9	68,4	56,9
OPERAÇÕES CAMBIAIS LÍQUIDAS ⁽²⁾	(0,5)	(1,5)	1,9	6,2
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3,1	3,9	3,2	6,3
PERMANENTE	5,7	4,2	8,0	10,9
OUTRAS CONTAS	5,7	6,3	3,1	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Exclusive o Banco do Brasil

(2) Esta conta corresponde à diferença entre Operações Cambiais Ativas (-) outras Operações Cambiais Passivas.

Os únicos itens que perdem participação, sobretudo no último período, são os encaixes e os empréstimos. Os encaixes representam, fundamentalmente, as reservas bancárias compulsórias sobre o saldo de depósito e portanto variam segundo o comportamento desse tipo de captação (o qual vem perdendo importância nos anos recentes como veremos adiante). Já a queda relativa do saldo de empréstimos representa uma desaceleração da atividade bancária ao nível de sua principal função econômica. Por outro lado, embora com pouco peso, são expressivos os crescimentos nas participações dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras e da carteira de títulos e valores mobiliários, que passam de 4% em 1974 para quase 13% em fins de 1984. Esses dois itens, conquanto não correspondam a operações rentáveis de alto retorno do ponto de vista bancário,

contam com um componente autocorretivo em termos de manutenção de seus valores reais. Os DRME, particularmente, representam saldos "ociosos" de recursos tomados no exterior não repassados internamente e cujos custos e risco cambial correm por conta da Autoridade Monetária.

O comportamento real dos empréstimos dos bancos comerciais apresenta marcante diferenciação quando separados em bancos governamentais e privados (GRÁFICO II.3).

Os empréstimos reais de todo o sistema bancário crescem ininterruptamente até 1977 sendo o aumento mais expressivo apresentado pelo Banco do Brasil, com quase 5 vezes seu valor inicial. No entanto, na fase de descenso, enquanto os empréstimos reais do BB despencam violentamente até alcançar em 1984 seu índice verificado em 1969, os demais segmentos apresentam tendência declinante mais amena, até mesmo com sensível recuperação no biênio 1980/82. Como já frisamos, ao contrário dos bancos comerciais (oficiais ou privados) — os quais, embora estejam sujeitos às medidas de política econômica aplicadas à área bancária, mantêm seu desempenho muito mais pautado pelo mercado — a evolução dos empréstimos do Banco do Brasil é determinada "arbitrariamente", de acordo com as diretrizes da política monetária governamental, a qual, no período recente, assume caráter nitidamente contracionista. Vale dizer: o crescimento dos empréstimos do BB constitui-se (ou é tido como) um dos mais importantes instrumentos de controle da oferta monetária, no contexto do Orçamento Monetário do Governo, dada a atipicidade do Banco Central do Brasil na conformação das Autoridades Monetárias brasileiras.

Por outro lado, é interessante observar a mudança ocorrida no tocante aos tomadores de empréstimos no sistema de bancos comerciais.

GRÁFICO II.3

ÍNDICES DE CRESCIMENTO REAL DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

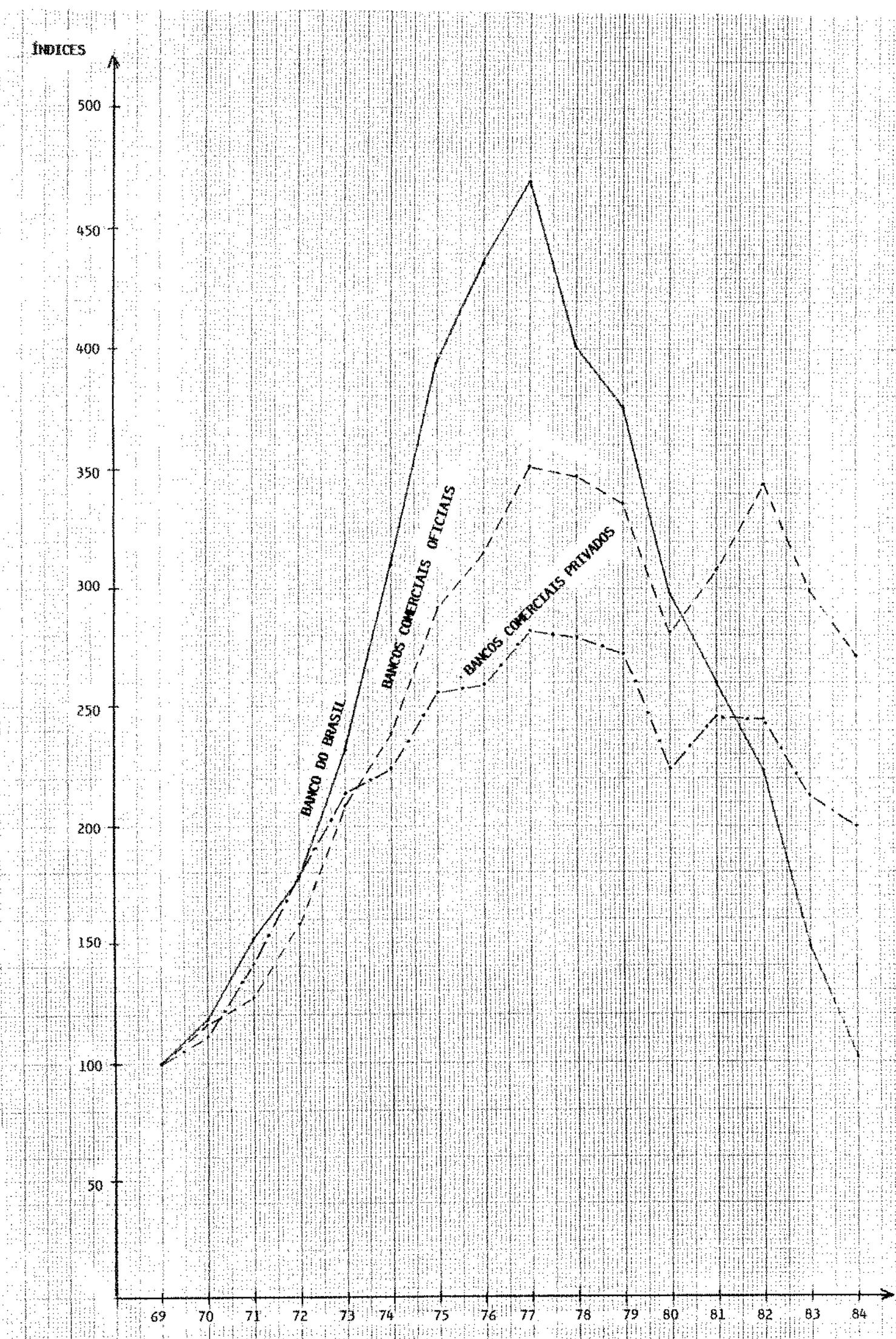


TABELA II.17

**PARTICIPAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO
NO TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS AO SETOR NÃO FINANCEIRO (1)**

BANCOS	(%)			
	1971	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	99,4	96,3	91,5	98,2
BANCOS OFICIAIS	81,7	88,2	55,9	27,5
BANCOS PRIVADOS	99,8	99,9	93,7	72,0
TOTAL	95,9	95,9	85,9	61,3

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais) e Balanços do Banco do Brasil.

Não estão incluídos os Créditos em Liquidação e Rendas apropriar, dentro das Operações de Crédito.

Como vemos, até praticamente a segunda metade da década dos 70, o crédito bancário era tomado quase que exclusivamente pelo segmento privado da economia. No período mais recente, particularmente nos anos 80, à exceção do Banco do Brasil, o quadro mostra uma significativa reversão, sobretudo no subsistema de bancos oficiais, quando, em 1984, emprestam menos de 30% do seu saldo ao setor privado. Ou seja: estão financiando diretamente os respectivos governos estaduais e as chamadas empresas estatais, como veremos adiante. (12)

(12) O Banco Central, em 1983, chega a fixar tetos para expansão de operações das instituições financeiras para o setor público (Resolução nº 831 de 09/6/83).

TABELA II.18

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO

(%)

SETORES	BANCO DO BRASIL		BANCOS OFICIAIS		BANCOS PRIVADOS	
	1978	1984	1978	1984	1978	1984
<u>Financeiro</u>	<u>0,0</u>	-	<u>0,7</u>	<u>0,6</u>	<u>0,3</u>	<u>1,2</u>
<u>Governamental</u> ⁽¹⁾	<u>10,1</u>	<u>1,7</u>	<u>39,7</u>	<u>68,9</u>	<u>1,8</u>	<u>25,0</u>
. Serviços Públicos	7,5	1,6	16,7	34,1	0,6	10,3
. Atividades Empresariais	2,6	0,0	23,0	34,7	1,2	14,7
<u>Privado</u> ⁽¹⁾	<u>88,5</u>	<u>93,0</u>	<u>57,8</u>	<u>26,1</u>	<u>92,9</u>	<u>64,3</u>
. Indústria	23,7	24,2	28,0	13,9	43,6	29,0
. Comércio	9,7	15,8	7,9	3,1	17,7	11,1
. Atividades Rurais	46,2	49,6	10,1	5,1	9,4	7,8
. Pessoas Físicas	1,8	1,1	8,8	1,8	13,9	5,9
. Outros	7,1	2,3	3,0	2,2	8,3	10,6
<u>Outros</u>	<u>1,4</u>	<u>5,3</u>	<u>1,9</u>	<u>4,5</u>	<u>5,0</u>	<u>9,5</u>
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Não Financeiro

O Banco do Brasil, em particular, reafirma-se como um banco essencialmente voltado para o crédito agrícola e, em particular canalizando em maior proporção seus empréstimos para o setor privado da economia. Para os outros dois conjuntos é visível a tendência geral — particularmente dos demais bancos oficiais — de canalização dos empréstimos ao setor governamental, em detrimento ao setor privado. Ou seja, está ocorrendo uma tomada maior do crédito bancário por parte de governos e empresas estatais. Seria, neste caso, um tipo de estatização do crédito às avessas relativamente ao que ocorria no período anterior, explicitando tratar-se de alocação e não de propriedade de recursos.

Em complemento a essa constatação podemos admitir que, o setor privado, em geral, e as empresas privadas mais líquidas e "saudáveis", em particular, tornaram-se aplicadoras no mercado financeiro, particularmente pela ausência de perspectiva de expansão produtiva, dada pela própria recessão. E assim, enquanto na fase anterior os bancos repassavam ao setor privado recursos de propriedade ou administrados pelo Estado, atualmente o mesmo sistema estaria financiando o Estado a partir de recursos captados essencialmente no segmento privado da economia.

Sublinhemos, por um lado, que este movimento "estatizante" ocorreu fundamentalmente devido à violenta queda, a partir de 1977, dos saldos reais dos empréstimos bancários canalizados ao segmento privado, não obstante tenha crescido, em termos reais, os empréstimos ao setor estatal (GRÁFICO II.4).

No quadro recessivo, as empresas (tomadoras potenciais de crédito bancário), pelo próprio ajuste que têm necessidade de fazer, frente aos impasses naturais do período, tornam-se avessas ao endividamento bancário — mesmo porque, em geral, dele não precisam — e são atraídas pela usual ocorrência, também típica da própria recessão, de ampliação do diferencial de ganho em favor do juro frente ao lucro. Neste sentido, o setor governamental, na verdade, deu sustentação ao setor bancário ampliando e reciclando sua dívida, mesmo porque é principalmente, não dispõe de outras formas de financiamento mais fáceis e adequadas em períodos recessivos, com o agravamento do já volumoso endividamento com base nos títulos da dívida pública.

Passemos à análise da estrutura passiva do sistema bancário comercial, a partir de seus principais itens.

GRÁFICO II.4

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS EMPRÉSTIMOS REAIS DO SISTEMA BANCÁRIO

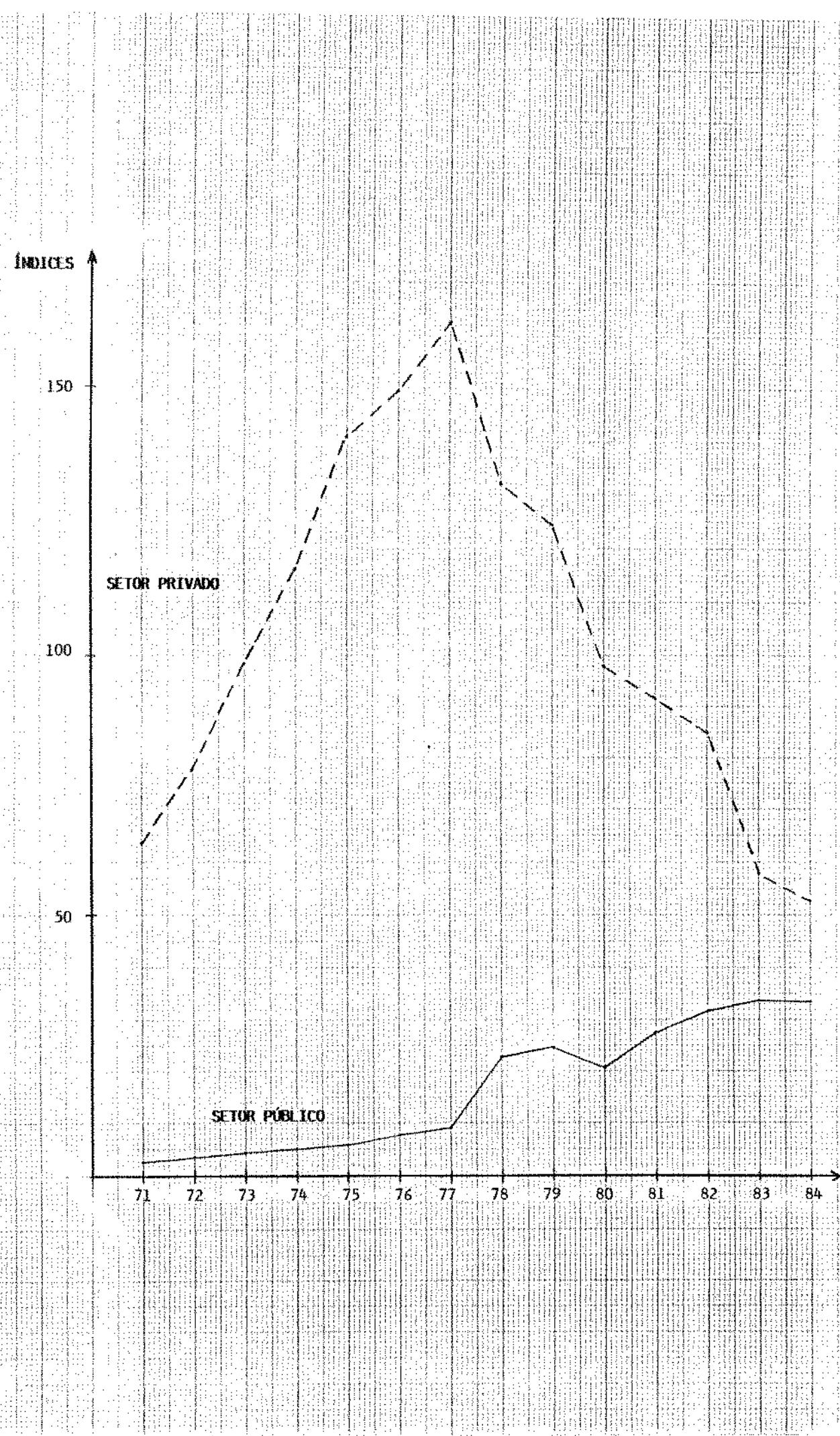


TABELA II.19
PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS DOS BANCOS COMERCIAIS⁽¹⁾

ITEMS	(%)			
	1971	1974	1979	1984
Depósitos	61,6	58,3	46,4	28,4
Redescontos e Empréstimos do BACEN	4,5	5,0	3,0	2,5
Repasses Internos ⁽²⁾	6,5	11,0	17,0	14,8
Arrecadações	5,3	5,9	4,1	3,4
Repasses Externos ⁽³⁾	7,7	7,6	18,4	37,0
Recursos Próprios	14,6	12,2	11,0	13,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Exclusive Banco do Brasil

(2) Os Fundos e Programas de Financiamentos do BACEN estão incluídos nos Repasses Internos

(3) Este item não inclui "Outras Operações Cambiais Passivas"

De modo geral, a transformação estrutural se dá via substituição dos depósitos captados do público pelas operações de repasses, principalmente de origem externa. Enquanto em 1971 os depósitos representam cerca de 2/3 do passivo bancário total, em 1984 os repasses totais somam pouco mais de 55% e dentro destes os provenientes do exterior somam perto de 40%. Interessante notar que, além da captação total de depósitos ter decrescido relativamente, ocorre também uma diminuição ainda mais acentuada na captação de depósitos à vista.

TABELA II.20
PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS À VISTA NA CAPTAÇÃO
TOTAL DE DEPÓSITOS⁽¹⁾

BANCOS	(%)			
	1969	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	98,1	88,7	99,5	83,7
BANCOS OFICIAIS	95,3	90,8	81,6	57,7
BANCOS PRIVADOS	95,2	91,2	75,8	38,6
TOTAL	95,8	90,6	80,4	52,4

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais) e Balanços do Banco do Brasil.

(1) Não estão incluídos "Outros Depósitos" dentro dos Depósitos Totais.

O quadro ressalta o gradativo encolhimento dos depósitos à vista em relação ao total de depósitos captados pelo sistema e ainda, com maior intensidade, no conjunto de bancos comerciais privados. A ocorrência reflete, como já nos referimos, aos efeitos do recrudescimento da inflação aliado às possibilidades oferecidas pelo próprio mercado financeiro institucional, com opções que, além da alta liquidez, mantêm a integridade do valor monetário dos recursos aplicados.

Outros indicadores podem ser utilizados para demonstrar esses movimentos.

TABELA II.21

RELAÇÃO EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS TOTAIS DOS BANCOS COMERCIAIS

BANCOS	1969	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	1,0	1,5	2,7	1,4
BANCOS OFICIAIS	1,3	1,5	2,2	4,0
BANCOS PRIVADOS	0,9	1,1	1,2	1,7
TOTAL	1,0	1,3	1,8	2,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais) e Balanços do Banco do Brasil.

Fica evidente a menor dependência dos empréstimos em relação aos depósitos do público. Ou seja, outras fontes alternativas de recursos aos bancos comerciais foram acionadas, tanto condicionadas pela própria concorrência do mercado, quanto por conjunturas e ingerências favoráveis à tomada de empréstimos externos no mercado financeiro internacional, como veremos adiante. Ainda sob este fato cabe explicitar a nova configuração das agências bancárias, sobretudo no caso dos bancos comerciais privados — em outros tempos tidas como locais de atração de novos clientes, enquanto portadores potenciais de recursos depositáveis à vista.

TABELA II.22RELAÇÃO DO SALDO REAL DOS DEPÓSITOS TOTAIS PELO NÚMERO DE AGÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS - Cr\$ bilhões de 1984 ⁽¹⁾

BANCOS	1970	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	29,0	33,4	19,2	4,4
BANCOS OFICIAIS	6,5	9,3	6,4	2,0
BANCOS PRIVADOS	4,3	7,4	6,5	2,7
TOTAL	7,1	10,8	7,8	2,8

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais e Relatórios Anuais)

(1) IGP-DI - Col. 2 - Conjuntura Econômica

Após um crescimento geral da relação, na primeira metade dos anos 70, segue-se uma queda violenta em todos os conjuntos e principalmente no caso do Banco do Brasil quando, no último decênio, sua captação total de depósitos em termos reais por agência cai cerca de 8 vezes, não obstante se possa relevar o caráter do Banco do Brasil, no sentido da interiorização do crédito, em particular no caso do financiamento rural.

Em termos gerais, uma das vertentes dessas transformações diz respeito à chamada "estrangeirização" do crédito bancário, viabilizada, não só pela conjuntura favorável do mercado financeiro internacional numa certa fase, mas e principalmente pelo curso e determinação da política econômica praticada no Brasil.

TABELA II.23

PARTICIPAÇÃO DOS REPASSES EXTERNOS⁽¹⁾ NO PASSIVO

TOTAL DOS BANCOS COMERCIAIS

BANCOS	(%)			
	1971	1974	1979	1984
BANCO DO BRASIL	1,2	3,1	6,9	8,4
BANCOS OFICIAIS	10,7	7,7	10,2	17,8
BANCOS PRIVADOS	5,9	7,2	19,5	39,2
TOTAL	4,6	5,5	12,1	26,7

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais) e Balanços do Banco do Brasil

(1) Estão incluídos a Resolução nº 63 e as Obrigações em Moedas Estrangeiras, dentro das Obrigações por Empréstimos.

De modo geral, todo o sistema bancário comercial mostrou substancial elevação da participação dos recursos externos para repasse, em relação ao passivo total. Esse processo acentua, de um lado, maior dependência e vulnerabilidade dos bancos comer-

ciais em relação ao exterior e, de outro, sujeição maior às adversidades conjunturais do mercado financeiro internacional — sobretudo em relação às flutuações da taxa internacional de juros e da taxa interna de câmbio.

3.2. A área dos bancos de investimento (13)

Na condição de um setor novo, os bancos de investimento, nos últimos anos, não mostram alterações muito significativas se comparadas às ocorridas no sistema de bancos comerciais. Contudo, algumas modificações tornam-se relevantes em especial por se identificarem, respeitadas as especificidades, com os traços gerais evidenciados pelo sistema bancário.

Diferentemente dos bancos comerciais, tanto pela idade bem como pela menor diversidade operacional, os bancos de investimento demonstram uma certa rigidez estrutural em suas contas ativas mais importantes.

(13) Nesta parte do trabalho não examinaremos, particularmente, as Finanças à exceção da evolução real de seus empréstimos, não só pela dificuldade na obtenção de dados consolidados (uma vez que o BACEN não publica regularmente tais dados), mas também, porque sua estrutura operacional é extremamente simples apoiada na conexão entre financiamentos ao consumo e aceites cambiais (letras de câmbio).

TABELA II.24

PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS DOS BANCOS DE INVESTIMENTO

ITENS	(%)			
	1970	1975	1980	1983
ENCAIXE VOLUNTÁRIO	4,0	2,8	2,4	1,4
EMPRÉSTIMOS	84,7	94,6	89,9	73,7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15,3	7,6	5,0	10,6
PERMANENTE	...	2,0	5,7	8,6
DEMAIS CONTAS ⁽¹⁾	(3,9)	(6,9)	(3,0)	5,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

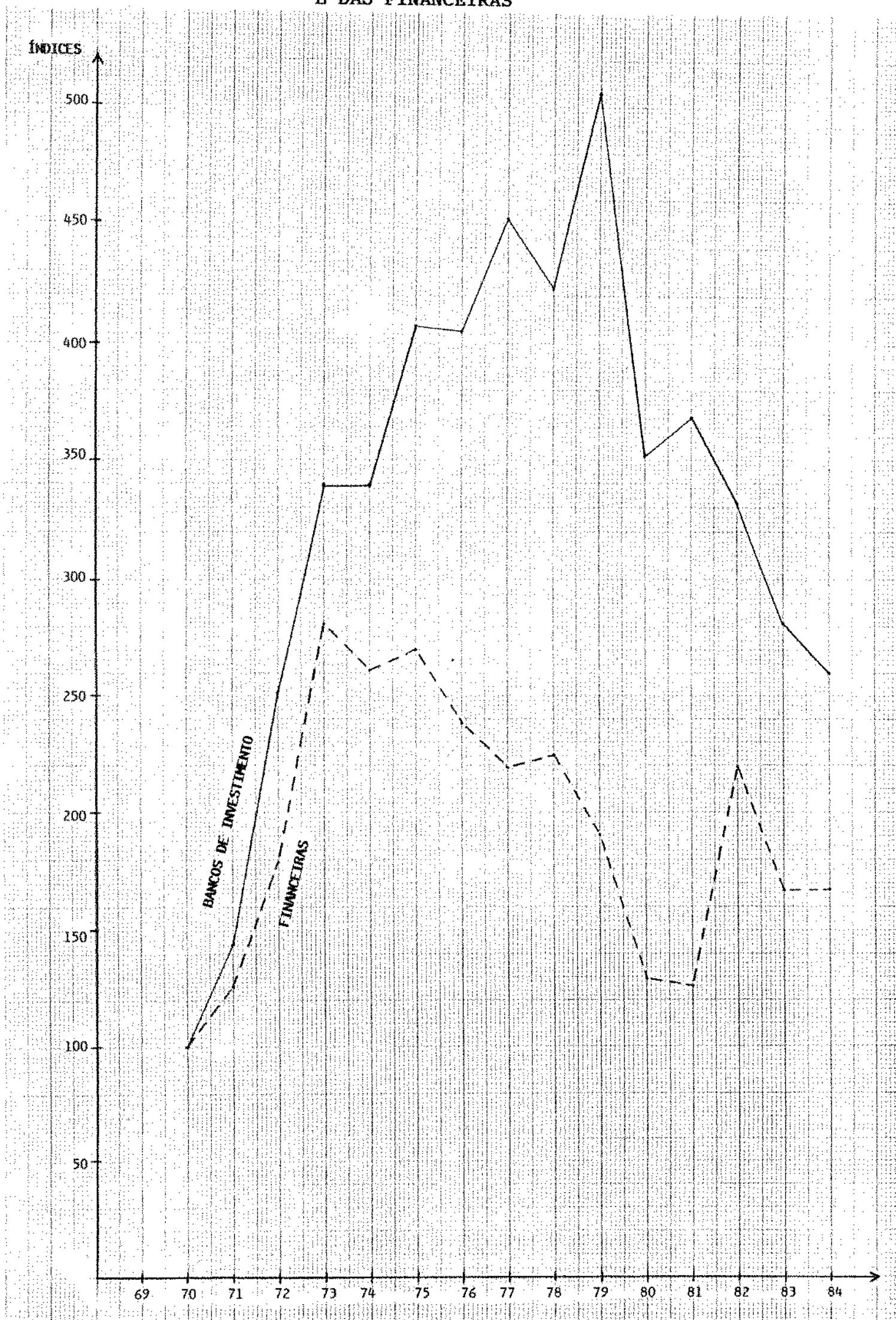
(1) Saldo Líquido

Os dois maiores itens ativos são, respectivamente, o saldo de empréstimos e a carteira de títulos e valores mobiliários, que somados respondem pela quase totalidade do ativo em todos os anos considerados. O comportamento real dos empréstimos, tanto dos bancos de investimento quanto das financeiras, é relativamente irregular, evidenciando algumas fases contrapostas (GRÁFICO II.5).

No caso dos bancos de investimento, numa primeira fase há um crescimento bastante expressivo dos índices reais de empréstimos até o final da década dos 70, atingindo cerca de 5 vezes o índice inicial. Já nos anos 80, a queda também é bastante acentuada. No caso das Financeiras, a queda real dos empréstimos começa já a partir de 1973, como resposta imediata dos primeiros sinais da crise manifestada inicialmente na pauta de consumo de duráveis. Há uma sensível recuperação em 1981^(14), caindo novamente até 1984.

(14) Esta recuperação pode ser explicada pela liberação dos custos máximos de operações ativas para as Financeiras (Resolução nº 651 de 12/11/80) em conjunto com a ampliação dos prazos de financiamento (Resolução nº 716 de 22/12/81).

ÍNDICES DE CRESCIMENTO REAL DOS EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS DE INVESTIMENTO
E DAS FINANCIERAS



Com dados apenas para os últimos anos, podemos examinar a alocação setorial dos empréstimos dos bancos de investimento.

TABELA II.25
**DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS EMPRÉSTIMOS DOS
 BANCOS DE INVESTIMENTO**

SETORES	(%)	
	1980	1983
<u>Governamental</u>	<u>8,8</u>	<u>26,4</u>
· Atividades Empresariais	8,2	25,5
· Antecipações de Receitas Orçamentárias	0,6	0,9
<u>Privado</u>	<u>85,5</u>	<u>68,4</u>
· Atividade Rural	-	3,8
· Indústria	50,4	36,3
· Comércio	10,7	7,1
· Outras	24,4	21,2
<u>Outros</u>	<u>5,7</u>	<u>5,2</u>
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

Como ocorreu com os bancos comerciais, mais especificamente os do segmento privado, o setor governamental aumenta substancialmente sua participação, enquanto tomador de recursos financeiros junto aos bancos de investimento. Ademais, neste caso, os financiados são quase que exclusivamente empresas estatais. Os tomadores de empréstimos da área privada por conseguinte, diminuem sua participação global e individual, segundo os principais setores.

O lado passivo dos bancos de investimento reflete as

condições de concorrência no mercado, de acordo com suas relativamente restritas possibilidades operacionais institucionalmente facultadas.

TABELA II.26
PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS DOS BANCOS DE INVESTIMENTO

ITENS	(%)			
	1970	1975	1980	1983
Letras de Câmbio ⁽¹⁾	26,9	0,1	-	-
Depósitos a Prazo	42,6	57,3	54,6	49,6
Repasses Internos	4,2	10,8	11,3	5,2
Repasses Externos	10,2	19,5	23,1	30,6
Recursos Próprios	16,1	12,3	11,1	14,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Os aceites cambiais foram proibidos aos Bancos de Investimento a partir de 1972.

O sentido da alteração é análogo ao ocorrido com os bancos comerciais mas, em que pese ter crescido bastante a participação relativa dos repasses externos, o predomínio ainda é da captação de depósitos a prazo.

Ao contrário dos bancos comerciais, os empréstimos dos bancos de investimento mostram, no período todo, uma dependência mais forte em relação aos itens de captação junto ao público.

TABELA II.27

**RELAÇÃO EMPRÉSTIMOS/CAPTAÇÕES DIRETAS DO PÚBLICO PARA OS
BANCOS DE INVESTIMENTO**

ANOS	EMPRÉSTIMOS/CAPTAÇÕES DO PÚBLICO ⁽¹⁾
1970	1,2
1975	1,6
1980	1,8
1983	1,5

FONTE: Banco Central do Brasil (Boletins Mensais)

(1) Depósitos a prazo somados aos aceites cambiais em 1970 e 1975.

A maior importância relativa dos depósitos a prazo indica, por outro lado, que não houve expansão nas demais formas de captação dos bancos de investimento, particularmente nos anos 80. Ao lado do natural desaquecimento nas tomadas de recursos externos para repasses, a desaceleração nos níveis de investimento real da economia, neste período, rebate na esfera do financiamento para bens de capital⁽¹⁵⁾ o qual, de modo geral, é realizado a partir de aportes de recursos de instituições oficiais de crédito (BNDES e FINAME, fundamentalmente), também mediante operações de repasses.

(15) Este assunto será retomado no Capítulo IV, que enfocará particularmente os anos 80.

CAPÍTULO III

O CAPITAL ESTRANGEIRO NA EVOLUÇÃO DO SETOR FINANCEIRO PÓS-70

CAPÍTULO III

O CAPITAL ESTRANGEIRO NA EVOLUÇÃO DO SETOR FINANCEIRO PÓS-70

1. Capital Financeiro Internacional e Endividamento Externo

O sistema financeiro brasileiro, e mais especificamente o sistema bancário, está articulado ao fenômeno da multinacionalização de empresas no mundo capitalista, traduzido pelo que se poderia chamar de processo de internacionalização do capital. No caso do setor financeiro, o conceito de internacionalização significa o processo pelo qual a atuação das instituições ou grupos financeiros expande-se além das fronteiras políticas do país assumindo importância internacional. Por seu turno, a mobilização de capital financeiro internacional, em suas várias formas, ao se constituir numa fonte alternativa de financiamento às atividades econômicas dos países receptores, caracteriza um tipo financeiro de internacionalização, podendo inclusive prescindir da intermediação institucional, ou seja, do sistema financeiro stricto sensu. Em síntese, a partir das duas vertentes do movimento internacional do capital, nos limites deste trabalho, a questão central refere-se à participação e influência estrangeira no interior do sistema de intermediação financeira do Brasil. Noutras palavras, o processo de internacionalização será enfocado, particularmente, a partir da interveniência do capital financeiro internacional na estrutura bancário-creditícia interna, a qual se manifesta basicamente:

- pela presença direta de instituições financeiras estrangeiras, dentro do conceito de capital de risco; e pela
- mobilização interna de recursos financeiros estrangeiros, via sistema de intermediação financeira institucional, den-

tro do conceito de capital de empréstimo.

Por trás deste movimento de internacionalização em geral e referido particularmente ao caso brasileiro podemos observar dois aspectos. De um lado, a conveniência e mesmo necessidade de valorização do capital em escala internacional, sobretudo em anos intervalares da década dos 70; neste sentido, nas palavras de Belluzzo e Coutinho, "... devemos assinalar a gestação progressiva, durante este ciclo de internacionalização, de um circuito financeiro internacional alimentado por excedentes de capital não imediatamente utilizáveis na esfera produtiva. Este fenômeno vai-se tornando cada vez mais importante à medida que o ciclo de internacionalização das empresas começa a atingir seu ponto de saturação em vários setores. O surgimento desse circuito financeiro, de caráter inequivocamente transnacional, pode ser detectado pela intensa internacionalização do grande capital bancário, notadamente do norte-americano^(1).

Por outro lado, o Brasil absorve avidamente este capital internacionalizado e em busca de valorização. Segundo a explicação oficial, a estratégia política de aceleração do ritmo de desenvolvimento não poderia ser executada às custas de fontes internas de financiamento. A ser assim, o aumento de absorção da chamada "poupança externa" tornou-se imprescindível, frente às necessidades de investimentos programados. Tal opção, por seu turno, acarretou permanentes déficits nos saldos das transações correntes do Balanço de Pagamentos, no tocante à transferência de recursos reais, os quais, haveriam de ser financiados pela entrada de capital de risco e/ou de empréstimos. Ademais, os retornos de ca-

(1) BELLUZZO & COUTINHO (1982), pg. 21.

pital de risco, as amortizações de empréstimos anteriormente contraídos, bem como o aumento (ou manutenção do nível adequado) das reservas internacionais, necessitam de financiamento. Na medida em que os ingressos de capitais de risco são insuficientes às necessidades, os empréstimos externos surgem como praticamente a única opção de equilibrar os saldos e viabilizar a pretensão política adotada. Como já observamos, no entanto, o endividamento externo brasileiro explicita natureza essencialmente financeira e, de fato, pouco contribuiu, enquanto financiamento, à pleiteada expansão econômica^(2). Resta sublinhar que mesmo a sustentação do crescimento acelerado mediante utilização complementar de recursos externos requer a conjugação de políticas de incentivo às exportações, manutenção de um nível adequado de reservas internacionais e administração do endividamento externo — posto que a cobertura dos déficits em transações correntes, via empréstimos externos, não pode consubstanciar um processo permanente e ilimitado podendo, inclusive, tornar-se incontrolável do ponto de vista de sua gestão.

2. Internacionalização Bancária

A internacionalização bancária é um fenômeno que tem sido bastante estudado nos últimos anos, especialmente por consubstanciar a forma atual e consequente de mobilização do capital financeiro. De modo geral, o processo que se poderia denominar de internacionalização de bancos está associado ao processo mais amplo de internacionalização da produção e distribuição, ou seja, de empresas industriais e comerciais. De lado o detalhe relativo à

(2) Ver CRUZ (1984), sobretudo a parte que trata da "Natureza do Endividamento nos Anos Setenta".

precedência — particularmente entre o capital produtivo e o capital bancário — a emergência e proliferação de firmas multinacionais (em especial de origem norte-americana, européia e mais recentemente japonesa) contribuíram decisivamente à expansão internacional dos bancos. O crescimento internacional das empresas, mormente no caso das indústrias, acarreta inevitavelmente o crescimento paralelo das atividades bancárias internacionais. (3). Esses bancos, denominados usualmente de bancos transnacionais, em geral são definidos em função de sua penetração e importância nos vários mercados dos diferentes países (4). Definições mais rigorosas e abrangentes sugerem incorporar aspectos históricos e preservam o conceito de capital financeiro internacional. Assim, por exemplo, "... um banco é multinacional quando, além de suas atividades internacionais e sua rede de estabelecimentos no estrangeiro, orienta essas atividades e essa rede para o financiamento de atividades industriais no estrangeiro, para a participação no campo de empresas industriais estrangeiras, privadas ou públicas, ou para a constituição de um grupo financeiro (industrial e bancário) multinacional" (5). Esta definição como bem assinalam os autores considera historicamente o aparecimento dos bancos transnacionais ou multinacionais, como fenômeno simultâneo à constituição e internacionalização do capital financeiro.

Há basicamente duas vias através das quais os bancos se internacionalizam: implantação direta no estrangeiro (instalação

(3) Este tipo de colocação é usualmente feito por alguns autores que examinaram este tema, entre os quais, MAROIS (1979) e PASTRÉ (1979).

(4) Uma das definições, por exemplo, considera que bancos transnacionais são aqueles que possuem agências ou subsidiárias, de propriedade majoritária, em cinco ou mais países e/ou territórios. Conforme UNITED NATIONS CENTRE ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS (1981).

(5) PASTRÉ & ANDREF (1981), pg. 53.

de escritório, agências, etc.) ou constituição de instituições comuns, em aliança com outros bancos (formas denominadas genericamente de associações, consórcios ou "clubs" bancários). No primeiro caso, os diferentes modos de implantação vão desde "correspondentes" no exterior, passando por escritórios de representação, banco associado (participação minoritária) e filial ou subsidiária (participação majoritária) até a sucursal ou agência, a qual já possui personalidade jurídica própria e é de propriedade integral do grupo ou banco matriz. Já a segunda via de internacionalização bancária diz respeito aos acordos interbancários, os quais podem ser de cooperação mútua para, em conjunto, levarem a cabo determinada operação específica — que pode ser a colocação de algum novo tipo de obrigação em algum mercado, ou mesmo a formação de consórcio bancário cujo objetivo volta-se ao financiamento de um relativamente grande e importante projeto. Ao lado dos acordos de cooperação há ainda os acordos de associação, através dos quais são criadas instituições conjuntas, gerando os chamados grupos bancários multinacionais. Essas associações, além de ultimamente terem aumentado em número, por força de sua dimensão, vêm-se constituindo na forma ideal de promover a acumulação e distribuição de fundos no mercado financeiro internacional. Os bancos e companhias de investimento (ou participações) multinacionais, de modo geral, agrupam importantes instituições de distintos países, atuam em grande escala e de forma bastante diversificada, criando assim condições concretas para promover a chamada consolidação de riscos.

O modo de implantação bancária depende, em primeiro plano, do potencial do mercado receptor, bem como do tratamento legal e regulamentações específicas do país acolhedor e mesmo do país de origem. Várias são as maneiras pelas quais as autoridades governamentais controlam a atividade dos bancos estrangeiros e regulamen-

tam o movimento de capitais. Há países com liberalidade praticamente total no tocante à implantação de bancos estrangeiros. Este é o caso dos Estados Unidos e de grande parte dos países da Europa Ocidental, entre os quais a República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália. Em contraposição, há países que não admitem a presença bancária estrangeira. Este grupo é formado basicamente por países socialistas de regime mais rígido, tais como: Alemanha Oriental, Albânia e Bulgária. No meio termo, os demais países estabelecem alguma diferenciação no tratamento aos bancos estrangeiros relativamente ao sistema bancário doméstico. No caso brasileiro, em particular, a abertura de sucursais de bancos estrangeiros é parcialmente interditada, destacando-se, dentre as poucas possibilidades de implantação direta, a participação minoritária em instituições bancárias nacionais e o estabelecimento de escritórios de representação.

A atual política brasileira em relação à entrada de bancos estrangeiros pauta-se pelos chamados acordos bilaterais recíprocos mantidos com outros países. Esta reciprocidade, estabelecida por lei, determina que um banco estrangeiro só pode se instalar no Brasil se um banco brasileiro tiver autorização para se instalar no respectivo país de origem. A execução desta política trouxe uma rápida expansão da rede bancária brasileira no exterior e em contrapartida, praticamente todos os grandes bancos ou grupos financeiros internacionais já operam no Brasil, embora a grande maioria de forma indireta ou representada.

Tal política, em resumo, coaduna-se perfeitamente com dois objetivos ou interesses: forte protecionismo ao setor financeiro nacional e ampliação da possibilidade de maior absorção de capital externo na forma de empréstimo. É patente que o maior interesse consubstanciado no curso da política governamental vol-

ta-se à entrada de investimentos diretos — embora com restrições, em se tratando do setor financeiro — simultânea ao ingresso, a qualquer custo, de capital de empréstimo, seja tomado diretamente pelas empresas, seja intermediado e avalizado pelo sistema financeiro.

De modo geral, portanto, o setor financeiro brasileiro foi concebido para ter um baixo nível de internacionalização, quando se trata de capital de risco, ao mesmo tempo em que vem a ser um setor francamente aberto e passível de maior internacionalização via endividamento com base em capitais de empréstimo. O capital estrangeiro de risco se faz presente hoje mais na condição de participações minoritárias, principalmente por força da legislação em vigor. Tais participações concentram-se, basicamente, em poucos segmentos, motivadas seja por decisão essencialmente política, quando da criação das instituições (bancos de investimento), seja por determinadas injunções que impuseram ou viabilizaram a associação de capitais: oferecimento de vantagens operacionais (seguros) e proibição de instalação de novas empresas de controle de capital estrangeiro ("leasing") — neste último caso após a regulamentação específica do setor (meados dos anos 70).

Sumariando, o capital estrangeiro de risco destina-se preponderantemente ao setor produtivo, cujos efeitos diretos e indiretos, sem dúvida, têm maior repercussão nas atividades econômicas internas; se os investimentos diretos no setor financeiro podem trazer algum benefício, este deve certamente provir de outras circunstâncias — por exemplo, do aumento da concorrência neste mercado altamente oligopolizado. Não obstante ainda haja forte proteção institucional no mercado financeiro brasileiro (decerto um dos poucos setores sob elevado controle nacional) são cada vez maiores as pressões e interesses dos grandes bancos estrangeiros

em atuar neste mercado, de preferência diretamente. Ademais, é dificilmente sustentável, como uma condição perene, a coexistência de internacionalização do aparelho produtivo com a preponderância de capital nacional no setor financeiro.

3. Grupos Estrangeiros no Setor Financeiro Brasileiro

O número de grupos estrangeiros com participação majoritária ou minoritária no capital de instituições financeiras internas tem apresentado sensível crescimento nos últimos anos. A origem desses grupos não é muito diversificada e obedece a tendência do movimento geral de penetração do capital do mundo desenvolvido em direção às economias mais atrasadas.

TABELA III.1

**NÚMERO DE GRUPOS ESTRANGEIROS QUE ATUAM NO SETOR
FINANCEIRO BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES**

P A Í S E S	1971	1973	1975/76	1978	1980
Alemanha Ocidental	6	6	9	13	14
Argentina	2	2	2	2	3
Bélgica	1	1	2	2	1
Canadá	3	3	3	3	4
Espanha	1	1	2	2	6
Estados Unidos	26	25	35	34	36
França	5	7	8	7	11
Holanda	2	3	3	3	6
Itália	4	4	7	8	6
Japão	6	10	19	18	15
Portugal	2	4	3	2	1
Reino Unido	13	12	18	23	19
Suíça	6	3	5	7	9
Outros Países ⁽¹⁾	3	5	6	8	15
T O T A L	80	86	122	132	146

FONTE : GUIA Interinvest - cujas datas de publicação correspondem aos anos constantes da tabela.

(1) África do Sul, Arábia Saudita, Áustria, Iraque, Irlanda, Líbano, Panamá, Suécia, Venezuela e Uruguai. Esses países não aparecem em todos os anos da série e nenhum deles contava, em qualquer ano, com mais de 2 grupos de 1971 a 1978 e mais de 3 grupos em 1980.

Os dados demonstram substancial predomínio de grupos norte-americanos que, embora tenham participação relativa levemente declinante, ainda representam no último ano, cerca de 1/4 do número

total de grupos estrangeiros vinculados ao setor financeiro brasileiro. Em segundo plano, destacam-se o Reino Unido e Japão, cujos grupos somados representam, em média, outro quarto do total anual de todos os países. Merecem destaque ainda os grupos alemães e suíços (estes a partir de 1973), quando mais que duplicam em número, no período. Já no último biênio, o número de grupos franceses e espanhóis obtiveram crescimento bastante significativo: 4 novos grupos de cada origem iniciando suas operações no setor financeiro brasileiro.

A presença desses grupos estrangeiros se fez em vários segmentos do setor financeiro, seguindo as diretrizes de ordem político-institucional vigentes.

TABELA III.2
**NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COM PARTICIPAÇÃO
 ESTRANGEIRA NO CAPITAL⁽¹⁾**

Á R E A S	1971	1973	1975/76	1978	1980
Bancos Comerciais	21	20	20	20	28
Bancos de Investimento	11	18	20	21	21
Financeiras	27	23	24	21	22
Distribuidoras	14	19	21	26	25
Corretoras	8	8	4	6	7
Seguradoras	60	48	32	36	33
Corretoras de Seguro	7	17	27	36	32
Arrendamento Mercantil	2	7	23	28	30
T O T A L	150	160	171	194	198

FONTE : GUIA Interinvest

(1) majoritária ou minoritária.

O crescimento do número de instituições financeiras com participação acionária estrangeira, na década toda, não foi tão expressivo, particularmente se comparado ao aumento do número de grupos estrangeiros que ingressaram no setor financeiro, no mesmo período. Com efeito, verifica-se uma sensível redução da relação entre o número de instituições financeiras internas por grupo estrangeiro de controle ou associado. Ou seja, em termos globais, o número de grupos estrangeiros que ingressaram no país na década (66) supera o aumento do número de instituições financeiras internas vinculadas acionariamente ao capital estrangeiro (48). Isto significa, em primeira instância, uma ampliação numérica ao nível da participação societária estrangeira no setor; algumas instituições aumentaram seu número de sócios estrangeiros. Tal manifestação é natural em áreas onde ainda é permitida a participação estrangeira de caráter minoritário no capital de instituição financeira interna — fato mais comum na área dos bancos de investimento e "leasing".

Das ocorrências individuais destacam-se: o crescimento no número de bancos comerciais estrangeiros, de 1978 para 1980, e de bancos de investimento associados ao capital estrangeiro, de 1971 para 1973. O aumento no número das empresas de arrendamento mercantil, no meio da década, é reflexo da própria regulamentação do setor. Por outro lado, foi extremamente acentuada a queda no número de companhias seguradoras vinculadas ao capital estrangeiro no período, fruto de uma política deliberada de nacionalização do mercado segurador brasileiro.

Para identificação dos diversos grupos, segundo os principais países de origem e relacionada aos vários mercados onde atuam, privilegiamos apenas o segmento das instituições credití-

cias e distinguimos a interveniência do capital estrangeiro em três níveis:

- 1) grupos que organizaram ou participam de conglomerados financeiros;
- 2) grupos que exercem controle de capital de instituições financeiras independentes; e
- 3) grupos que participam minoritariamente no capital de instituições financeiras internas.

Nos dois primeiros casos, partimos dos grupos estrangeiros e identificamos os diversos segmentos onde ocorrem as situações explicitadas: conglomerado ou controle acionário de instituições independentes. No terceiro caso, procedemos ao inverso, ou seja, identificamos os vários grupos associados, a partir da composição de capital das instituições financeiras internas: caso típico da área dos bancos de investimento.

3.1. Conglomerados financeiros estrangeiros

Para investigarmos essa primeira categoria, selecionamos os principais mercados em que os vários grupos possuem instituições financeiras, o que não descarta a possibilidade de alguns deles possuírem ou participarem no capital de outras instituições.

Os conglomerados financeiros estrangeiros formaram-se e expandiram-se seguindo o modelo adotado pelos maiores grupos financeiros nacionais, públicos e privados. Em geral, a instituição mais antiga e de maior porte é o banco comercial que, sobretudo após as diretrizes da Reforma Bancária e do Mercado de Capitais, instalaram as demais instituições financeiras^(6).

(6) Dentre os grupos estrangeiros, a única exceção à norma é o grupo canadense controlado pelo Bank of Montreal onde a liderança do conglomerado financeiro é exercido pelo banco de investimento.

QUADRO III.1

CONGLOMERADOS FINANCEIROS ESTRANGEIROS E GRUPOS DE CONTROLE OU ASSOCIADOS - 1980

GRUPOS ESTRANGEIROS E PAÍSES	BANCOS COMERCIAIS	BANCOS DE INVESTIMENTO	FINANCEIRAS	DISTRIBUIDORAS	SEGURADORAS	" LEASING "
Algemene Bank Nederland N.V. (Holanda)	Holandês Unido	Aymoré	Aymoré	Aymoré e Holandesa	-	-
Bank of Montreal Ltd. (Canadá) ⁽¹⁾	-	Montreal	Montrealbank	Montrealbank	-	Montrealbank
Banque Nationale de Paris S.A. (França) ⁽²⁾	Cidade de São Paulo ^(P)	-	Cidade de São Paulo ^(P)	Cidade de São Paulo ^(P)	-	Cidade de São Paulo ^(P)
Banque Sudamérica S.A. (França)	Sudameris	Financeiro Industrial ^(P)	Sudameris	Sudameris	-	Sudameris
Chase Manhattan Corp. (EUA)	Lar	Lar ^(P)	Lar	Lar	-	Lar
Citicorp (EUA)	Citibank	Crefisul ^(P)	Citibank	Citibank	Argos ^(P)	Citicorp
Crédit Lyonnais S.A (França)	Francês	Credibanco ^(P)	Francred	Frandis e Credibanco ^(P)	-	Franlease
First National Boston Corp. (EUA)	Boston	-	Boston	Boston	-	Boston
Fuyo Group (Japão)	América do Sul ^(P)	América do Sul ^(P)	América do Sul ^(P)	América do Sul ^(P)	América do Sul- -Yasuda ^(P)	América do Sul ^(P)
Lloyds Bank Ltd. (Reino Unido)	Lloyds Bank ⁽³⁾	London Multiplic ⁽⁴⁾	London Multiplic	Londres	-	London Multiplic ⁽⁵⁾
Mitsubishi Group (Japão)	Mitsubishi ⁽⁶⁾	-	Creditozan	-	América Latina ^(P) e Concordia ^(P)	-

FONTE: Guia Interinvest (1980) e Pesquisa Direta

(P) Participação minoritária

(1) Este conglomerado anteriormente pertencia ao grupo Brascan Ltd.

(2) A participação anterior neste conglomerado era do grupo suíço Société de Banque Suisse

(3) Antigo London

(4) Antigo Banco Novo-Rio

(5) Antiga Londonlease

(6) Antigo Banco Tozan

Outrossim, excluindo-se apenas dois bancos comerciais constantes da relação (Lar Brasileiro e Cidade de São Paulo), os demais já atuavam há alguns anos no Brasil, quando da reforma do setor financeiro^(7).

Os destaques, em termos de diversificação, ficam com o grupo norte-americano CITICORP e o japonês Fuyo, ambos atuando nos seis segmentos priorizados, embora com participações minoritárias em alguns casos. À parte o mercado de seguros, sobressaem, na condição de controle de capital, os grupos norte-americanos Chase Manhattan e First National Boston, o francês Lyonnais, o franco-italiano Sudamérис, o holandês Algemene Bank Nederland e o inglês Lloyds, todos com mais de quatro instituições financeiras atuando nos diversos mercados considerados.

3.2. Instituições financeiras estrangeiras independentes

Neste segundo caso, a existência de padrões específicos da presença do capital estrangeiro, em cada segmento do setor financeiro, permite classificar os grupos de acordo com duas evidências mais típicas: a) grupos que contam apenas com banco comercial e

b) os que possuem instituições financeiras de apoio às suas atividades principais (industrial/comercial).

Examinemos inicialmente os grupos que contam com apenas um banco comercial operando no Brasil.

(7) Os bancos comerciais cabeças de conglomerados iniciaram suas operações nos seguintes anos: Citibank (1915), Holandês (1917), London (1931), Mitsubishi -ainda com a denominação de Tozan (1933), América do Sul (1940) Francês (1947), Boston (1948), Sudameris (1949), Lar (1962) e Cidade de São Paulo (1965).

QUADRO III.2

BANCOS COMERCIAIS E GRUPOS ESTRANGEIROS DE CONTROLE - 1980

BANCOS COMERCIAIS	GRUPOS ESTRANGEIROS E PAÍSES
Brasileiro-Iraquiano	Rafidan Banque (Iraque) ⁽¹⁾
Centrobanco-Madrid	Banco Central S.A. (Espanha)
Commerciale Italiana	Banca Commerciale Italiana (Itália) ⁽²⁾
Deutsche	Deutsche Bank A.G. (Alemanha) ⁽³⁾
Europeu	Banque Européenne Pour L'Amérique Latine S/A (Bélgica)
Exterior de Espanha	Banco Exterior de España S.A. (Espanha)
Financiero Sudamericano ⁽⁴⁾	Banco Financiero Sudamericano (Uruguai)
Financial Português	Caixa Geral de Dep., Crédito e Previdência (Portugal)
Hispano-Americano	Banco Hispano-Americano (Espanha)
Nación Argentina	Banco de la Nación Argentina (Argentina)
Província de Buenos Aires	Banco de la Província de Buenos Aires (Argentina)
República Oriental del Uruguay	Banco de la República Oriental del Uruguay (Uruguai)
Royal do Canadá-Brasil ⁽⁵⁾	Royal Bank of Canada Ltd. (Canadá) e Bankamerica Corp. (EUA)
Sogeral ⁽⁶⁾	Société Générale S.A. (França) ⁽⁷⁾
Sumitomo Brasileiro	Sumitomo Group (Japão)
Tokyo	Bank of Tokyo Ltd. (Japão)
Unión	Banco Unión C.A. (Venezuela)
Unión de Bancos	Unión de Bancos del Uruguay (Uruguai)

FONTE: Guia Interinvest (1980).

(1) A participação societária do grupo iraquiano é de 50%

(2) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital da Fiat Financeira e da Fiat Distribuidora

(3) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital do Banco Bradesco de Investimento

(4) Atualmente a denominação deste Banco passou a ser NMB - Sudamericano, a partir da associação do grupo holandês Nederlandsche Middenstandsbank com o grupo uruguai original

(5) Antigo Banco Internacional. As participações são de 50% de cada grupo.

(6) Antigo Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. De todos os bancos enquadrados sob a característica considerada, este é o único com participação estrangeira minoritária no capital (atualmente 45%)

(7) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital do Banco Bradesco de Investimento.

Este quadro revela claramente dois aspectos. De um lado, os efeitos da política de reciprocidade e de "boa vizinhança" mantida com alguns países, caso, por exemplo, dos bancos recentemente instalados (todos a partir de 1977): 5 sul-americanos, 3 espanhóis e o Banco Brasileiro-Iraquiano.

Por outro lado e à parte os bancos Nación Argentina, Financial Português e Europeu (antigo ítalo-Belga), o quadro reveste-se no caso típico de filiais de grandes bancos internacionais instalados no Brasil mais recentemente. Com exceção do Banco Royal do Canadá (que com suas denominações anteriores inicialmente de Banco Real do Canadá e posteriormente de Banco Internacional, já opera no Brasil desde meados dos anos 30), as datas de início de operação dos demais bancos são relativamente mais próximas: os bancos japoneses (Tokyo e Sumitomo) iniciaram suas operações no final dos anos 50, enquanto o Deutsche e o Commerciale Italiana, somente nos anos 70. Como vemos, são bancos que por terem sido aqui fundados há menos tempo ainda não conseguiram encetar o processo usual de ampliação, típico dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais mais antigos, ou seja, atuação em outros mercados via conglomeração financeira.

Uma outra categoria, como nos referimos, diz respeito às instituições financeiras com funções essencialmente de apoio ou complemento às atividades principais de cada grupo, em suas respectivas áreas ou setores não financeiros. De modo geral, neste caso, os grupos constituíram Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, conforme relação seguinte.

QUADRO III.3

**FINANCEIRAS E DISTRIBUIDORAS E GRUPOS
ESTRANGEIROS DE CONTROLE - 1980**

FINANCEIRAS E DISTRIBUIDORAS	GRUPOS ESTRANGEIROS E PAÍSES
Fiat (1)	Fiat Sp. A. (Itália)
Ford (2)	Ford Motor Co. (EUA) (3)
G.M.	General Motors Corp. (EUA) (4)
Losango	Regie Nationale des Usines Renault (França)
Philips	N.V. Philips Gloeilampenfabrieken (Holanda)
Singer	Singer Company (EUA)
Volks	Volkswagenwerk A.G. (Alemanha) (5)

FONTE : GUIA Interinvest (1980).

- (1) Tanto a Financeira quanto a Distribuidora têm uma pequena participação societária da Banca Commerciale Italiana.
- (2) Antiga Willys Overland.
- (3) Participa minoritariamente da Anhanguera Leasing.
- (4) Participa minoritariamente da Bamerindus-Midland Leasing.
- (5) O grupo controla ainda a Volkswagen Leasing.

As mais importantes empresas fabricantes de automóveis no Brasil (Volkswagen, Ford, General Motors e Fiat) e dois grandes grupos internacionais tradicionalmente produtores de bens duráveis (Singer e Philips) contam com instituições financeiras e distribuidoras. Neste caso, prevalece a função auxiliar das instituições financeiras em questão, as quais atuam exclusivamente financiando a compra dos bens duráveis de consumo produzidos pelas empresas dos grupos e executando, em paralelo, um serviço inerente a este tipo de atividade, ou seja, a mobilização dos títulos envolvidos nas operações.

Essas instituições, por suas características, são mais dependentes do desempenho do setor industrial, de modo geral, e do setor de bens duráveis de consumo, de modo particular, que propriamente do setor financeiro, visto que suas operações vinculam-se fundamentalmente à sustentação e ampliação da demanda de tais produtos. Com efeito, embora sejam instituições financeiras, essas empresas têm objetivos funcionais conjugados a segmentos não financeiros, particularmente às pertencentes a empresas ou grupos industriais.

3.3. Associação com capital estrangeiro minoritário

Esta evidência, caracterizada pela significativa presença do capital estrangeiro em posição minoritária, se dá na área dos bancos de investimento; dos quais os estrangeiros e "estrangeirizados" são relacionados a seguir, com os respectivos grupos e países envolvidos.

Apenas dois bancos de investimento têm controle absoluto estrangeiro em seus capitais: o Banco Aymoré e o Montreal (antigo Brascan). De todos os bancos associados ao capital estrangeiro, mais da metade tem apenas um grupo internacional com participação societária. No oposto, três bancos têm participação de cinco grupos estrangeiros e apenas dois somam seis grupos estrangeiros como sócios.

Dos mais de quarenta grupos associados ao capital dos bancos de investimento, os Estados Unidos contam com o maior número (10 grupos), seguido de perto pelo Japão (8 grupos).

O interesse deste tipo de associação, nesta área, explica-se pela maior flexibilidade na operacionalização dos esquemas

**BANCOS DE INVESTIMENTO E GRUPOS ESTRANGEIROS DE
CONTROLE OU ASSOCIADOS⁽¹⁾ - 1980**

BANCOS DE INVESTIMENTO	GRUPOS ESTRANGEIROS E PAÍSES
América do Sul	Fuyo Group (Japão) Yamalchi Securities Co. (Japão)
Aymoré	Algemene Bank Nederland N.V. (Holanda)
Bahia	Westdeutsche Landesbank Girozentrale (Alemanha)
BCH	Barclays Bank Ltd. (Reino Unido)
Bozano Simonsen	Anglo American Corp. of South Africa Ltd. (África do Sul) Habfouz, Saleh Bin Salen Bin (Arábia Saudita) Mellon National Corp. (EUA) Mitsui Group (Japão) Nomura Securities Co. Ltd. (Japão)
Bradesco	Amsterdam-Rotterdam Bank N.V. (Holanda) Creditanstalt Bankverein (Áustria) Deutsche Bank A.G. (Alemanha) Sanwa Bank Ltd. (Japão) Société Générale S.A. (França)
Brasiliinvest	Brasiliinvest S.A. (multinacional)
Credibanco	Crédit Lyonnais S.A. (França) Irving Bank Corp. (EUA)
Crefisul	Citicorp (EUA)
Denasa	Security Pacific National Corp. (EUA) Union de Banques Suisses (Suíça)
Financeiro Industrial	Banque Sudameric S.A. (França)
Finasa	Baring Brothers & Co. Ltd. (Reino Unido) Canadian Imperial Bank of Commerce (Canadá) Dresdner Bank A.G. (Alemanha) Morgan & Co. (EUA) Skandinaviska Enskilda Banken (Suécia) The Industrial Bank of Japan Ltd. (Japão)
Intercontinental	Brasiliinvest S.A. (multinacional)
Itaú	Banca Nazionale del Lavoro (Itália) Banco Popular Español (Espanha) Bayerische Vereinsbank A.G. (Alemanha) Hill, Samuel Group Ltd. (Reino Unido) Kyowa Bank Ltd. (Japão) Union de Banques Suisses (Suíça)
Lar Brasileiro	Chase Manhattan Corp. (EUA)
London Multiplic	Lloyds Bank Ltd. (Reino Unido)
Montreal	Bank of Montreal Ltd. (Canadá)
Multi-Banco Internacional	Bank of America (EUA)
Noroeste	Chemical New York Corp. (EUA)
Safra	Trade Development Bank Ltd. (Suíça)
Unibanco	Comerzbank A.G. (Alemanha) Crédit Suisse (Suíça) Daik-Ichi Kangyo Bank Ltd. (Japão) Harris Bankcorp (EUA) Philadelphia National Corp. (EUA)
Valbrás	Crédit Commercial de France S.A. (França)

FONTE: Guia Interinvest (1980) e Pesquisa Direta

(1) Recentemente outros dois bancos de investimento associaram-se a grupos estrangeiros: o Inter-Atlântico ao The Morgan Bank (EUA) e o Iochpe ao Bankers Trust (EUA).

de repasses externos, aliada ao caráter institucional concebido quando da criação desses bancos. Seriam instituições financeiras especializadas no crédito de médio e longo prazos, em cuja estrutura passiva, abria-se espaço à captação de recursos do exterior (Resolução nº 63).

4. Intermediários Financeiros Estrangeiros

A partir da identificação anterior e de acordo com o objetivo maior do trabalho, cabe examinar, individualmente, as áreas dos bancos comerciais e dos bancos de investimento, onde as presenças do capital estrangeiro são mais expressivas e a maior dependência de recursos externos são evidentes. Devemos ressaltar, antes de tudo, que no caso do setor financeiro torna-se bastante difícil proceder um tipo genérico de classificação de corte estrangeiro/nacional. De um lado, pelo próprio aparato político-institucional que prevalece no setor — de modo geral, proibindo a presença ou restringindo a participação do capital estrangeiro em alguns segmentos. De outro, pela alternância nos níveis de participações societárias que ocorre em algumas instituições, em termos de grupos nacionais e estrangeiros. Neste sentido, o critério básico foi estabelecido tendo como referência alguns trabalhos análogos aplicados ao setor industrial^(8). As particularidades de cada mercado, bem como as eventuais exceções em cada caso, serão apresentadas e explicadas quando do exame individual das áreas selecionadas.

(8) Segundo critério estabelecido pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, uma empresa é considerada internacional se tem participação estrangeira de 1/4 ou mais em seu capital próprio (FAJNZYLBER, 1971). Outra classificação, aplicada ao caso brasileiro, considera que uma empresa é estrangeira se pelo menos 20% do capital é controlado por empresa ou grupo sediado no exterior (POSSAS, 1977).

4.1. Bancos comerciais

No caso do sistema bancário comercial, ao nível da propriedade de capital, as instituições são oficiais (estatais) ou privadas, e estas, em sua grande maioria, são exclusivamente nacionais ou estrangeiras; ou seja, são poucos os casos de participação societária de capital estrangeiro nos bancos comerciais. Neste sentido, o conjunto de instituições vinculado ao capital estrangeiro compõe-se de bancos de controle acionário estrangeiro total e de bancos associados ao capital estrangeiro, tanto de caráter majoritário quanto minoritário.

Do total de bancos listados, a grande maioria (cerca de 2/3) tem controle integral de capital estrangeiro, ou seja contínuem-se sucursais brasileiras de bancos sediados no exterior. Do terço restante, cerca de metade tem participação majoritária e outra metade minoritária.

Sobre as menores participações e particularmente aquelas que se alteraram no tempo, valem os seguintes registros:

. O Banco América do Sul, embora atualmente apresente o menor nível de participação estrangeira no capital (inclusive até 1972 a participação era ainda inferior aos atuais 15%), é uma instituição cabeça de conglomerado, o qual está integralmente coligado ao capital estrangeiro, ademais originário de um único grupo japonês (Fuyo Group).

. O Banco Mitsubishi Brasileiro, enquanto Banco Tozan (até 1973), contava com uma participação estrangeira minoritária no capital de 40%, a qual, após a nova denominação tornou-se majoritária e pertence ao grupo do mesmo nome.

. O Banco Sogeral (antigo Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro) teve uma participação externa inicial de aproxi-

QUADRO III.5

BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS OU ASSOCIADOS	PARTICIPAÇÃO (%) ⁽¹⁾	OBS ⁽²⁾
América do Sul	15	
Banca Commerciale Italiana	100	1974(i)
Boston	100	
Brasileiro-Iraquiano	50	1982(i)
Centrobanco	100	1981(i)
Cidade de São Paulo	45	
Citibank	100	
Deutsche ⁽³⁾	100	1970(i)
Europeu para a América Latina ⁽⁴⁾	100	
Exterior de España	100	1981(i)
Financial Português	100	1973(i)
Financiero Sudamericano ⁽⁵⁾	100	1978(i)
Francês e Brasileiro	65	
Hermes	100	1970(f)
Hispano Americano	100	1981(i)
Holandês Unido	100	
Lar Brasileiro	90	
Lloyds ⁽⁶⁾	100	
Mitsubishi ⁽⁷⁾	80	
Nación Argentina	100	
Província de Buenos Aires	100	1980(i)
República Oriental del Uruguay	100	1980(i)
Royal Bank of Canadá-Brasil	100	
Santander	n.d.	1982(i)
São Paulo-Tokyo	100	1971(f)
Sogeral	45	1981(i)
Sudameris	63	
Sumitomo	100	
Tokyo	100	
Ultramarino Brasileiro	33	1969(f)
Union C.A.	100	1978(i)
Union de Bancos del Uruguay	100	1977(i)

(1) Dentre as fontes utilizadas para determinação do nível de participação optou-se pela informação mais atual; na maioria dos casos o Guia Interinvest edição de 1980. De modo geral, nas associações, trata-se de percentual aproximado de participação estrangeira.

(2) Dentro do período de análise (pós 1968) as datas correspondem a: (i) início da participação ou da instalação e (f) fim da participação ou extinção do banco.

(3) Denominação anterior: Alemão Transatlântico

(4) Denominação anterior: Ítalo-Belga

(5) Denominação atual: NMB BANK - NMB Sudamericano

(6) Denominação anterior: Bank of London & South America

(7) Denominação anterior: Banco Tozan

madamente 1/4 do capital.

Quanto aos bancos extintos no período cabem as observações abaixo:

. O Banco Ultramarino Brasileiro, que contava, até 1969, com 1/3 de capital de origem estrangeira, foi absorvido pelo também extinto Banco Andrade Arnaud, o qual, em 1972, absorveu o Banco Halles Comércio e Indústria passando a denominar-se Banco Halles, que, por sua vez, foi incorporado em 1974 pelo então Banco do Estado de Guanabara, hoje Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ.

. O Banco Hermes, que até 1970 era praticamente de controle estrangeiro integral (entre 95 e 100%), tornou-se de controle exclusivo nacional e passou a denominar-se Banco Induscred.

. O Banco São Paulo - Tokyo, também de controle integral estrangeiro até 1971 (99%), em 1972, absorveu o então The Bank of Tokyo e admitiu a nova e atual denominação de Banco de Tokyo.

Entre as exclusões, ou seja, aqueles bancos que, embora com participação estrangeira no capital, foram considerados nacionais, merecem destaque:

. O Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (hoje Banco Sogeral), extinto em 1977, que apresentava um nível de participação estrangeira ao redor de 10%.

. O UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros, que até meados dos anos 70 (GUIA Interinvest - 1978) contava com cerca de 10% do capital de origem estrangeira, mas que atualmente não tem qualquer participação externa no banco comercial.

Nos demais casos, as participações eram ínfimas (em média, inferiores a 5%) e os bancos foram extintos; a exemplo dos bancos: Borges, de Santos, Aliança do Rio de Janeiro, Intercontinental do Brasil, entre outros. A única exceção, neste caso, diz

respeito ao Banco Comercial da Produção que, embora também já extinto, tinha participação estrangeira de 30% em seu capital.

Vejamos alguns indicadores sobre a presença dos bancos estrangeiros e associados no sistema bancário brasileiro privado.

TABELA III.3
PARTICIPAÇÕES DOS BANCOS COMERCIAIS ESTRANGEIROS⁽¹⁾
NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO PRIVADO

PARTICIPAÇÕES	(%)			
	1969	1974	1979	1984
Número de sedes	9,7	22,2	25,9	34,1
Número de agências	4,5 ⁽²⁾	5,0	4,6	4,2
Depósitos Totais	10,3	14,9	17,2	22,2
Empréstimos	11,6	17,4	24,9	37,7

FONTE : Revista Bancária Brasileira (para dados individuais e Banco Central do Brasil (para dados globais).

(1) de controle total ou associados

(2) Dado de 1970.

Em linhas gerais, os dados demonstram que o setor bancário comercial brasileiro vem ampliando seu grau de "estrangeirização". Tal ampliação, no caso do número de bancos, deriva do fato de que os bancos estrangeiros, de modo geral por contarem com retaguarda financeira sólida — matriz estrangeira — são menos afetados por situações de crise financeira. Por conseguinte, teriam melhores condições em superar dificuldades comuns à atividade bancária em períodos recessivos. A ser assim, qualquer movimento de concentração bancária (pela ótica da queda do número de empresas) deve ampliar relativamente o seguimento de bancos estrangeiros.

Conforme fica demonstrado o aumento relativo do número de bancos estrangeiros se dá, tanto pelo crescimento numérico ocorrido, dado a entrada de novos bancos, quanto porque o número de bancos comerciais privados nacionais sofre apreciável queda no período, como já nos referimos. Por outro lado, o conjunto dos bancos comerciais estrangeiros não teve uma expansão em sua rede de agências internamente, como ocorreu com o sistema bancário em geral.

Quanto às participações nos mercados respectivos, a presença estrangeira vem ganhando espaço, em especial na concessão de empréstimos, no último período. Tal segmento, por sua própria natureza e configuração no setor, pouco depende das captações internas de recursos do público, sobretudo de depósitos à vista (como veremos adiante), e, com efeito, seu saldo de empréstimos tem como base a captação de recursos externos, para a qual são mais afeitos e naturalmente competentes.

4.2. Bancos de investimento

Para o exame desta área a classificação estabelecida divide os bancos de investimento em exclusivamente nacionais e associados ao capital estrangeiro. Os níveis de participações, na quase totalidade dos casos, ultrapassam 20% do capital total e pertencem apenas a um grupo financeiro internacional. Como já dissemos, a presença estrangeira no setor dos bancos de investimento fez-se mais amiúde na forma de participação acionária de caráter minoritário, regulamentada pelo Banco Central do Brasil, não podendo exceder a 1/3 do capital votante da instituição.

Examinemos inicialmente os níveis dessas participações societárias, observando que, na montagem das tabelas, foram consideradas tanto as ações ordinárias como as preferenciais, portanto,

trata-se da participação global e não apenas daquela com direito a voto.

TABELA III.4

NÚMERO DE BANCOS DE INVESTIMENTO, SEGUNDO NÚMERO DE GRUPOS ASSOCIA-
DOS E NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL - 1980

Bancos Associados a	Bancos com Participação no Capital de				Total
	Menos de 25%	25% a 50%	Mais de 50%		
1 grupo	1	7	5	13	
2 grupos	1	2	-	3	
5 e 6 grupos	4	1	-	5	
T O T A L	6	10	5	21	

FONTE : Pesquisa Direta (aplicação do questionário) e GUIA Interin-
vest (1980).

A maior incidência, ao nível geral, é de bancos com ape-
nas um grupo estrangeiro associado, cujos níveis de participação
situam-se entre 25% e 50%. Ademais, a quase totalidade dos bancos
com apenas um sócio estrangeiro conta com um percentual de par-
ticipação superior a 25% do respectivo capital^(9). Por sua vez,
dos cinco bancos que contam com uma participação estrangeira mais
"pulverizada" (cinco e seis grupos associados), todos limitam a
menos da metade a participação global, e quatro deles a menos de
1/4 dos respectivos capitais. Os percentuais médios são apresen-
tados em seguida, excluindo-se, neste caso, os bancos de investi-
mento controlados pelo capital estrangeiro.

(9) Em acréscimo aos dados apresentados, dos sete bancos cujo nível de par-
ticipação situa-se entre 25% e 50%, em cinco deles o percentual ultra-
passa 1/3 do capital total.

TABELA III.5

MÉDIAS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO, SEGUNDO NÚMERO DE GRUPOS ASSOCIADOS - 1980

(%)

P A R T I C I P A Ç Õ E S	BANCOS ASSOCIADOS A		
	1 grupo	2 grupos	5 e 6 grupos
Médias por bancos	40,7	31,0	27,9
Médias por grupos	40,7	12,9	5,3

FONTE : Pesquisa Direta (aplicação de questionário) e GUIA Interinvest (1980).

Fica evidente que quanto mais diversificada é a participação estrangeira total no capital do banco, ao nível de grupos, relativamente menor é o total desta participação. O nível médio de participação por banco, naqueles que contam com cinco e seis grupos associados, é de cerca de 28%, contra mais de 40%, no caso dos que contam com apenas um grupo associado. Conseqüentemente, a participação média por grupo dos bancos com maior número de sócios estrangeiros é substancialmente menor que a dos bancos associados a menos grupos. Podemos admitir, portanto, que o real objetivo da associação mais diversificada, além da provável preservação da autonomia diretiva — dividir para reinar —, não se prende propriamente à necessidade de capitalização da instituição, mas sim à facilidade e maior flexibilidade na tomada de empréstimos externos em moeda para repasses no mercado financeiro nacional.

Examinemos o peso relativo dos bancos de investimento associados ao capital estrangeiro no número de bancos em funcionamento e no saldo de financiamentos concedidos.

TABELA III.6

PARTICIPAÇÕES DOS BANCOS DE INVESTIMENTO ASSOCIADOS AO
 CAPITAL ESTRANGEIRO NO SISTEMA DE BANCOS DE INVESTIMENTOS
 BRASILEIRO

(%)

PARTICIPAÇÕES	1970	1975	1980	1983
Número de Bancos	50,0	50,0	56,4	56,4
Financiamentos	37,1	55,4	60,3	64,5

FONTE : Revista Bancária Brasileira (dados individuais) e Banco Central do Brasil (dados globais).

Assim como tem sido relativamente estável o número total de bancos de investimentos em funcionamento, o conjunto associado ao capital estrangeiro é também relativamente estável. Essa ocorrência chega a ser surpreendente, principalmente, porque tal área foi institucionalmente idealizada como absorvedora de capital estrangeiro de risco e, por isso mesmo, constitui-se ainda uma das poucas áreas abertas a esse capital. Muito embora, no entanto, não tenha ocorrido uma entrada maior de grupos internacionais no setor, as participações dos bancos de investimento "estrangeirizados" nos respectivos totais de financiamentos apresentam expressivos crescimentos.

5. Empréstimos Externos Tomados pelo Sistema Bancário

Cabe finalmente nesta parte examinar, em maior detalhe, as operações de empréstimos externos em moeda, via Resolução nº 63, porquanto os recursos são mobilizados pelo sistema de intermediação financeira interno.

Nos últimos anos, mais precisamente na década dos anos 70, as normas referentes à entrada de empréstimos externos sofreram substanciais modificações em decorrência de alternâncias nas diretrizes da política econômica, norteada, sobretudo, pelas mudanças conjunturais do mercado financeiro internacional. Como se sabe, mormente a partir de 1973, a preocupação do Governo começa a se concentrar, enfaticamente, em dois grandes problemas emergentes e, de certa forma, contrapostos: aceleração inflacionária e desequilíbrio das contas externas. Se o combate à inflação assumia maior prioridade — em geral quando ocorria melhora circunstancial no saldo do balanço das transações correntes, comumente aumentando as reservas internacionais^(10) — eram automaticamente acionadas medidas restritivas à tomada de empréstimos externos. Se, por outro lado, o fechamento do Balanço de Pagamentos se constituía no principal objetivo, a entrada dos recursos externos era estimulada, não raro pela elevação interna do custo do dinheiro.

Num primeiro plano, quando o mercado internacional mostrava-se favorável, com alta liquidez e taxa de juros baixa (primeira metade dos anos 70), prevalecia, entre outras providências, o tabelamento da taxa interna de juros para maior combate à inflação, sem prejuízo da tomada de recursos no exterior. No caso oposto, ou seja, com o mercado financeiro internacional desfavorável (notadamente a partir da segunda metade da década), libera-se a taxa de juros interna e, em consequência, amplia-se o diferencial entre essas taxas em favor dos empréstimos externos em moeda, cuja entrada passa a assumir maior prioridade.

Do ponto de vista da regulamentação específica e pertinente à entrada de moeda estrangeira na forma de empréstimos,

(10) Ver neste sentido CRUZ (1984).

durante os anos 70, sobressaem-se dois biênios (1972/73 e 1977/78) em que algumas medidas, mormente as de cunho restritivo, foram mais intensamente praticadas — embora fundamentadas em fatores conjunturais distintos. Dentre as disposições limitativas, neste particular, destacam-se: instituição de depósitos compulsórios (ou congelamento) sobre os recursos tomados^(11) e ampliação do prazo mínimo de amortização, inclusive concedendo benefícios fiscais (imposto de renda) aos empréstimos de amortização mais dilatada^(12). Paradoxalmente, outros mecanismos estimulantes, ou protecionistas, foram também introduzidos, como por exemplo a possibilidade de o recurso "ocioso", tomado no exterior, ser mantido em depósito em moeda estrangeira no Banco Central, ficando este, responsável pelo ônus inerente a tal operação — especialmente o relacionado ao risco cambial^(13). Em suma, mesmo em conjunturas com nítidas diferenças, o Governo tentava, obstinadamente, frear a

(11) De início, uma proporção dos empréstimos externos em moeda era, obrigatoriamente, depositada no Banco Central no seu contravalor em cruzeiros: a Resolução nº 236, de 19/10/72, fixou o percentual em 25%; a de nº 259, de 12/06/73, revoga a anterior e a Resolução nº 265, de 31/08/73, restabelece a imposição inclusive elevando o percentual para 40%; por fim, a Resolução nº 279, de 07/02/74 suspende este depósito compulsório. Posteriormente, os empréstimos externos teriam seu contravalor em cruzeiros, transitoriamente, depositados junto ao Banco Central: a Resolução nº 449, de 16/11/77, distribuiu os prazos; a de nº 479, de 20/06/78, traz nova distribuição através das Circulares nº 379, de 20/06/78, fixando em 30 dias; a de nº 385, de 14/07/78 passando de 30 para 120 dias e finalmente a de nº 389, de 11/08/78, ampliando para 150 dias.

(12) A título de exemplo, o estabelecimento de prazos mínimos de amortização dos empréstimos externos, para efeito de benefícios fiscais, foi várias vezes alterado: a Resolução nº 222, de 29/05/72 fixa o prazo em 10 anos; a de nº 261, de 19/07/73, passa de 10 para 12 anos, já pela de nº 300, de 13/09/74, o prazo é reduzido para 8 anos, o qual só é alterado em 22/11/78 pela Resolução nº 498 que eleva o prazo de 8 para 12 anos.

(13) A Circular nº 180, de 29/05/72, consolidou as instruções do Banco Central em relação aos depósitos em moeda estrangeira dos recursos oriundos do exterior, que não estivessem empregados em operações de repasses. A Circular nº 230, de 29/08/74, concede a alternativa de tal depósito ser aplicado em LTN. Já em 23/06/77, através da Resolução nº 432, é permitido aos mutuários, em geral, os depósitos em moeda estrangeira porventura ainda não utilizados (extensão às demais empresas ou instituições não-financeiras).

inflação e, simultaneamente estimular a entrada de divisas, de preferência (no discurso oficial) sem elevar os níveis de endividamento externo e interno (dívida pública).

De modo geral e a partir de uma situação deficitária nas transações correntes com o exterior, o volume de empréstimos em moeda depende, em primeira instância, do volume de ingresso de investimentos diretos. Dentre os empréstimos, os destinados a repasses (Resolução nº 63) de certa forma complementam as tomadas diretas (Lei 4131). Enquanto as empresas privadas foram capazes de absorver diretamente e em volume suficiente tais recursos no mercado internacional (caso mais evidente das filiais estrangeiras de empresas multinacionais), não houve transtornos. No entanto, quando tal ingresso desacelerou-se, dado o período recessivo emergente, foi necessário acionar o sistema financeiro e as empresas estatais. Por sua vez, o setor financeiro, por suas características, defronta-se com certos limites no tocante a este tipo de expansão, na medida em que depende da quantidade e qualidade da demanda interna por financiamentos e respectivas expectativas de retornos por parte dos mutuários; os quais, por força da recessão, elevam a margem de risco do avalista intermediador, o banco. Daí resulta que a única alternativa é o processo de endividamento externo com base nas empresas públicas, as quais chegam a sustentar o fluxo de ingresso dos empréstimos em moeda^(14). Contudo, este processo também não pode prosseguir indefinidamente e o endividamento nele baseado tende a esgotar-se. Assim, o setor financeiro é novamente convocado a intensificar sua captação externa de recursos, com vantagens operacionais e financeiras comparativamente ao mercado financeiro doméstico.

(14) Ver neste sentido CRUZ (1984).

Do exposto, a entrada de recursos externos na forma de empréstimos em moeda, de modo geral, e em particular no caso dos repasses, foi bastante irregular, pautando-se na diversidade e antinomia das medidas de política econômica adotadas sob diferentes contingências internas e externas.

Como já vimos, o crescimento da dívida externa total gradativamente se apoiou cada vez mais nas tomadas de empréstimos em moedas estrangeiras. Ao mesmo tempo, em termos globais, os maiores ingressos ocorreram pelas tomadas diretas de empréstimos via Lei 4131 (GRÁFICOS III.1 e III.2).

A comparação dos índices de crescimento da dívida, segundo as formas de empréstimos em moeda e pela Resolução nº 63, mostra que apenas para a primeira metade dos anos 70 e nos dois anos iniciais desta década, as tomadas de recursos externos repassáveis pelo sistema bancário cresceram sempre menos que os empréstimos em moedas; inclusive, nos dois últimos anos, seu índice apresenta um substancial declínio refletindo, certamente, a conjugação da aversão dos bancos repassadores internos às dificuldades de obtenção de "novos" recursos no sistema bancário internacional, na atualidade.

Examinemos a captação, via Resolução nº 63, em termos de fluxos anuais, distribuída por tipo de instituição tomadora, explicitando o segmento estrangeiro do setor financeiro brasileiro.

Do fluxo total captado no período, coube mais de 70% aos bancos comerciais. Deste total, pouco menos de 2/3 foi tomado por instituições de iniciativa privada, com predomínio dos bancos exclusivamente nacionais. No caso dos bancos de investimento, em contrapartida, as instituições controladas ou associadas ao capital estrangeiro responderam por cerca de 3/4 do fluxo total dos re-

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

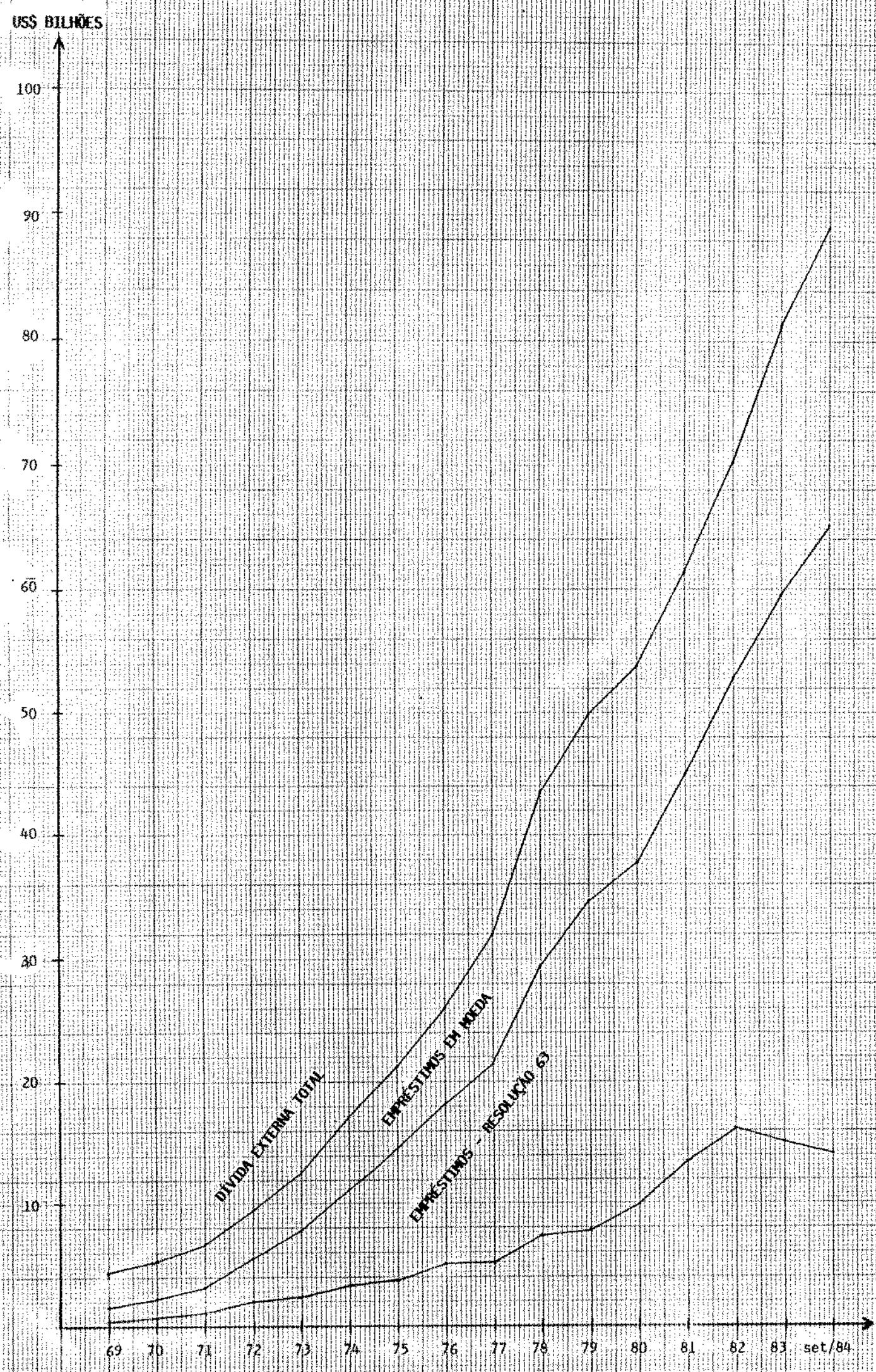


GRÁFICO III.2

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

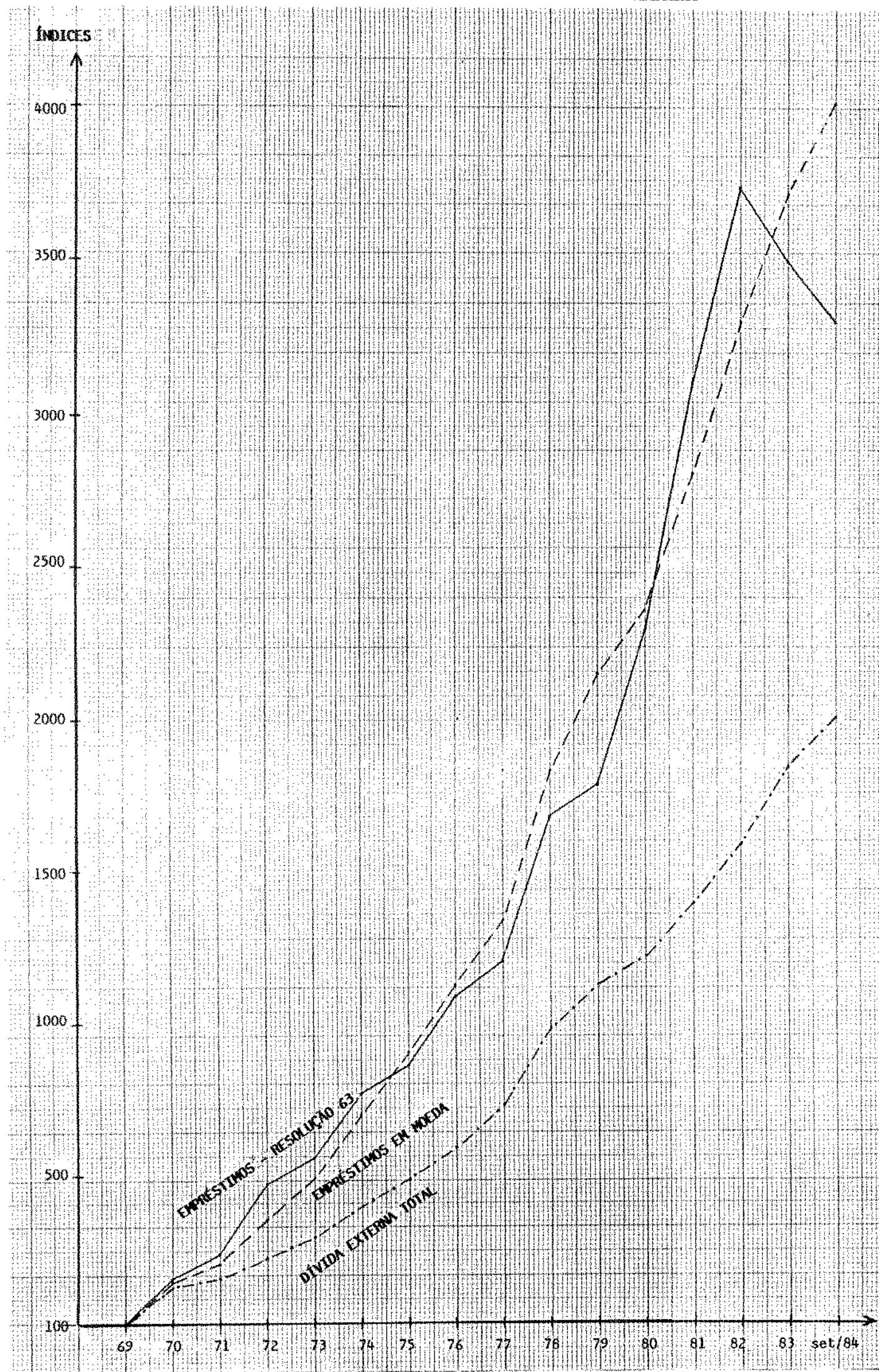


TABELA III.7
FLUXO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS VIA RESOLUÇÃO Nº 63

TOMADORES	US\$ MILHÕES	%
1. Bancos Comerciais	12.532	72,6
1.1. Públicos	4.871	28,2
. Banco do Brasil	2.366	13,7
. Outros ⁽¹⁾	2.505	14,5
1.2. Privados	7.661	44,4
. Nacionais	4.786	27,7
. Estrangeiros	2.875	16,7
2. Bancos de Investimento	4.616	26,7
2.1. Nacionais	1.135	6,6
2.2. Estrangeiros	3.481	20,1
3. Bancos de Desenvolvimento	116	0,7
 TOTAL	 17.264	100,0

FONTE : Banco Central do Brasil.

(1) Federais e Estaduais.

cursos que entraram sob a égide da Resolução nº 63, no período considerado.

Ao classificarmos as instituições em públicas e privadas e estas em nacionais e estrangeiras, verificamos que as participações de cada grupo são razoavelmente equilibradas, com cerca de 30% cabendo às instituições públicas (Banco do Brasil, demais bancos comerciais oficiais e bancos de desenvolvimento), 34% às pertencentes ao setor privado nacional e 37% ao segmento estrangeiro (ambos compreendendo bancos comerciais e de investimento). Há,

portanto, um leve predomínio das instituições financeiras "estrangeirizadas" sobre os demais grupos no fluxo total de ingresso dos recursos via Resolução nº 63 acumulados de 1970 a 1980.

O quadro estrutural sofre bastante alteração nos últimos anos.

TABELA III.8
PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE BANCO NO SALDO DOS RECURSOS EXTERNOS

(%)

BANCOS	1971	1974	1979	1983
Banco do Brasil	8,5	15,2	20,3	11,6
Bancos Comerciais Oficiais	27,8	16,6	12,5	13,0
Bancos Comerciais Privados	37,0	30,8	46,8	61,3
Bancos de Investimentos	25,6	37,2	19,6	12,3
Bancos de Desenvolvimento	1,1	0,3	0,8	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

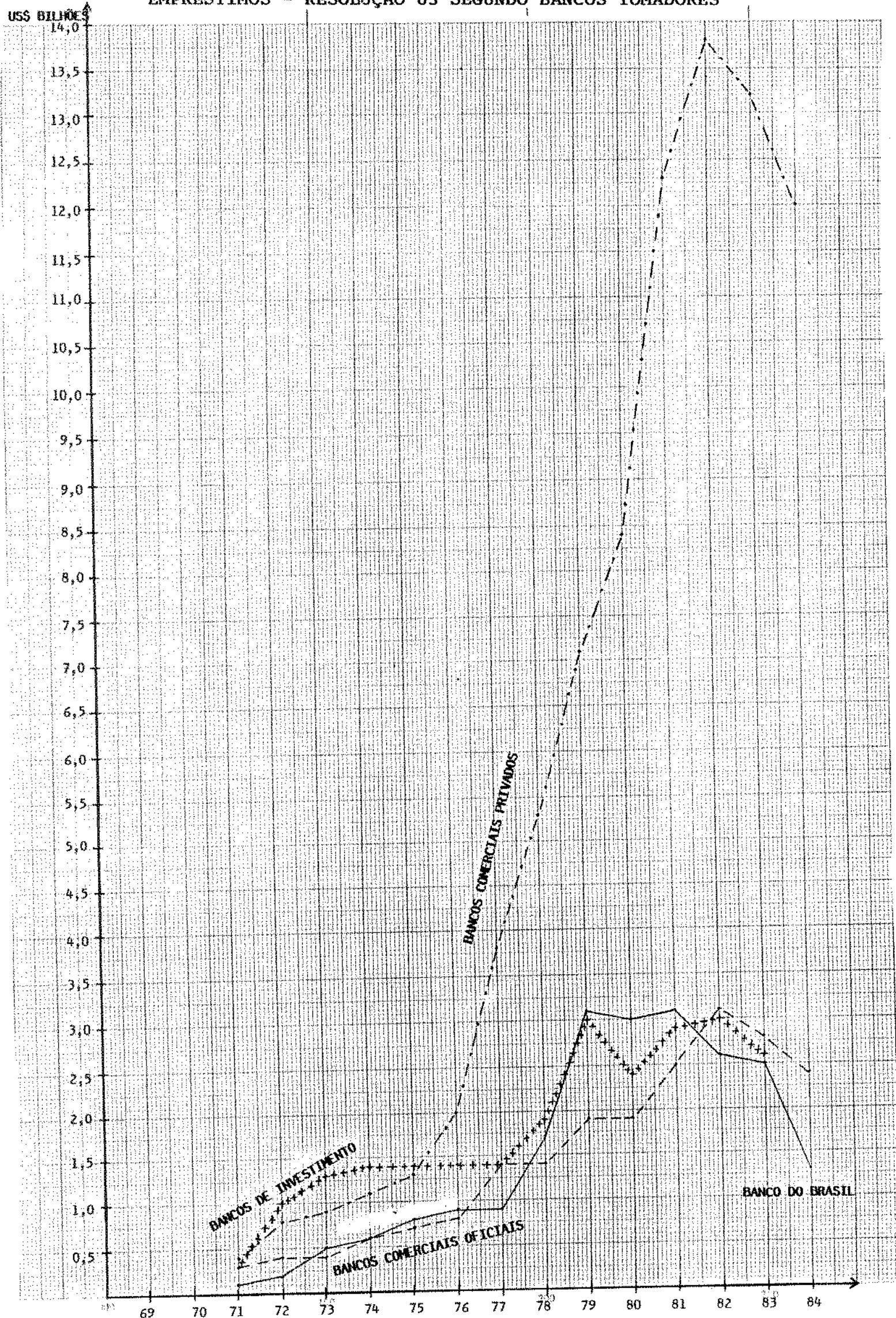
FONTE : Banco Central do Brasil (Boletins mensais) e Balanço do Banco do Brasil S.A.

Em termos gerais, os maiores tomadores são os bancos comerciais. Com exceção do ano de 1974, quando o segmento dos bancos de investimento acusou a maior participação no total do respectivo saldo anual, o conjunto dos bancos comerciais privados, inclusive crescentemente a partir de então, lidera os demais grupos chegando a representar mais de 60% em fins de 1983.

O crescimento do saldo real das obrigações bancárias por empréstimos externos (corrigidas pelas taxas cambiais) mostra a grande diferença ao nível dos tomadores evidenciando o segmento dos bancos comerciais privados (GRÁFICO III.3).

GRÁFICO III.3

EMPRÉSTIMOS - RESOLUÇÃO 63 SEGUNDO BANCOS TOMADORES



Podemos admitir que os bancos comerciais recorrem mais intensamente à Resolução nº 63 quando os empréstimos internos lastreados em captações domésticas têm sua expansão limitada pela política monetária. Isto porque não há recurso mais barato que os depósitos à vista (obviamente à exceção das linhas de crédito oficial subsidiado e repassável), mesmo com limites estabelecidos compulsoriamente^(15).

Os bancos de investimento, por sua vez, intensificam a tomada via 63 quando o custo deste recurso é mais barato que aqueles captados no mercado interno (depósitos a prazo, essencialmente) e/ou, à parte os custos, se a margem de risco envolvida na intermediação é menor quando comparada com operações de repasses de recursos internos junto a instituições oficiais de crédito. Devemos observar, contudo, que no caso da grande maioria destes repasses não há (ou pelo menos é diminuída) flexibilidade operacional, porquanto trata-se, necessariamente, de operações casadas, ou seja, não se permitem outras destinações dos recursos, que não as contidas e determinadas a priori nos vários programas e fundos oficiais específicos.

Já no caso dos bancos oficiais, talvez mais especialmente no caso do Banco do Brasil, a captação via Resolução nº 63 pode ser considerada do tipo "valvular", posto que se atrela a maior ou menor necessidade de ingresso de moeda estrangeira. Portanto, a tomada desses empréstimos é determinada politicamente, em função da inevitável condição de equilíbrio exigida nas contas externas. De reforço ao argumento, é relativamente grande o volume

(15) Lembremos que os bancos contam com um poder de barganha para exigir reciprocidades (elevando o custo do dinheiro e sua rentabilidade), fato que em regra se acentua quando o crédito está restrinido ou contraído.

das operações em que as instituições credoras internacionais são agências do próprio banco sediadas no exterior.

Em termos gerais, não resta dúvida que a administração da dívida externa brasileira galgou ainda mais relevância, sobretudo a partir do segundo choque do petróleo (1979) e da abrupta escalada nas taxas de juros internacionais (1980). O enfrentamento político do Brasil, com notória condescendência, pautou-se na celebração de "acordos", cujo cumprimento (em geral, nunca conseguido in totum), além de acarretar maior recessão interna, preservava, acima de tudo, os interesses dos credores — tanto que chegamos a amargar uma iníqua queima de reservas internacionais^(16). Os desdobramentos sobre o setor bancário repassador, neste período, serão examinados num dos ítems do capítulo IV.

(16) O preço médio do petróleo passou de US\$ 12,23 por barril em 1978, para US\$ 37,60 em 1981; as taxas de juros internacionais atingiram níveis jamais alcançados, chegando a 19,5% a.a., ao final de março de 1980 e as reservas internacionais brasileiras sofreram expressiva redução, passando de US\$ 7,5 bilhões, em dezembro de 1981, para US\$ 4,0 bilhões em dezembro de 1982. Conforme BACEN - Relatório 1984.

CAPÍTULO IV

O DESEMPENHO DO SETOR BANCÁRIO NOS ANOS 80

CAPÍTULO IV

O DESEMPENHO DO SETOR BANCÁRIO NOS ANOS 80

A economia brasileira, nos anos 80, registra uma das fases mais duras e críticas de sua história e, ademais, de difícil solução. O senso comum, por sua vez, aponta a questão externa como o eixo central dos desdobramentos da atual crise, seja pelo natural "efeito dominação" imposto pelos países capitalistas avançados seja, principalmente, pela condução da política econômica interna, em geral, francamente receptiva às ingerências externas, não raro defensoras dos interesses do grande capital financeiro internacionalizado.

O setor financeiro brasileiro, no bojo da crise, passa a desempenhar sua natural e precípua função de conferir valorização aos recursos financeiros livres, num contexto adverso e instável, visivelmente articulado à desenfreada especulação financeira e ao desânimo reinante no seio das atividades produtivas.

Em linhas gerais, nas palavras de João Manuel e Luiz Gonzaga Belluzzo, "o desequilíbrio financeiro do setor público e privado, a persistência de elevadas taxas de inflação, a paralisação dos investimentos produtivos e o clima de especulação sem peias são questões tão graves quanto a da insolvência externa. No entanto, as condições que determinaram o grave desequilíbrio externo da economia brasileira estão na raiz da anarquia financeira que contamina as empresas e o Estado, perpetuando a inflação e deixando a política econômica imobilizada" (1).

(1) FÓRUM GAZETA MERCANTIL (1983), pg. 15.

As atividades financiadoras, concebidas como prevale centes no contexto das atividades bancárias, de certo refletem, tanto os efeitos da própria recessão, quanto sujeitam-se mais intensa e diretamente às injunções naturais da política recessiva. Com efeito, o setor bancário viu-se submetido, não só às circunstâncias nocivas da profunda recessão industrial, mas aos rigores da política creditícia restritiva, que prevaleceu no cenário atual da política econômica.

Os índices da recessão industrial atingiram mais intensamente as categorias dos bens de capital e dos bens duráveis de consumo.

TABELA IV.1
**ÍNDICES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR
 CATEGORIA DE USO**

ANOS	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DURÁVEIS DE CONSUMO	BENS NÃO DURÁVEIS DE CONSUMO
1980	100	100	100	100
1981	81	89	74	97
1982	72	90	80	99
1983	58	87	76	94
1984	65	96	73	95

FONTE: Banco Central do Brasil - DEPLAN (Tabela transcrita de Coutinho - 1985).

Como vemos, em todas as categorias de uso houve desaceleração. A queda contínua e mais intensa sobre os bens de capital derivou do súbito encolhimento dos níveis de investimentos públicos e privados (2).

(2) Conforme COUTINHO (1985).

Dentre os principais legados desse "estado de coisas", certamente inclue-se a elevação inusitada das taxas de juros reais, via pela qual, sobrevém um processo de deterioração das condições financeiras das empresas em geral, e das indústrias em particular^(3).

Frente a esse quadro, as empresas que puderam, praticaram um ajustamento financeiro visando fundamentalmente eliminar ou diminuir sua dependência de recursos bancários, ao mesmo tempo que dispunham do próprio setor bancário para obter valorização aos seus excedentes líquidos, sem perspectiva de aplicação e retorno na esfera produtiva. Por outro lado, outro segmento empresarial, decerto de menor porte, tentava (ou ainda tenta) prolongar sua sobrevida, através de crescente e inexorável dependência dos créditos bancários.

Do ponto de vista da política econômica, conforme a própria declaração oficial, "os efeitos das novas condições externas sobre o balanço de pagamentos e o recrudescimento do processo inflacionário pautaram, no período 1979-1984, o sentido da ação econômica governamental"^(4). Dessa forma, o governo, em grande medida, condicionou a política monetária contracionista à necessária ampliação de ingresso de recursos externos. Neste sentido, impôs limites quantitativos generalizados ao crescimento dos empréstimos bancários institucionais, concomitante à liberalização interna das taxas de juros.

O setor bancário, naturalmente, absorveu tanto os impasses da própria recessão, como e mais subjugadamente, as medidas e instrumentos da política governamental, cujos desdobramentos e

(3) Ver neste sentido, COUTINHO (1985).

(4) BACEN, Relatório 1984, pg. 17.

eventuais detalhes incorporarão a análise subsequente do capítulo.

Neste contexto geral e mais precisamente de acordo com as constatações e análises precedentes, é lícito considerar que a nova conformação financeira em geral, e do sistema bancário em particular, derivou fundamentalmente do acirramento da recessão econômica. A atual estrutura bancária brasileira, portanto, é fruto dos próprios efeitos da presente crise.

Cabe lembrar, inicialmente, que pela natureza operacional do setor bancário, as manifestações da recessão sobre as instituições denotam, pelo menos, duas particularidades. De um lado, o fato de que a recessão global manifesta-se primeiramente no setor produtivo e somente num segundo momento repercute no setor financeiro, em particular no segmento das atividades finanziadoras. Vale dizer: os comprometimentos prevalecentes nas relações institucionais de débito-crédito, sobretudo as de natureza bancária, explicitam necessariamente uma defasagem temporal ao nível de sua concretização. Por outro lado, o crédito bancário ao incorporar, obrigatoriamente, termos de garantias, dispõe de coberturas aos valores adiantados e não amortizados, através dos quais, por respaldo jurídico, poderiam ocorrer até mesmo as chamadas transferências patrimoniais. Deste modo, então, o setor bancário absorve os efeitos da crise com certa defasagem e, de modo geral, mantém seus ativos patrimonialmente garantidos — embora em períodos depressivos, tal circunstância possa tornar-se aparente.

Por outra parte, enquanto nas áreas ou setores não financeiros a crise manifesta-se usualmente pela diminuição do lucro (particularmente o de origem operacional), nas empresas financeiras tal ocorrência pode estar disfarçada mediante registro de realização apenas contábil ou fictícia. Além disso, uma instituição

financeira pode até mesmo apresentar um movimento expansivo ao nível de suas aplicações e margens operacionais, sem contudo realizar concretamente tal expansão no tocante aos fluxos diferenciais de ganho. No limite, a própria expansão de suas atividades ativas pode consubstanciar uma necessidade de caráter recorrente, oriunda da inexorável formalização da realização requerida no fechamento contábil. Noutras palavras, essa recorrência vis-à-vis os aspectos inerentes à funcionalidade do setor bancário podem mesmo amplificar os efeitos típicos da recessão econômica. Ou seja: na tentativa de não quebrar em conjunto com seus devedores inadimplentes, o bancador suporta os saldos não amortizados, reciclando a dívida vencida. Além das repercussões no mercado de captação — a partir da elevação de suas taxas remunerativas, dada a necessidade vital de granjear recursos — a amplitude do rombo sobre a instituição torna-se cada vez maior, porquanto reveste-se num mecanismo cumulativo — mesmo sem considerar eventuais falcatruas.

Em suma, pois, a crise sobre os bancos requer uma avaliação que contemple, além dos aspectos institucionais sobrepostos ao movimento cíclico da economia, as peculiaridades do setor bancário. Em ciclos expansivos, o setor bancário, de modo geral, costuma sair na frente, enquanto na fase descendente é o último a capotar. Vale dizer: em relação à recessão, os bancos entram defasados e os sobreviventes saem na dianteira; de um lado, dado o próprio caráter inercial consubstanciado em suas atividades e associado à natureza de suas funções econômicas e, de outro, pela configuração estrutural resultante da própria concorrência que se aguça nas etapas depressivas.

A linha analítica a ser desenvolvida, por sua vez, deve privilegiar a atual configuração do setor bancário. O setor, como já evidenciado, apresenta índices relativamente elevados de

concentração e denota o predomínio de organização institucional conglomerada. Trata-se então do exame dos multibancos em seu segmento mais importante: o lado bancário-creditício.

A atual configuração do setor bancário veio, gradativamente se consolidando, a partir dos rumos inicialmente traçados pelo aparato político-institucional consubstanciado na reforma do sistema financeiro. Vislumbrava-se para o Brasil um sistema de intermediação financeira com elevado grau de diversificação (especialização) e alta eficiência (grande escala e baixos custos). Após a arrancada inicial e no bojo dos movimentos de concentração e centralização do capital bancário, a conglomeração financeira impõe-se como a forma institucional de organização mais adequada ao (ou requerida pelo) novo sistema, sobretudo do ponto de vista concorrencial. Neste sentido, a adoção do modelo de conglomeração seria uma condição indispensável ao capital bancário, frente à nova estrutura e organização do sistema financeiro. A não-conglomeração, assim, significaria marginalização a nível geral dos mercados.

Do exposto, examinaremos primeiramente o mercado bancário global, mediante agregação de alguns dados dos bancos comerciais, bancos de investimento e financeiras, contrapondo as duas formas institucionais de organização (conglomerada e independente) e enfocando, ainda, o corte de propriedade do capital (oficial ou privada, nacional ou estrangeira). Em seqüência, investigaremos o comportamento desses mesmos estratos em cada segmento isolado, procurando ressaltar as peculiaridades institucionais e informações particulares de cada caso.

Cabe ainda alguns esclarecimentos: o "Mercado Crédito Global", aqui usado, diz respeito à totalização de dados in-

dividuais passíveis de agregação; assim, por exemplo, sob o título de "Captações" incluem-se: depósitos à vista (dos bancos comerciais), depósitos a prazo (dos bancos comerciais e de investimento) e aceites cambiais (das financeiras). Nesta parte do trabalho, outrossim, não estão incluídos os dados do Banco do Brasil, pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

1. A Forma Conglomerada e o Mercado Creditício Global

O mercado de crédito agregado apresentou comportamento ligeiramente descendente a nível de seus principais itens institucionais: empréstimos e captações do público.

TABELA IV.2

EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL

ANOS	EMPRÉSTIMOS (E)		CAPTAÇÕES (C)		(E)/(C)
	Cr\$ 10 ⁹ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁹ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	
1979	133,9	100	91,9	100	1,5
1980	104,0	78	70,0	76	1,5
1981	110,6	83	69,5	76	1,6
1982	121,0	90	71,8	78	1,7
1983	104,1	78	55,2	60	1,9
1984	102,4	76	55,0	60	1,9

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras

(1) IGP-DI-Col.2 - Conjuntura Econômica

A queda dos empréstimos reais, além de apresentar menor regularidade, é relativamente menos intensa que a verificada no item agregado de captações. Por conseguinte, a relação Empréstimos/Captações mostra substancial crescimento no período. Em termos

gerais, podemos admitir que o sistema creditício como um todo denota, gradativamente, menor dependência de recursos captados do público no mercado interno (Gráfico IV.1).

Ressaltemos também alguns aspectos relacionados ao movimento global. Em primeiro lugar, como fruto não só da própria depressão, mas também da política monetária restritiva, inicia-se um processo generalizado e mútuo de seletividade nas interrelações bancos/empresas; os bancos selecionam melhor seus clientes, bem como os clientes selecionam melhor seus bancos - em ambos os casos visa-se maior ganho com menor risco. De outra parte, ocorre uma fuga natural dos depósitos à vista, tanto pela aceleração inflacionária, como pelo movimento explosivo da especulação financeira. E mesmo os ativos financeiros rentáveis sofreram forte impacto negativo, em 1980, quando da pré-fixação geral da correção monetária.

O conjunto das instituições creditícias, por outro lado, revela um quadro interessante ao nível de alguns itens representativos dos fluxos de receitas e despesas.

TABELA IV.3

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD"
DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL**

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		LUCRO OPERACIONAL		"SPREAD" CREDITÍCIO	
	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES
1979	8.967	100	3.661	100	10.089	100
1980	8.935	100	3.312	90	9.580	95
1981	9.765	109	7.293	199	11.574	115
1982	11.868	132	7.061	193	10.114	100
1983	11.537	129	8.205	224	4.241	42
1984	10.918	122	7.050	193	1.116	11

FONTE: Demonstrativos de Resultados das Instituições Financeiras

(1) IGP-DI-Col. 2 - Conjuntura Econômica

Após uma queda generalizada de 1979 para 1980, os comportamentos dos vários itens apresentam sensíveis diferenças. O fluxo real das despesas administrativas exibe substancial crescimento, porém bastante mais modesto ao ocorrido com o lucro operacional. De outra parte, o "spread" das operações de crédito, após significativa subida em 1981, cai drasticamente até o último ano. É de se supor, portanto, que a sustentação do resultado operacional alcançado pelo sistema, não se origina de operações creditícias stricto sensu; ou seja, nos últimos anos, não são as atividades consubstanciadas na intermediação financeira institucional (captação de recursos + concessão de empréstimos) as fontes básicas de geração do lucro bancário (Gráfico IV.2).

Uma interessante evidência do quadro, outrossim, diz respeito à evolução do lucro de 1980 para 1981, quando mais que dobra em termos reais, enquanto tanto os empréstimos, quanto as captações permanecem praticamente constantes e o "spread" sobe

GRÁFICO IV.1 - ÍNDICES REAIS DE EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL

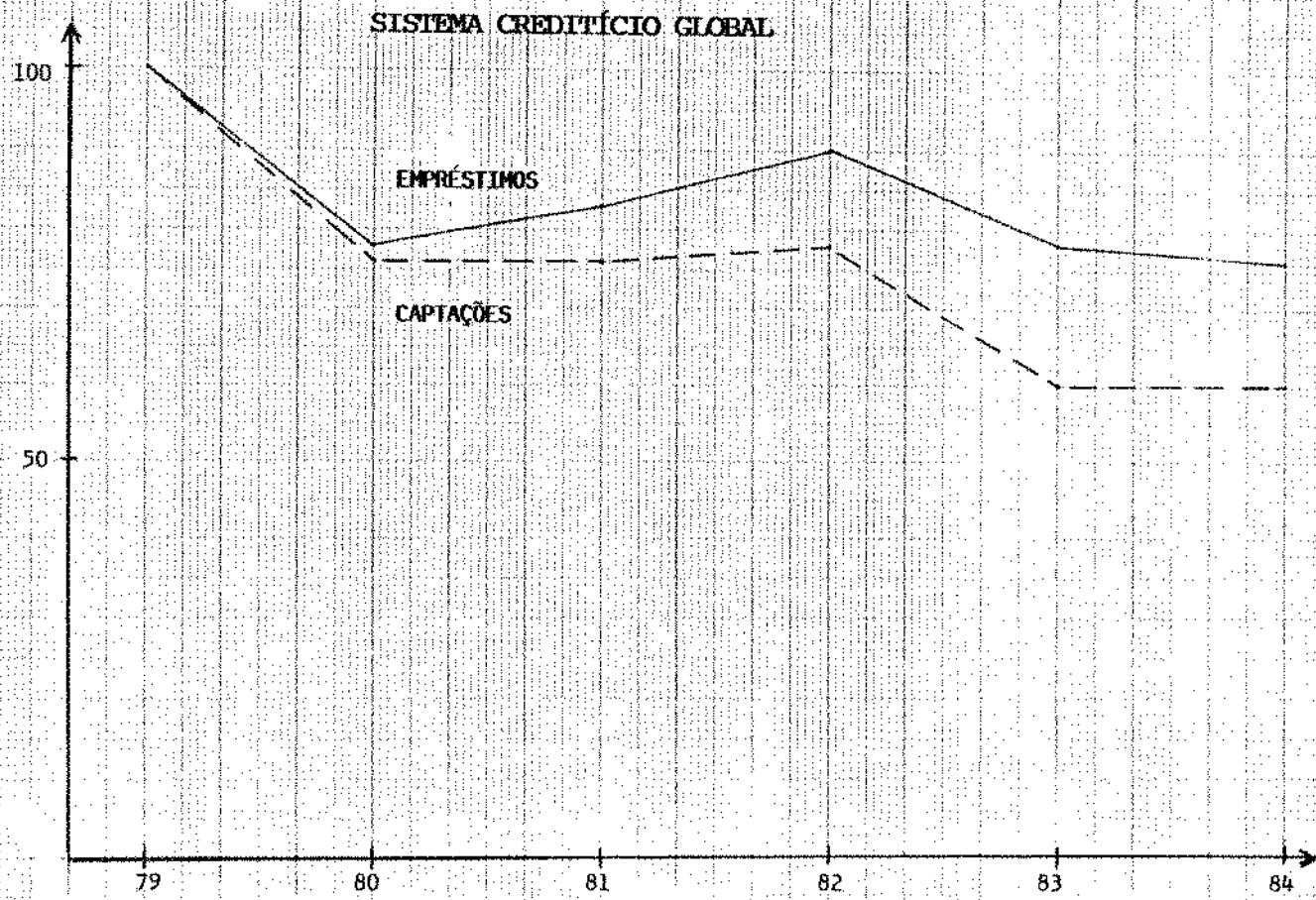
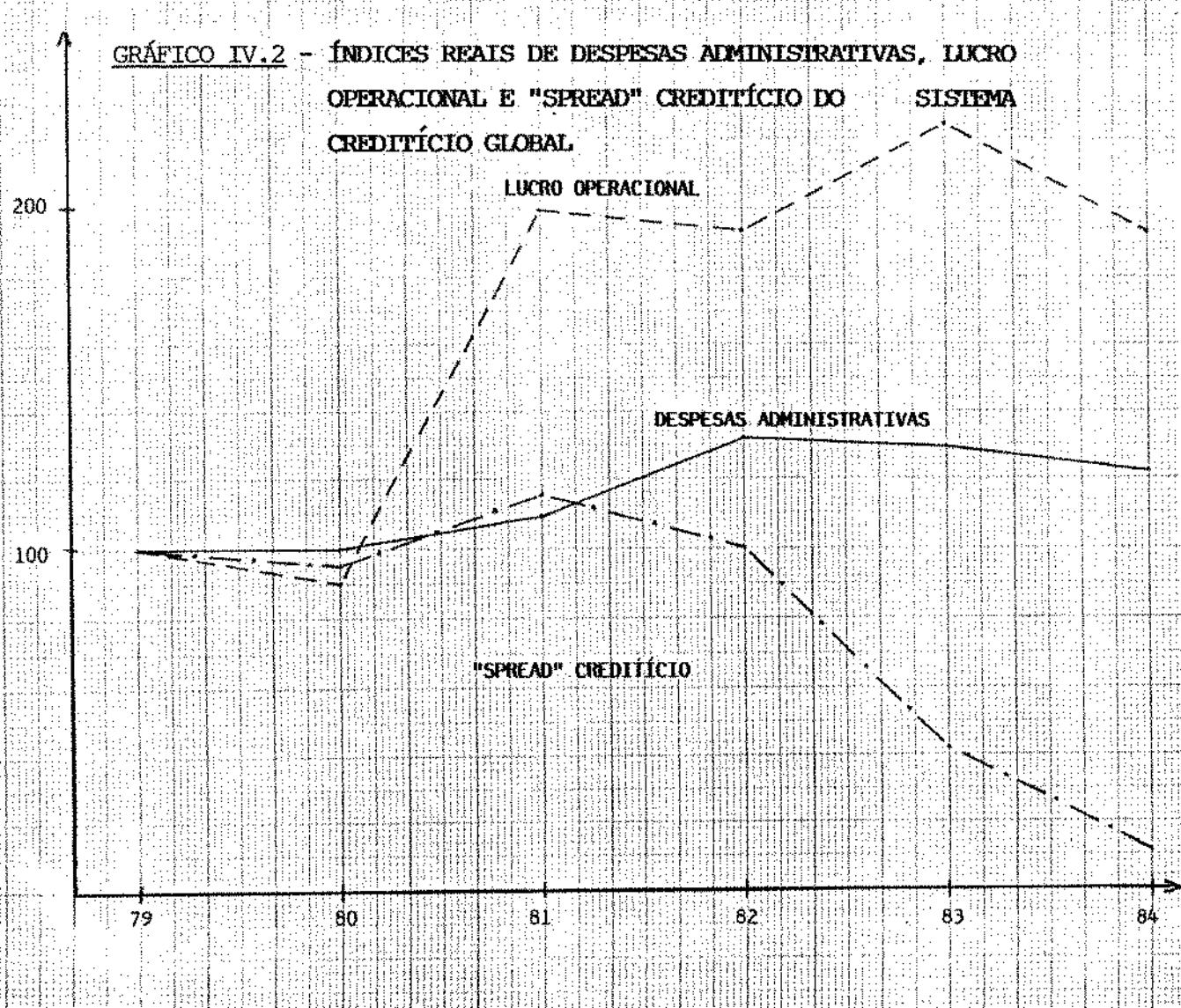


GRÁFICO IV.2 - ÍNDICES REAIS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" CREDITÍCIO DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL



apenas levemente. É o caso típico de subida inusitada de ganhos extra-operacionais, no âmbito do crédito bancário (como veremos a-dante este movimento é generalizado nos segmentos institucionais).

A partir deste quadro geral, outros indicadores caracterizam melhor o desempenho das instituições financeiras creditícias em seu conjunto.

TABELA IV.4

INDICADORES DE DESEMPENHO DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL

(%)

ANOS	CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DESPESAS OPERACIONAIS	LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRÉSTIMOS
1979	0,5	26,7	25,3	9,3
1980	0,5	26,2	26,4	10,8
1981	0,5	23,0	48,2	13,2
1982	0,8	21,3	37,9	10,3
1983	1,5	14,8	38,6	4,1
1984	1,3	11,4	30,7	1,1

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados das Instituições Financeiras

O percentual de Créditos em Liquidação sobre os saldos anuais de Empréstimos, embora diminuto, cresce substancialmente no período, vindo a ser — mesmo de lado algum "jogo" contábil ou alteração oficial introduzida no plano de contas bancário^(5) — um sinal de anormalidade no âmbito das amortizações de dívidas bancárias. Ou seja: ampliou-se no tempo, o saldo de empréstimos

(5) O comentário comum, recentemente, era de que as instituições financeiras em geral, com aquiescência ou não do Banco Central, ampliaram o prazo de atraso de amortizações vencidas, para efeito de registro contábil em "Créditos em Liquidação".

vencidos de tomadores inadimplentes. O fluxo das despesas administrativas caindo em participação na estrutura das despesas operacionais, não obstante apresente crescimento em relação aos saldos de empréstimos (dados das Tabelas anteriores), indica maior peso de despesas, ou perdas, associadas estritamente ao âmbito das operações financeiras; isto é, do montante das remunerações aos recursos captados diretamente do público ou repassados de outras instituições. Já no tocante aos itens de resultado, a rentabilidade (Lucro/Patrimônio) é relativamente elevada em todos os anos (25% de mínimo em 1979), enquanto a relação "Spread"/Empréstimos, a pós um ligeiro crescimento até 1981 — inclusive acompanhando o crescimento da rentabilidade —, cai violentamente no último triénio, atingindo cerca de 1% em 1984. Tais constatações reforçam, portanto, o argumento anterior, quanto à procedência das margens do lucro bancário atual.

Vejamos o comportamento das instituições creditícias extratificadas segundo formas de organização (conglomeradas e independentes) e por propriedade de capital (oficial e privada)^(6).

Os conglomerados financeiros praticamente dominam o mercado de crédito institucional, tanto do lado das aplicações, quanto e mais significativamente do lado das captações de recursos do público.

(6) Nesta seção não justifica abrir ainda mais o segmento privado, em nacional e estrangeiro, porquanto grande número de instituições de uma área (bancos de investimento, por exemplo) tem participação acionária de capital estrangeiro, sem que outra instituição conjugada e que atua em outras áreas (bancos comerciais ou financeiras) tenha qualquer participação estrangeira no capital.

TABELA IV.5

**PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS NOS
EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL**

(%)

ANOS	EMPRÉSTIMOS	CAPTAÇÕES
1979	86,9	90,0
1980	86,5	90,3
1981	85,2	89,4
1982	83,1	87,0
1983	84,0	90,6
1984	85,1	91,6

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras

Os níveis das participações dos conglomerados no mercado total, além de bastante elevados, apresentam relativa estabilidade no período. Por esses dados, preliminarmente, é lícito admitir que o mercado bancário-creditício brasileiro é operado predominantemente por instituições financeiras organizadas sob a forma de conglomeração.

Essa nítida caracterização do mercado creditício global, por si, torna improcedente uma ampla análise comparativa entre os conjuntos conglomerados e independentes. Além do mais, chamemos a atenção para o fato de que, por um lado, conforme a própria denominação, as instituições independentes atuam em mercados isolados e sem qualquer vínculo formal com outras instituições : que atuam em outros mercados. Neste sentido, suas evidências, ao nível global, representam pontos de divergência, expressos mediante consolidação de desempenhos individuais e dissociados, em relação a um padrão estabelecido peremptoriamente pela conformação institucional de maior peso e amplitude ao nível do mercado creditício em

geral. Ademais o grupo não-conglomerado reune diversas instituições de natureza diferente, a exemplo dos grandes bancos comerciais oficiais federais (BASA E BNB) e das poderosas companhias financeiras acopladas a produtores/vendedores de bens duráveis de consumo (fabricantes de veículos e grandes lojas de departamentos). Por outro lado, as instituições independentes, dada sua menor flexibilidade operacional, atuam diferentemente na concorrência — no sentido de não perder mercado pela própria sobrevivência e tendência à marginalização — praticando taxas mais atrativas e imputando maior risco em suas operações, ao contrário dos conglomerados financeiros, que trabalham a partir da administração de uma massa de recursos de distintas origens, com vistas à maximização de lucro (em qualquer segmento ou forma de aplicação institucional existente) e consolidação de riscos.

Um outro corte factível diz respeito à propriedade do capital das instituições creditícias.

TABELA IV.6

**PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS NOS EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL
(%)**

ANOS	EMPRÉSTIMOS	CAPTAÇÕES
1979	30,2	19,3
1980	32,4	19,4
1981	33,4	21,9
1982	33,9	18,2
1983	33,7	16,2
1984	32,4	15,1

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras

A distribuição, do lado ativo, é bastante equilibrada cabendo, em média, 1/3 dos empréstimos anuais ao conjunto de instituições financeiras governamentais. Do lado dos recursos, as participações deste conjunto, nos totais anuais de captação, mostram ligeira diminuição, contudo de inexpressiva intensidade. Outrossim, os conjuntos em questão revelam nítidos contrastes quanto ao desempenho, em função da natureza institucional, como mostram alguns indicadores analiticamente relevantes.

TABELA IV.7

**INDICADORES DE DESEMPENHO DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL
SEGUNDO INSTITUIÇÕES OFICIAIS E PRIVADAS**

ANOS	EMPRÉSTIMOS CAPTAÇÕES		CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS (%)		LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)		"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRÉSTIMOS (%)	
	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS
1979	0,5	0,5	2,3	1,3	26,5	25,0	7,6	10,0
1980	0,5	0,5	2,5	1,2	21,5	27,7	8,3	12,0
1981	0,5	0,5	2,4	1,4	36,9	50,8	10,4	14,6
1982	1,1	0,6	3,1	1,4	20,8	41,2	10,2	10,3
1983	2,8	0,9	3,9	1,5	4,3	44,0	8,1	2,0
1984	2,4	0,7	4,0	1,5	13,5	33,3	6,0	(1,2)

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados das Instituições Financeiras.

O segmento das instituições financeiras governamentais apresenta, em simultâneo aos maiores índices de créditos não amortizados, menor dependência de captações internas diretas do público. Vale dizer, as instituições oficiais de crédito enfrentam maiores problemas ao nível da não recuperação dos empréstimos concedidos — de modo geral, como vimos, tomadores vinculados ao próprio setor estatal — e contam com aporte de recursos não origina-

do do mercado de captação em geral, fundamentalmente repasses de instituições oficiais de segunda linha.

Por outro lado, sua margem de rentabilidade, em que pese, em média, ser menor que a obtida pelo segmento privado, sobretudo nos dois últimos anos, acompanha aproximadamente o comportamento de seu índice de "spread" relativo — fato que não ocorre com as instituições privadas, as quais, inclusive, apresentam diferencial creditício negativo no último ano. Tal ocorrência é absolutamente normal, porquanto nas operações de repasses internos, de modo geral, o del credere destinado ao agente repassador é fixado antecipadamente e constitui uma exigência dentro das próprias normas regulamentares dos fundos e programas governamentais de financiamento.

Resta-nos confrontar os conglomerados financeiros privados e oficiais, estes constituídos exclusivamente de bancos comerciais e financeiras controladas acionariamente pelos respectivos governos estaduais.

TABELA IV.8

**PARTICIPAÇÃO DOS CONGLOMERADOS PRIVADOS NOS EMPRÉSTIMOS
E CAPTAÇÕES DOS CONGLOMERADOS FINANCEIROS EM GERAL
(%)**

ANOS	EMPRÉSTIMOS	CAPTAÇÕES
1979	73,0	82,3
1980	71,5	82,4
1981	71,0	80,6
1982	69,6	83,6
1983	70,6	85,1
1984	71,6	85,7

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras.

No caso dos empréstimos, os percentuais de participação do segmento conglomerado privado comportam-se com estabilidade e situam-se, em média, a pouco mais de 70% em cada ano. Já os percentuais do lado das captações, além de situarem-se num patamar relativamente mais elevado, exibem um ligeiro crescimento no período. Em síntese, portanto, é notório o predomínio do conjunto institucional da iniciativa privada em relação ao mercado operado pelos conglomerados financeiros em geral.

Os desempenhos de cada conjunto, outrossim, apresentam marcantes diferenças.

TABELA IV.9

**INDICADORES DE DESEMPENHO DOS CONGLOMERADOS FINANCEIROS
SEGUNDO INSTITUIÇÕES OFICIAIS E PRIVADAS**

ANOS	EMPRÉSTIMOS CAPTAÇÕES		CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS (%)		LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)		"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRÉSTIMOS (%)	
	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS	OFICIAIS	PRIVADAS
1979	2,1	1,2	0,5	0,4	21,8	24,0	6,7	9,8
1980	2,3	1,2	0,5	0,4	13,4	27,3	7,5	11,7
1981	2,3	1,3	0,5	0,5	22,9	50,9	9,3	14,4
1982	3,0	1,3	1,1	0,6	3,6	40,2	8,4	9,7
1983	3,5	1,4	2,4	0,8	(21,3)	42,1	5,9	1,1
1984	3,4	1,4	1,4	0,7	3,8	31,3	3,7	(2,1)

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados das Instituições Financeiras.

Em linhas gerais, as evidências são análogas ao quadro anterior, particularmente no tocante aos dois primeiros indicadores. No entanto, no que tange aos índices associados a resultados financeiros, o quadro é distinto. As instituições oficiais ostentam níveis de rentabilidade bastante instáveis (até mesmo acusando

prejuízo operacional em 1983), ao lado de relativo equilíbrio em termos dos "spreads" médios. Ou seja: o diferencial médio entre as taxas vinculadas a operações de crédito, no conjunto estatal, está preservado de grandes oscilações, dado que sua fonte básica de recursos não depende, ou depende em menor grau, das condições e flutuações do mercado de crédito, em geral, e do mercado de captação de recursos do público, em particular. A instabilidade do Lucro/Patrimônio e sobretudo as reduzidas taxas de rentabilidade alcançadas no último triênio, explicam-se pelo fato do conjunto especificado referir-se exclusivamente a instituições financeiras (bancos comerciais e financeiras) oficiais estaduais, as quais, por diversos fatores associados a sua natureza, bem como e, principalmente, por ingerências e interesses políticos, denotam mau desempenho e delicada situação de insolvabilidade, sustentada inexorável e beneplacitamente pelo Banco Central.

2. Os Conglomerados Financeiros nos Mercados Específicos

Cabe inicialmente esclarecer que em cada análise setorial, após breve caracterização geral do setor, a pesquisa privilegiará as posições relativas e desempenhos dos grupamentos conglomerados e, quando pertinente, estratificados por propriedade ou controle de capital.

2.1. O sistema bancário comercial

Nos anos 80, o sistema bancário comercial brasileiro mostrou um quadro geral depressivo, de um lado refletindo as próprias diretrizes da política econômica anti-inflacionária (como o controle do crédito bancário, por exemplo) e, de outro, absorvendo os impasses da crise e desvios típicos de períodos de anormalidade

do mercado financeiro - particularmente no âmbito das captações, face a explosiva especulação financeira, como já nos referimos.

TABELA IV.10
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS TOTAIS DOS BANCOS COMERCIAIS

ANOS	EMPRÉSTIMOS (E)		DEPÓSITOS TOTAIS (D)		(E)/(D)	DEPÓSITOS À VISTA DEPÓSITOS TOTAIS (%)
	Cr\$ 10 ⁹ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁹ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES		
1979	88,0	100	60,5	100	1,5	78,9
1980	70,7	80	46,7	77	1,5	84,8
1981	78,5	89	47,1	78	1,7	82,7
1982	83,4	95	43,1	71	1,9	74,5
1983	72,2	82	31,7	52	2,3	60,0
1984	71,3	81	31,5	52	2,3	55,2

FONTE: Balanços dos Bancos Comerciais.

Os dados acusam decréscimo nos saldos reais, tanto dos empréstimos, quanto e mais acentuadamente dos depósitos totais captados. Com efeito, a relação entre os respectivos saldos eleva-se continuamente no período explicitando, a já ressaltada, menor dependência bancária de recursos de origem interna e particularmente daqueles oriundos de captação direta do público. Além desse movimento, a proporção dos depósitos à vista sobre o total de depósitos captados pelo sistema acusa sensível redução chegando a pouco mais da metade em 1984. Tal fato representa uma perda de participação do item passivo relativamente mais barato, na estrutura de captação do conjunto de bancos comerciais (Gráfico IV.3).

Do ponto de vista das variáveis fluxos, o comportamento do sistema bancário comercial não difere muito do apresentado pelo sistema creditício global, naturalmente pelo seu maior peso em

comparação com as áreas dos bancos de investimento e das financeiras.

TABELA IV.11

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" DOS
BANCOS COMERCIAIS**

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		LUCRO OPERACIONAL		"SPREAD" CREDITÍCIO	
	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES
1979	8.487	100	1.977	100	7.400	100
1980	8.485	100	1.681	85	7.102	96
1981	9.252	109	4.091	207	8.804	119
1982	11.093	131	3.347	169	7.456	101
1983	10.408	123	4.059	205	4.208	57
1984	9.749	115	3.026	153	1.531	21

FONTE: Demonstrativos de Resultados dos Bancos Comerciais

(1) IGP-DI-Col.2 - Conjuntura Econômica

Os fluxos reais das despesas administrativas e dos lucros operacionais são crescentes no período, sendo que o crescimento do lucro, embora mais irregular, supera em muito o atingido pelo item de despesa. Por outra parte, não obstante o lucro operacional real tenha crescido, o "spread" real das operações de crédito atinge seu máximo em 1981 decrescendo violentamente a partir de então. Aqui também, os lucros bancários, dos últimos anos, são originados em maior proporção, de outras fontes que não concessão de empréstimos — analogamente ao ocorrido no sistema creditício agregado examinado no item anterior (Gráfico IV.4).

Dentre os diversos indicadores disponíveis, selecionamos os mais representativos do ponto de vista do eixo analítico do trabalho.

GRÁFICO IV.3 - ÍNDICES REAIS DE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS TOTAIS DOS BANCOS COMERCIAIS

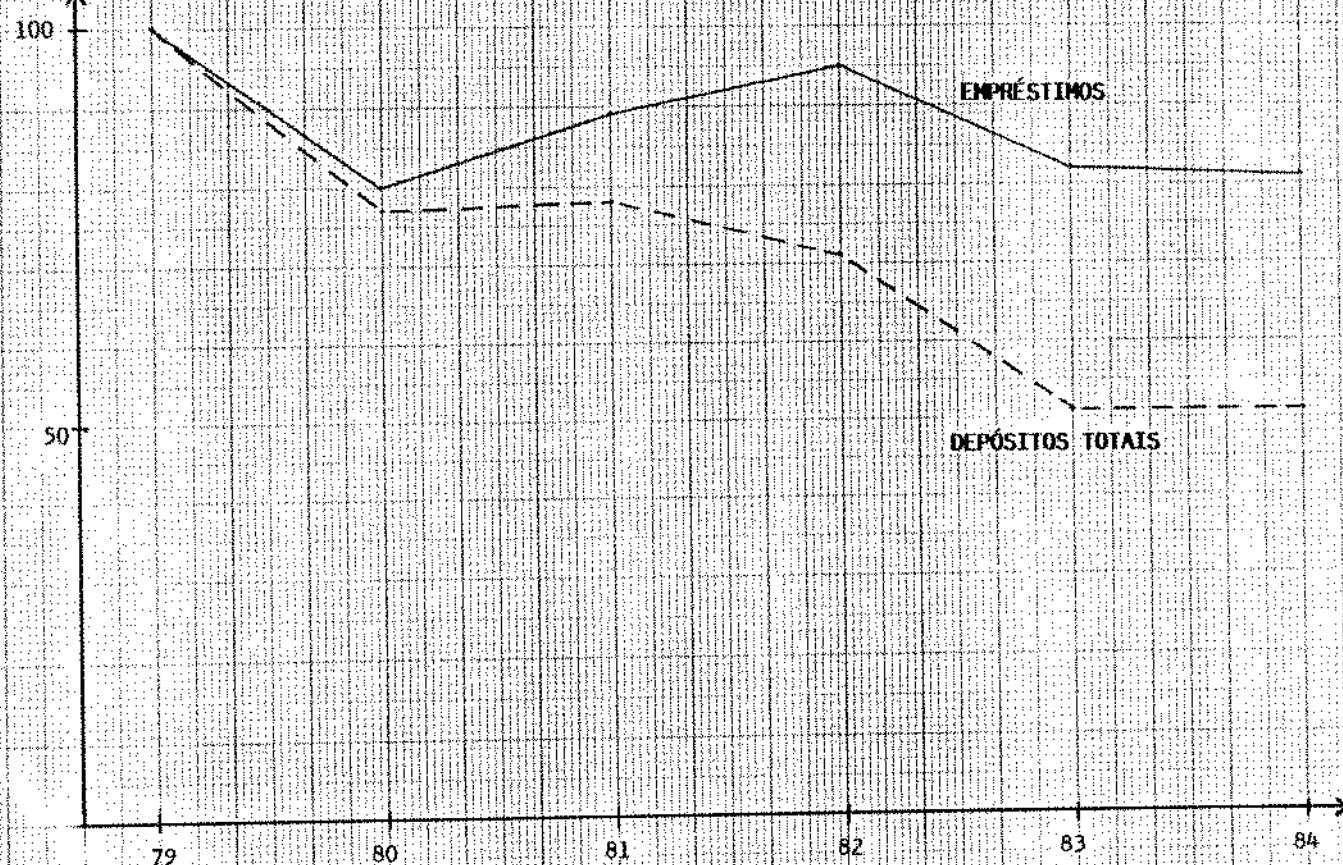


GRÁFICO IV.4 - ÍNDICES REAIS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" CREDITÍCIO DOS BANCOS COMERCIAIS

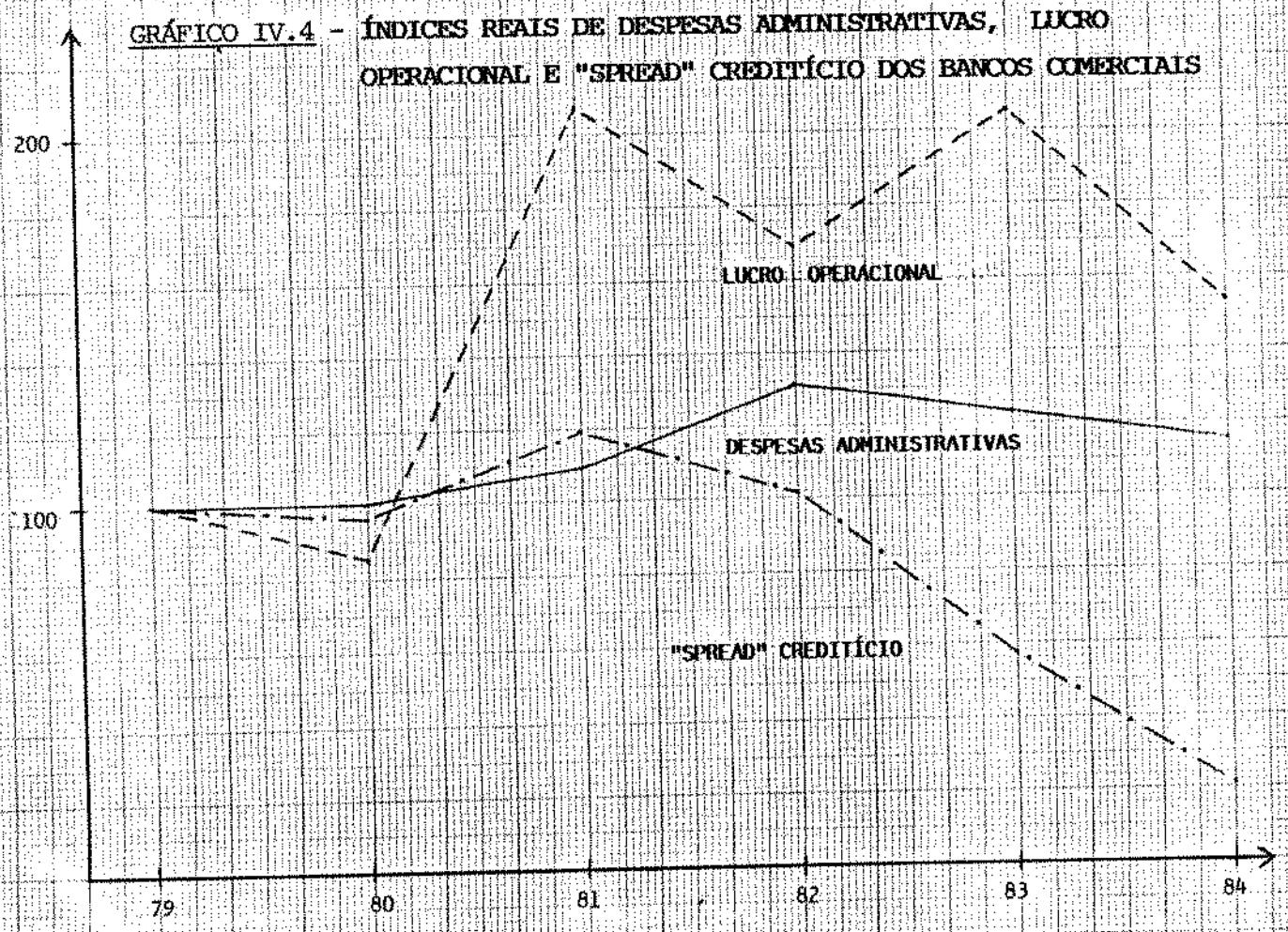


TABELA IV.12
INDICADORES DE DESEMPENHO DOS BANCOS COMERCIAIS
(%)

ANOS	CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DEPÓSITOS TOTAIS	LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRÉSTIMOS	RECURSOS EXTERNOS PASSIVO TOTAL
1979	0,5	17,3	19,7	10,4	10,6
1980	0,5	21,3	19,5	11,8	14,6
1981	0,6	24,8	39,5	14,2	20,8
1982	0,9	31,7	26,4	11,0	22,8
1983	1,9	32,8	28,2	5,8	21,9
1984	1,6	30,9	19,4	2,1	30,2

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos Comerciais

O movimento geral também é praticamente idêntico ao que ocorre no sistema creditício global: crescem os créditos em liquidação frente aos empréstimos; a rentabilidade é elevada e chega ao máximo em 1981 e o "spread" creditício relativo ao saldo de empréstimos cresce até 1981, caindo drasticamente até o último ano. Os demais indicadores, em complemento, revelam: elevação das despesas administrativas em termos do saldo de recursos depositados pelo público no sistema e, por outro lado, substancial aumento da participação dos recursos externos na estrutura passiva dos bancos comerciais em seu conjunto.

Ainda no contexto geral, examinaremos as modificações na estrutura física do sistema bancário nos anos 80.

TABELA IV.13

**SEDES E AGÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS EM FUNCIONAMENTO
Final de Ano**

ANOS	SEDES(S)	AGÊNCIAS (A)	(A)/(S)
1979	107	9.477	88
1980	110	10.114	91
1981	110	10.920	99
1982	113	11.738	103
1983	112	12.036	107
1984	110	12.335	112

FONTE: Banco Central do Brasil (Relatórios Anuais).

O número anual de bancos comerciais em funcionamento praticamente não se altera no período, muito embora ocorra significativo aumento na rede de agências bancárias, de tal sorte que a relação Agência/Sede cresce quase 30% de 1979 a 1984. Noutros termos, cerca de 600 novas agências por ano possibilitam, em média, uma relação anual de 5 novas agências por sede. Ressaltemos,

outrossim, que a expansão da rede foi bastante irregular no tempo, porquanto das 2.858 agências instaladas no período todo, aproximadamente 80% (2261 agências) foram instaladas até 1982.

Podemos admitir, de um lado, que o aprofundamento da recessão provocou um esvaecimento na corrida dos bancos por novas agências. Uma das razões residiria no fato de que, a nova estrutura bancária requer fundamentalmente pontos urbanos estratégicos nas grandes metrópoles — pretensão bloqueada pelo Governo e, aliás, espaço já ocupado pelos próprios bancos. Por outro lado, o crescimento físico dos maiores e mais sólidos bancos, nesses últimos anos, passa a ser conseguido através de um movimento interbancário de compra e venda de agências.

Convém, entretanto, qualificar a ampliação da sede de agências bancárias no país.

TABELA IV.14

**EMPRÉSTIMOS, DEPÓSITOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E LUCRO
OPERACIONAL REAIS POR AGÊNCIA DE BANCOS COMERCIAIS⁽¹⁾
Cr\$ 10⁶ de 1984⁽²⁾**

ANOS	EMPRÉSTIMOS AGÊNCIA	DEPÓSITOS AGÊNCIA	DESPESAS ADMINISTRATIVAS AGÊNCIA	LUCRO OPERACIONAL AGÊNCIA
1979	9.343	6.426	901	210
1980	7.025	4.644	843	167
1981	7.222	4.337	851	376
1982	7.147	3.691	951	287
1983	6.038	2.650	870	339
1984	5.814	2.571	795	247

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos Comerciais e Pesquisa Direta (para número de agências).

(1) Neste caso o número de agências corresponde ao dos bancos comerciais constantes da pesquisa e relacionados em Anexo.

(2) IGP-DI-Col.2 - Conjuntura Econômica.

O quadro ressalta duas ocorrências importantes: de um lado, ao nível dos dados de estoque, cai significativamente o "tamanho médio" da rede de estabelecimentos bancários; por outro lado, ao nível dos dados de fluxo, os valores médios das despesas administrativas e da lucratividade por agência denotam relativa estabilidade no período. Tal manifestação indica, peremptoriamente, que os empréstimos e depósitos não seriam mais as variáveis institucionais de maior relevância no sistema bancário comercial; ao mesmo tempo em que as agências dos bancos comerciais estariam assumindo um novo caráter inteiramente distinto do tradicional — quando funcionavam fundamentalmente como locais onde se buscavam empréstimos e se confiavam os depósitos. Vale dizer: as agências bancárias assumem a condição de autênticos terminais, para o varejo, onde se dispõe, centralizadamente, de todas as possibilidades institucionais de operações e serviços financeiro-creditícios do mercado. Trata-se, com efeito, da disseminação do variado espectro operacional inerente à estrutura dos conglomerados financeiros.

No caso do sistema bancário, a forma institucional de conglomeração é também a preponderante no contexto dos empréstimos e depósitos.

TABELA IV.15

**PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS COMERCIAIS CONGLOMERADOS NOS
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS DOS BANCOS COMERCIAIS EM GERAL
(%)**

ANOS	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS TOTAIS
1979	87,3	92,3
1980	86,3	92,6
1981	85,0	91,6
1982	84,0	91,0
1983	83,0	92,7
1984	83,9	93,3

FONTE: Balanços dos Bancos Comerciais.

É nítido o predomínio do conjunto de bancos comerciais conjugados a conglomerados financeiros, sobretudo no item de captação de depósitos do público. Em complemento à Tabela, dentro do segmento conglomerado, por sua vez, os bancos da iniciativa privada respondem, em média, por cerca de 2/3 dos empréstimos e 3/4 dos depósitos.

Os bancos comerciais conglomerados, por outro lado, marcam significativas diferenças, em função de seu controle de capital.

TABELA IV.16

**RELAÇÃO EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS TOTAIS DOS BANCOS COMERCIAIS
CONGLOMERADOS SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL**
(%)

ANOS	OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	2,2	1,0	1,9
1980	2,4	0,9	2,3
1981	2,3	1,0	3,6
1982	3,2	1,1	3,6
1983	3,8	1,2	3,4
1984	3,7	1,2	3,6

FONTE: Balanços dos Bancos Comerciais.

Como vemos, a relação Empréstimos/Depósitos cresce para todos os estratos e mais acentuadamente nos conjuntos dos bancos estaduais e dos estrangeiros. Evidencia-se, por conseguinte, maior disposição de recursos não captados diretamente do público aos bancos estaduais, através de repasses oficiais, e aos bancos estrangeiros, através de repasses externos.

Ao lado da queda relativa dos depósitos totais, cai ainda mais intensamente, em todos os estratos, a captação de depósitos à vista.

TABELA IV.17

**PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS À VISTA NA CAPTAÇÃO TOTAL DE
DEPÓSITOS DOS BANCOS COMERCIAIS CONGLOMERADOS SEGUNDO
CONTROLE DE CAPITAL**
(%)

ANOS	OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	80,5	84,0	42,5
1980	88,0	88,5	48,8
1981	88,8	82,7	55,1
1982	79,7	76,4	40,6
1983	60,9	66,3	21,1
1984	62,3	58,3	23,6

FONTE: Balanços dos Bancos Comerciais.

Frente à captação total de depósitos, é geral a queda na participação dos depósitos à vista, com evidência natural para o conjunto de bancos comerciais pertencentes a conglomerados financeiros estrangeiros. A ocorrência significa um processo generalizado de encarecimento da estrutura passiva dos bancos, no bojo, inclusive, da chamada "dolarização" do crédito bancário.

TABELA IV.18

**PARTICIPAÇÃO DOS REPASSES EXTERNOS NAS OBRIGAÇÕES
POR EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS CONGLOMERADOS
SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL**

(%)

ANOS	OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	19,0	67,1	82,8
1980	21,3	72,5	85,8
1981	21,4	75,8	89,9
1982	23,0	76,9	88,8
1983	28,3	86,6	92,8
1984	25,5	93,3	94,5

FONTE: Balanços dos Bancos Comerciais

Ao contrário dos bancos estatais, o segmento privado demonstra altos e crescentes níveis de participação de recursos externos em relação ao total de suas obrigações por empréstimos. Dentro do segmento, ademais, os maiores percentuais são apresentados pelos bancos estrangeiros, como era de se esperar.

Do ponto de vista da "performance", os vários estratos, de modo geral, refletem sua natureza e estrutura operacional.

TABELA IV.19

LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS BANCOS COMERCIAIS

CONGLOMERADOS SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL

(%)

ANOS	OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	20,1	25,6	27,6
1980	10,9	18,0	35,5
1981	19,7	36,6	72,9
1982	(3,4)	24,3	58,8
1983	(33,3)	27,1	79,3
1984	(5,1)	17,8	40,1

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos Comerciais.

Os maiores índices de lucratividade, em todos os anos, ficam com os bancos conglomerados estrangeiros. No outro extremo, o setor bancário governamental, nos três primeiros anos, conta com índices de rentabilidade mais modestos enquanto, no último triénio, amarga a ocorrência de prejuízo operacional. Chamemos a atenção para o fato de que os bancos estrangeiros, além de sua natural e aparente segurança, de modo geral operam no atacado e portanto têm condições de melhor seletividade de clientes. Os bancos privados nacionais, sobretudo os grandes, operam no varejo, contam com grande escala e, assim, têm possibilidade de diluir prejuízos e riscos. Já os bancos estaduais, amparam as débeis finanças de seus donos (os governos estaduais) e trabalham com os piores clientes — ou por determinação de prioridade política (caso das pequenas e médias empresas, por exemplo) ou por simples "politicagem". Contudo, tanto o prejuízo dos bancos estaduais, quanto o

lucro dos demais segmentos, não decorrem diretamente das operações de crédito.

TABELA IV.20

"SPREAD" CREDITÍCIO/EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS
CONGLOMERADOS SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL
(%)

ANOS	OFICIAIS ESTADUAIS	PRIVADOS NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	6,5	14,0	8,3
1980	7,4	16,7	9,6
1981	9,1	19,9	11,4
1982	8,1	12,6	9,6
1983	5,6	2,7	4,7
1984	3,3	(0,7)	(1,5)

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos Comerciais.

Como vemos, o "spread" relativo de operações de crédito das instituições da iniciativa privada, a despeito de superar o das estatais até 1982, cai a partir deste ano, tornando-se negativo em 1984, tanto para nacionais, quanto para estrangeiros. Repete-se aqui o indício de outras fontes de ganho aos bancos, que não estritamente operações de crédito.

2.2. A área dos bancos de investimento

A área dos bancos de investimento também exibe nítidos sinais recessivos ao nível das variáveis institucionais mais importantes.

TABELA IV.21**EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS A PRAZO DOS BANCOS DE INVESTIMENTO**

ANOS	EMPRÉSTIMOS (E)		DEPÓSITOS A PRAZO (D)		(E)/(D)
	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	
1979	30.197	100	18.290	100	1,65
1980	23.287	77	14.478	79	1,61
1981	23.118	77	15.286	84	1,51
1982	22.659	75	15.415	84	1,47
1983	19.582	65	13.528	74	1,45
1984	19.041	63	13.787	75	1,38

FONTE: Balanços dos Bancos de Investimento

(1) IGP-DI-Col.2- Conjuntura Econômica

Tanto os empréstimos quanto os depósitos, em termos reais, caem significativamente no período. Neste caso, no entanto, a queda nos índices dos empréstimos é mais intensa que dos depósitos, razão pela qual a relação Empréstimos/Depósitos, ao contrário do ocorrido com os bancos comerciais, diminui no período (Gráfico IV.5).

Convém destacar aqui a relação mais estreita dos bancos de investimento com o mercado de bens de capital. Os bancos de investimento estariam entre os maiores financiadores para aquisição de bens de capital, os quais, conforme mostramos na introdução deste capítulo, revelaram os maiores índices depressivos nesses últimos anos.

A partir do comportamento de algumas variáveis vinculadas aos fluxos de receitas e despesas, examinaremos as marcantes diferenças da área dos bancos de investimento em relação ao sistema bancário comercial.

TABELA IV.22

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" DOS
BANCOS DE INVESTIMENTO**

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS Cr\$ 10 ⁶ de 1984 (1)	ÍNDICES	LUCRO OPERACIONAL Cr\$ 10 ⁶ de 1984 (1)	ÍNDICES	"SPREAD" CREDITÍCIO Cr\$ 10 ⁶ de 1984 (1)	ÍNDICES
1979	330	100	920	100	1.180	100
1980	285	86	946	103	1.072	91
1981	341	103	2.001	217	1.053	89
1982	565	171	2.164	235	218	18
1983	588	178	2.370	258	(1.206)	(102)
1984	590	179	2.161	235	(1.750)	(148)

FONTE: Demonstrativos de Resultados dos Bancos de Investimento.

(1) IGP-DI-Col.2-Conjuntura Econômica

O crescimento real do lucro operacional é bastante acen-tuado e substancialmente maior que o das despesas administrativas. No tocante ao diferencial de ganho das operações de crédito, a partir de uma violenta diminuição real, os dados acusam inversão de sinal no último biênio; quer dizer: os bancos de investimento, em seu conjunto, operaram com "spread" creditício negativo em 1983 e 1984. Tal ocorrência sugere também que, na área dos bancos de investimento, não são as operações de crédito que sustêm as (por sinal elevadas) margens de lucros operacionais.(Gráfico IV.6).

Os indicadores relativos apontam no mesmo sentido.

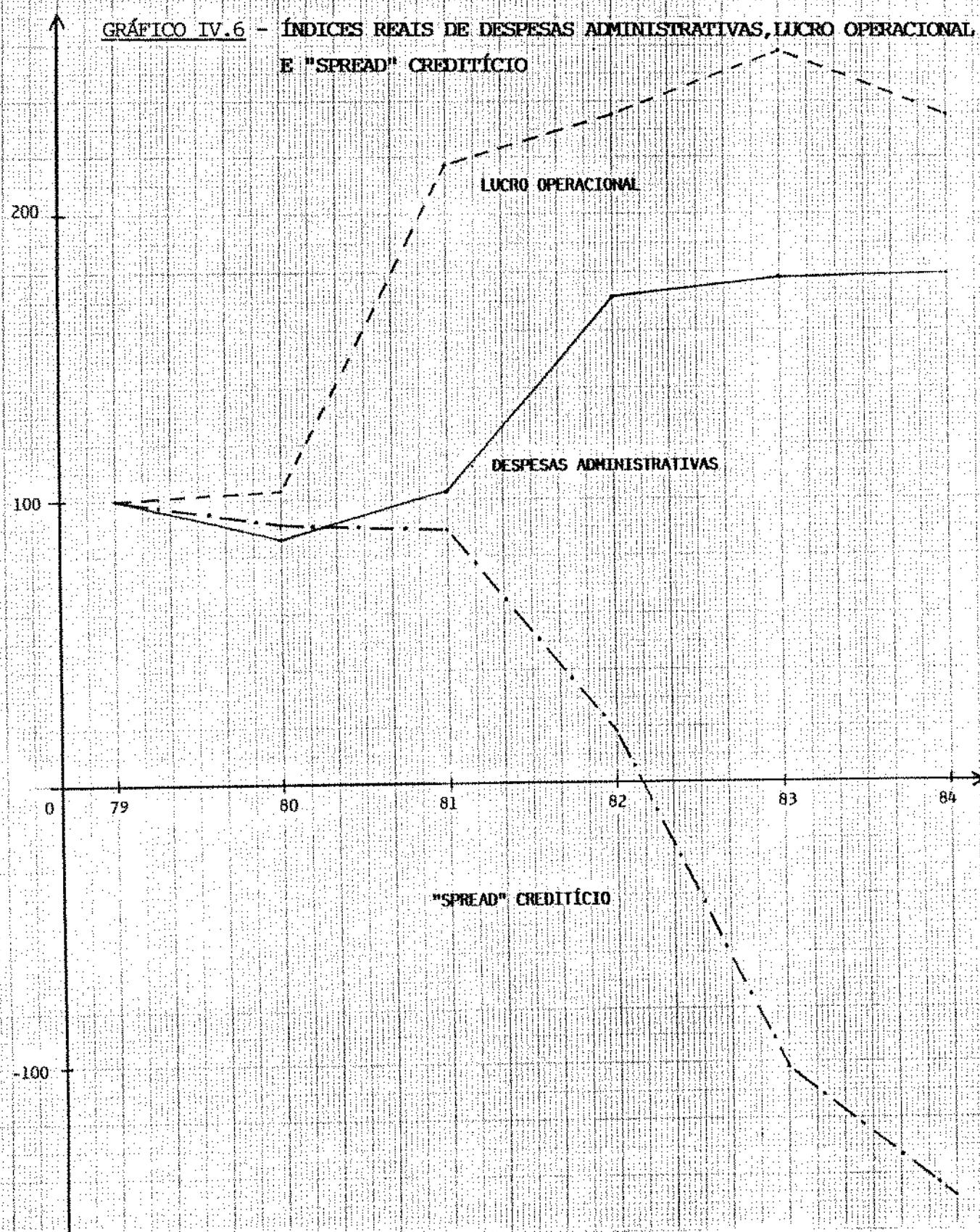
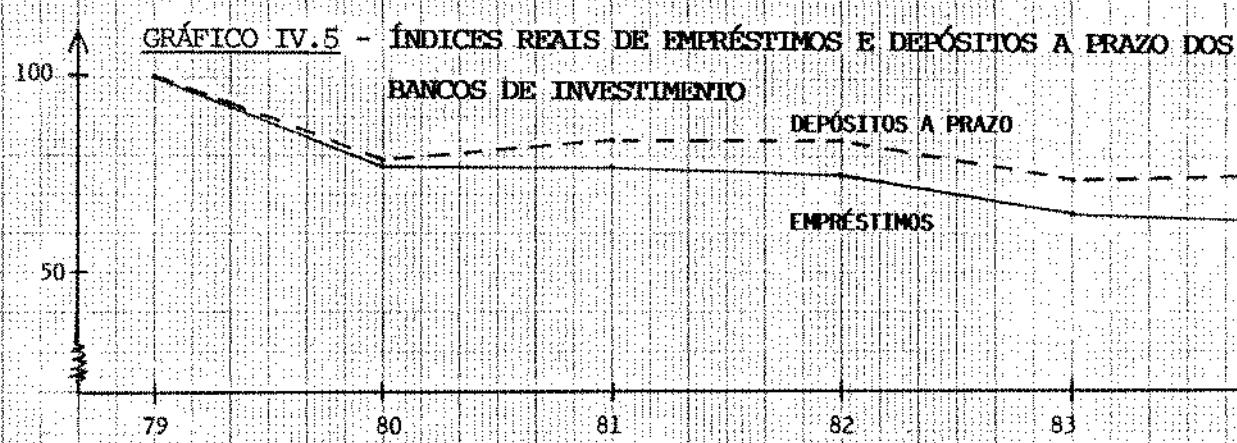


TABELA IV. 23

INDICADORES DE DESEMPENHO DOS BANCOS DE INVESTIMENTO

(%)

ANOS	CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DESPESAS OPERACIONAIS	LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRESTIMOS
1979	0,3	4,1	34,9	4,8
1980	0,3	3,8	40,0	5,4
1981	0,2	3,4	67,1	5,8
1982	0,4	4,8	57,7	1,2
1983	0,6	3,3	53,6	(6,2)
1984	0,7	3,2	44,7	(9,2)

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos de Investimento.

O percentual de Créditos em Liquidação sobre Empréstimos é relativamente baixo, embora acuse ligeiro crescimento no período, particularmente pós 1981. A relação Despesas Administrativas/Despesas Operacionais é levemente declinante, enquanto, por outro lado, são bastante altas as taxas de rentabilidade obtidas pelo conjunto dos bancos de investimento. Já os "spreads" relativos, após elevação até 1981, decrescem drasticamente, tornando-se negativos nos dois últimos anos.

Como já ressaltamos, os bancos de investimento já foram criados sob o signo da conglomeração, fato que fica constatado pela expressiva fatia do mercado que cabe às instituições componentes dos conglomerados financeiros.

TABELA IV.24

**PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS DE INVESTIMENTO CONGLOMERADOS NOS
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS A PRAZO DOS BANCOS DE
INVESTIMENTO EM GERAL**
(%)

ANOS	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS À PRAZO
1979	95,1	95,0
1980	95,1	95,1
1981	93,1	93,6
1982	92,1	91,5
1983	93,9	93,9
1984	95,6	95,3

FONTE: Balanços dos Bancos de Investimento

Em ambos os casos fica patente que este mercado é operado basicamente pelo conjunto de instituições conglomeradas (em média com participação anual de 95%, em cada item). Por conseguinte, enfocaremos o segmento conglomerado, cotejando os bancos de controle de capital exclusivamente nacional e os associados ao capital estrangeiro (considerados aqui "estrangeiros"). Lembremos que este grupo abrange praticamente todos os bancos de investimento associados aos maiores bancos comerciais privados nacionais.

TABELA IV.25

**EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS A PRAZO E REPASSES EXTERNOS⁽¹⁾/REPASSES
TOTAIS PARA BANCOS DE INVESTIMENTO CONGLOMERADOS SEGUNDO
CONTROLE E PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL**

ANOS	(EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS)		(REPASSES EXTERNOS/REPASSES TOTAIS) (%)	
	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	1,6	1,7	47,0	63,6
1980	1,4	1,7	47,2	67,2
1981	1,4	1,5	47,0	73,4
1982	1,4	1,5	41,5	78,7
1983	1,2	1,7
1984	1,1	1,6

FONTE: Balanços do Banco de Investimento

(1) Dados disponíveis apenas até 1982, em função do novo critério de registro contábil adotado.

O segmento "estrangeirizado" naturalmente depende menos da captação interna de depósitos a prazo e revela maior, expressiva e crescente participação de recursos de origem externa, em relação aos totais de recursos repassados em cada ano.

Por fim, examinaremos o lado das variáveis resultado no corte considerado.

TABELA IV.26

**LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO E "SPREAD"
CREDITÍCIO/EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS DE INVESTIMENTO
CONGLOMERADOS SEGUNDO CONTROLE E PARTICIPAÇÃO
ESTRANGEIRA NO CAPITAL**
(%)

ANOS	(LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		("SPREAD" CREDITÍCIO/EMPRÉSTIMOS)	
	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1979	30,5	36,8	4,5	5,0
1980	35,2	42,9	4,9	5,5
1981	60,4	73,4	7,7	4,7
1982	57,8	60,4	4,7	(0,8)
1983	46,5	57,8	(7,6)	(5,5)
1984	34,1	50,6	(14,6)	(6,8)

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados dos Bancos de Investimentos

A rentabilidade do segmento estrangeiro é, em todos os anos, bastante superior a do conjunto de bancos de investimento de capital exclusivamente nacional; enquanto no caso dos "spreads", as ocorrências não apresentam diferenças significativas. Entretanto, nos dois estratos, a origem do lucro operacional não se explica pelo diferencial de taxas praticadas nas operações estritamente creditícias.

2.3. O mercado das financeiras

Neste setor mais específico que os demais, também são visíveis as marcas do atual ciclo recessivo, embora com certas nuances derivadas da estrutura operacional das instituições.

TABELA IV.27

EMPRÉSTIMOS E ACEITES CAMBIAIS DAS FINANCEIRAS

ANOS	EMPRÉSTIMOS(E)		ACEITES CAMBIAIS(A)		(E)/(A)
	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	
1979	15.645	100	13.033	100	1,20
1980	9.974	64	8.777	67	1,14
1981	9.031	58	7.066	54	1,28
1982	14.946	96	13.302	102	1,12
1983	12.233	78	10.088	77	1,21
1984	12.073	77	9.670	74	1,25

FONTE: Balanços das Financeiras

(1) IGP-DI-Col.2-Conjuntura Econômica

Em primeiro lugar, o quadro ressalta violenta queda dos dois índices reais nos dois anos iniciais da década, seguida de razoável recuperação em 1982 e tornando a cair posteriormente. Devemos advertir, sob este aspecto, que a produção industrial de bens duráveis de consumo acusou, nos anos 80, a segunda maior queda entre as diversas categorias de uso (conforme mostramos na parte introdutória deste capítulo). Por outro lado, a política econômica, em fins de 1981, manifestou um certo afrouxamento no campo específico das financeiras, quando ampliou os prazos de financiamento de bens duráveis de consumo novos e usados, que estavam congelados desde 1979. (7) (Gráfico IV.7).

Por outro lado, como era de se esperar, há uma rígida amarração entre os principais itens ativo e passivo, explicitada pela relativa instabilidade do quociente Empréstimos/Aceites Cambiais.

(7) Resolução nº 716 de 22/12/81.

TABELA IV.28

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E
"SPREAD" DAS FINANCIERAS**

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		LUCRO OPERACIONAL		"SPREAD" CREDITÍCIO	
	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES	Cr\$ 10 ⁶ de 1984 ⁽¹⁾	ÍNDICES
1979	150	100	764	100	1.509	100
1980	164	109	684	90	1.406	93
1981	173	115	1.201	157	1.717	114
1982	210	140	1.550	203	2.440	162
1983	542	361	1.776	232	1.240	82
1984	578	385	1.863	244	1.335	88

FONTE: Demonstrativos de Resultados das Financeiras

(1) IGP-DI-Col.2-Conjuntura Econômica

Diferentemente dos dois outros setores, no caso das financeiras, o crescimento real das despesas administrativas supera o crescimento ocorrido nos níveis reais de lucro operacional, no período como um todo. Por sua vez, o comportamento do "spread" real das operações de crédito é bastante irregular, conquanto denote tendência declinante em relação aos anos extremos do período. Interessante notar que, à exceção dos dois últimos anos, o lucro operacional acompanha de perto, embora em outros níveis, o comportamento do "spread" creditício. O último biênio, desse modo, descola, também mostra para as financeiras, que a geração das margens de lucro não se originam no campo das operações creditícias básicas (Gráfico IV.8).

Do ponto de vista dos indicadores de desempenho, as ocorrências acusam particularidades interessantes.

GRÁFICO IV.7 - ÍNDICES REAIS DE EMPRÉSTIMOS E ACEITES CÂMBIAIS DAS FINANCIERAS

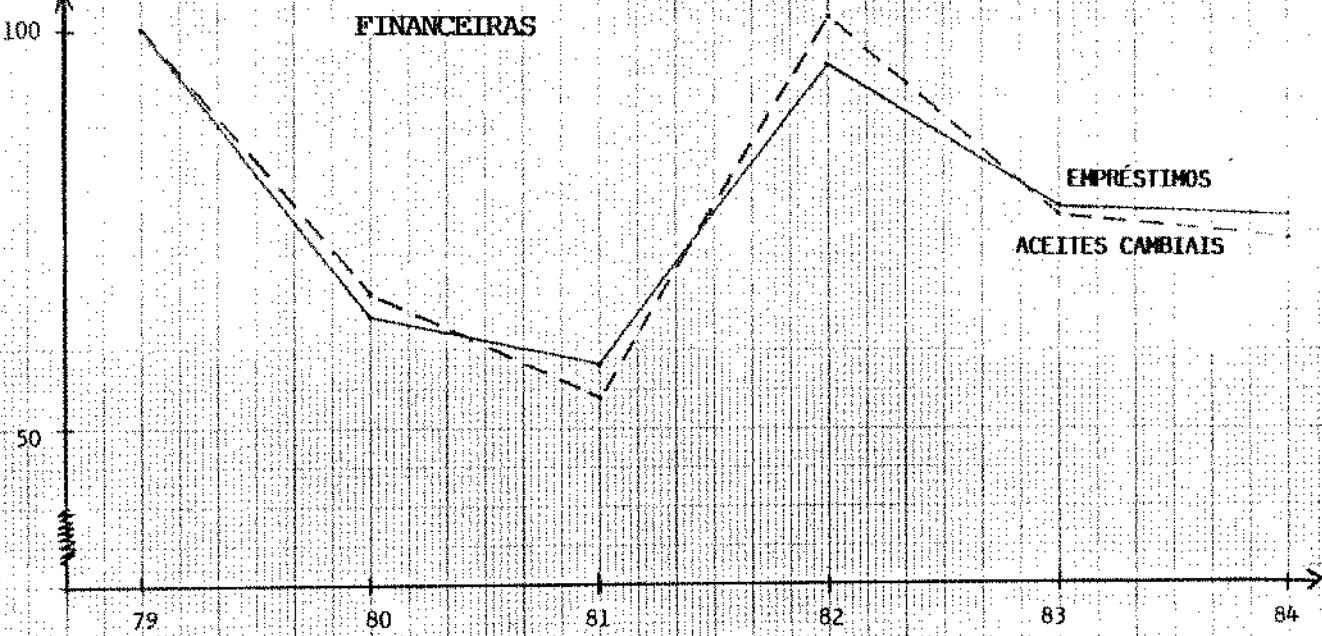


GRÁFICO IV.8 - ÍNDICES REAIS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" CREDITÍCIO

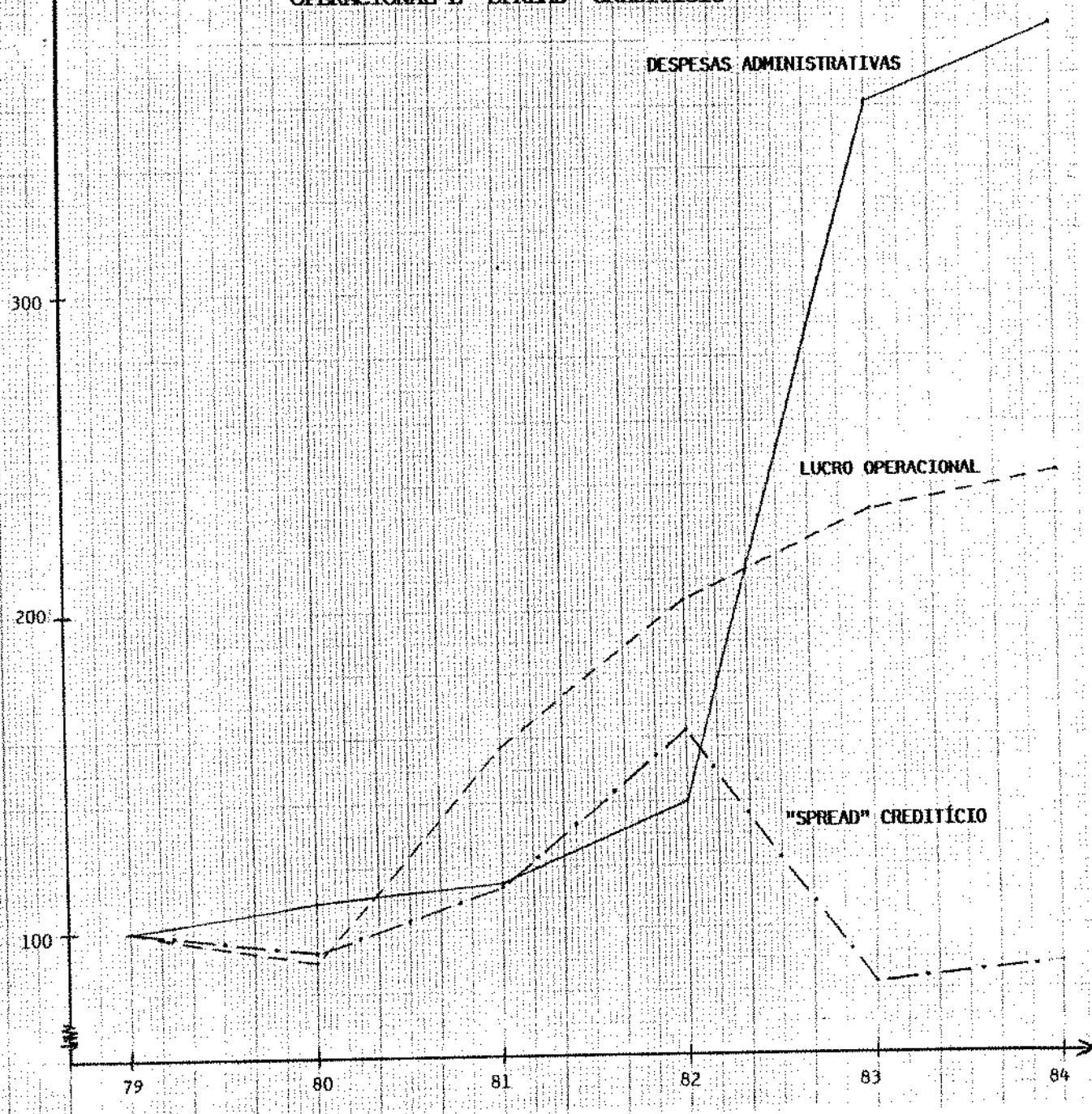


TABELA IV.29
INDICADORES DE DESEMPENHO DAS FINANCEIRAS
(%)

ANOS	CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO EMPRÉSTIMOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DESPESAS OPERACIONAIS	LUCRO OPERACIONAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	"SPREAD" CREDITÍCIO EMPRÉSTIMOS
1979	0,8	3,7	42,0	11,9
1980	0,7	4,3	43,9	16,5
1981	0,5	4,7	67,0	24,0
1982	0,5	3,7	70,5	20,1
1983	0,6	7,3	72,2	10,1
1984	0,6	7,4	72,4	11,1

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados das Financeiras

Os destaques dizem respeito aos altos índices de "spread" médio por empréstimos e também aos elevados níveis de rentabilidade, neste caso, inclusive, revelando acentuado e contínuo acréscimo no período.

No campo das financeiras, o confronto das companhias pertencentes a conglomerados financeiros será realizado junto às formas usuais de organização e vinculação das demais companhias, dado o caráter de suas funções institucionais. Dessa forma, o setor foi seccionado em três outros segmentos: conglomerados automobilísticos (companhias vinculadas a produtores de veículos automotores), conglomerados comerciais (companhias vinculadas a grandes lojas de departamentos) e independentes.

TABELA IV.30
**EMPRÉSTIMOS E ACEITES CAMBIAIS DAS FINANCEIRAS SEGUNDO
 FORMAS INSTITUCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO**
 (%)

ANOS	CONGLOMERADO FINANCEIRO		CONGLOMERADO AUTOMOBILÍSTICO		CONGLOMERADO COMERCIAL		INDEPENDENTE	
	EMPRÉSTIMOS	ACEITES	EMPRÉSTIMOS	ACEITES	EMPRÉSTIMOS	ACEITES	EMPRÉSTIMOS	ACEITES
1979	68,7	72,4	10,0	7,3	6,4	5,8	14,9	14,5
1980	68,7	70,1	9,8	9,4	6,9	6,9	14,6	13,5
1981	67,2	66,2	9,2	9,9	9,9	10,9	13,7	13,1
1982	64,9	68,7	10,0	8,3	14,7	13,4	10,5	9,5
1983	74,1	79,4	10,8	8,0	7,3	5,9	7,7	6,7
1984	75,2	80,9	10,8	7,2	6,6	5,2	8,1	6,6

FONTE: Balanços das Financeiras.

O mercado das financeiras, embora mais específico e conjugado ao mercado de venda de bens duráveis de consumo, também ressalta crescente predomínio do grupo de companhias pertencentes a conglomerados financeiros. Os conjuntos de companhias conglomeradas a segmentos não-financeiros (automobilístico e comercial) praticamente mantêm suas participações no mercado (particularmente por tratar-se de mercados cativos), enquanto as instituições independentes, com efeito, perdem posição no período.

Finalmente examinaremos apenas o item relativo às rentabilidades no corte considerado.

TABELA IV. 31

LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS FINANCEIRAS SEGUNDO FORMAS INSTITUCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO

ANOS	CONGLOMERADO FINANCEIRO	CONGLOMERADO AUTOMOBILÍSTICO	CONGLOMERADO COMERCIAL	INDEPENDENTE
1979	52,8	28,4	42,6	39,2
1980	51,8	13,4	46,2	45,5
1981	71,1	45,6	64,2	58,3
1982	73,7	51,7	69,7	63,0
1983	75,7	69,1	72,7	54,5
1984	77,0	68,3	67,6	54,2

FONTE: Balanços e Demonstrativos de Resultados das Financeiras

Os níveis de rentabilidade em geral são relativamente elevados, apontando a conglomeração financeira como forma predominante de melhor "performance". Nos anos mais recentes, outrossim, o conjunto de instituições independentes aponta os menores percentuais de lucro/patrimônio entre todas as demais formas.

3. A "Performance" dos Conglomerados Líderes

Os maiores conglomerados financeiros, ao nível das instituições creditícias, foram escolhidos pelas mais elevadas participações nos saldos de empréstimos e volumes de captação, simultaneamente em todos os segmentos creditícios de 1979 a 1984. A partir do "ranking" em cada mercado, foram considerados conglomerados líderes os grupos de instituições privadas que sempre estiveram colocadas entre as 10 maiores em todos os anos. Dessa forma, foram selecionados para exame 4 grupos financeiros: Bradesco, Itaú, Real e Unibanco.

Inicialmente podemos constatar que são bastante expressivas as participações no mercado deste maior grupo.

TABELA IV.32

**PARTICIPAÇÕES DOS GRUPOS BRADESCO, ITAÚ, REAL E UNIBANCO NOS
EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DO SISTEMA CREDITÍCIO GLOBAL
(%)**

ANOS	EMPRÉSTIMOS	CAPTAÇÕES
1979	20,9	28,2
1980	20,1	29,5
1981	19,3	29,8
1982	17,6	29,8
1983	16,6	31,2
1984	19,2	33,9

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras

No caso dos Empréstimos, o conjunto dos líderes mantém relativamente uma faixa média de pouco menos de 1/5 dos totais anuais concedidos pelo mercado global. No caso das captações, contudo, os níveis além de serem maiores apresentam razoável e ininterrupto crescimento no período.

Algumas diferenças significativas, entre os 4 grupos e o mercado global, podem ser observadas através das variáveis representativas dos fluxos de receitas e despesas.

TABELA IV.33

DESPESAS ADMINISTRATIVAS, LUCRO OPERACIONAL E "SPREAD" DOS GRUPOS BRADESCO, ITAÚ, REAL E UNIBANCO

ANOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		LUCRO OPERACIONAL		"SPREAD" CREDITÍCIO	
	CR\$ 10 ⁶ de 1984 (1)	ÍNDICES	CR\$ 10 ⁶ de 1984(1)	ÍNDICES	CR\$ 10 ⁶ de 1984(1)	ÍNDICES
1979	2.815	100	1.028	100	2.840	100
1980	2.744	97	994	97	2.573	91
1981	3.055	109	2.470	240	3.046	107
1982	3.747	133	2.138	208	1.924	68
1983	3.756	133	3.034	295	63	2
1984	3.624	129	2.919	284	(68)	(2)

FONTE: Demonstrativos de Resultados das Instituições Financeiras

(1) IGP-DI-Col.2-Conjuntura Econômica

O comportamento das Despesas Administrativas não se afasta muito do ocorrido para o Sistema Creditício Global. No entanto, no caso das variáveis de resultado as diferenças são visíveis e ponderáveis. Os índices reais do lucro operacional accusam um brutal crescimento a partir de 1980, acentuadamente maior que o ocorrido no sistema global (em 1984, 284 para o quarteto e 193 para o total das instituições).

Em relação ao "spread", a evidência já mostrada pelos conglomerados em geral se repete aqui; há uma acentuada tendência declinante pós 1981, invertendo de sinal no último ano. Assim, os grandes bancos mostram melhor desempenho operacional, em termos de lucratividade, a qual também não depende fundamentalmente da área creditícia nos últimos anos.

Os demais indicadores deixam de ser apresentados por mostrarem comportamento praticamente idêntico ao do conjunto das instituições financeiras.

Examinemos as participações das instituições dos grupos selecionados em seus respectivos mercados.

TABELA IV.34

PARTICIPAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DOS GRUPOS BRADESCO, ITAÚ, REAL E UNIBANCO NOS EMPRÉSTIMOS E CAPTAÇÕES DOS BANCOS COMERCIAIS, DE INVESTIMENTO E FINANCEIRAS

(%)

ANOS	BANCOS COMERCIAIS		BANCOS DE INVESTIMENTO		FINANCEIRAS	
	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS TOTAIS	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS A PRAZO	EMPRÉSTIMOS	ACEITES CÂMBIAIS
1979	16,8	27,9	31,6	31,6	23,5	24,7
1980	16,0	30,0	30,9	30,5	24,4	25,0
1981	16,6	28,6	26,8	37,9	24,0	19,6
1982	14,3	30,2	24,7	30,2	25,7	28,0
1983	11,4	29,0	25,1	31,7	34,1	37,5
1984	14,2	32,7	28,3	33,9	33,9	37,5

FONTE: Balanços das Instituições Financeiras

Em termos gerais, os líderes demonstram crescimento significativo apenas na área das Financeiras. Entretanto, em todos os ítems de captação ocorre uma leve elevação nas participações do conjunto em questão, as quais atingem ponderáveis níveis (em média cerca de 30%).

4. Fluxos Anuais de Recursos via Resolução nº 63

Neste item, investigaremos os principais bancos tomadores de recursos externos para repasse nos anos 80.

Os fluxos anuais de ingresso dos empréstimos em moeda estrangeira sob a égide da Resolução nº 63 mostraram tendência declinante desde 1981, com mais forte intensidade na passagem de 1982 para 1983 - período mais crítico da renegociação externa brasileira.

TABELA IV.35

FLUXOS ANUAIS DE INGRESSO DE RECURSOS VIA RESOLUÇÃO Nº 63

ANOS	US\$ 10 ⁶	ÍNDICES
1980	3.491	100
1981	5.305	152
1982	4.396	126
1983	1.025	29
1984	1.017	29

FONTE: Registros publicados no Diário Oficial da União - FIRCE/Banco Central do Brasil

Relacionemos as participações dos bancos tomadores, classificados segundo seu tipo institucional e controle de capital, no volume acumulado de 1980 a 1984.

TABELA IV.36

PARTICIPAÇÕES DOS BANCOS TOMADORES DE RECURSOS VIA RESOLUÇÃO Nº
63 NO FLUXO ACUMULADO DE 1980 A 1984

BANCOS	%
1. Bancos Comerciais	80,8
1.1. Oficiais	22,6
- Federais	11,4
- Estaduais	11,2
1.2. Privados Nacionais	31,2
1.3. Estrangeiros	27,0
2. Bancos de Investimento	15,9
2.1. Nacionais	2,1
2.2. Associados ao Capital Estrangeiro	13,8
3. Bancos de Desenvolvimento	3,3
T O T A L	100,0

FONTE: Registros publicados no Diário Oficial da União - FIRCE/
Banco Central do Brasil

Em grande parte a recorrência aos repasses bancários externos decorre da política de crédito restritiva, a qual circunscreve-se às fontes internas de captação.

Nos anos 80, o conjunto dos bancos comerciais foi quem mais captou recursos da 63, com destaque para o segmento dos bancos privados nacionais.

A área dos bancos comerciais, além de seu maior peso institucional, constitui-se no maior alvo às medidas de caráter contencionista adotadas pelo governo. De outro lado, é relativamente inexpressiva a participação dos bancos de investimento

no fluxo acumulado de recursos da 63, em que pese ter sido idealizada como o braço financeiro mais receptivo ao capital estrangeiro.

Examinemos o estrato dos 10 maiores tomadores e suas respectivas participações.

TABELA IV.37

PARTICIPAÇÕES DOS 10 MAIORES BANCOS TOMADORES DE RECURSOS VIA
RESOLUÇÃO Nº 63 NO FLUXO ACUMULADO DE 1980 A 1984

BANCOS	US\$ 10 ⁶	%
Citibank	1.562	10,3
Banco do Brasil	1.201	7,9
Banespa	728	4,8
Bradesco	687	4,5
Itaú	682	4,5
Lloyds	442	2,9
Nacional	373	2,4
Econômico	362	2,4
Real	360	2,4
Unibanco	358	2,4
T O T A L	6.755	44,5

FONTE: Registros publicados no Diário Oficial da União - FIRCE/
Banco Central do Brasil

Dentre as principais constatações do quadro destacam-se: a inclusão apenas de bancos comerciais, nos três grandes cortes institucionais (oficiais, conglomerados privados nacionais e estrangeiros) e a absoluta liderança do Citibank, que isoladamente captou 10% do fluxo acumulado de 63 nos anos 80.

Cabe sublinhar que, dentre os 10 maiores tomadores, os bancos estrangeiros (Citibank e Lloyds) captam recursos externos exclusivamente de dependências internacionais pertencentes às respectivas matrizes - aliás fato comum para o caso dos bancos estrangeiros em geral. Por sua vez, no caso dos bancos oficiais, o Banespa (preponderantemente) e o Banco do Brasil (exclusivamente) tomam recursos 63 de sua rede de agências no exterior - o Banco do Brasil, inclusive, deixa de realizar captação a partir de 1982 (quando capta apenas US\$ 22 milhões, ou seja, 0,5 do total).

De resto, o outro destaque refere-se aos maiores conglomerados financeiros privados, liderados pelo Bradesco e Itaú, que, em geral, apresentam uma pauta bastante diversificada em termos de credores internacionais.

Em termos gerais, pudemos constatar, ao lado de maiores índices de inadimplência, uma relativamente alta lucratividade operacional para o sistema creditício em geral. As margens de resultado operacional, todavia, não se originam das operações de empréstimos.

Por outro lado, o sistema creditício é constituído fundamentalmente de grandes instituições conglomeradas, as quais se impõem no movimento geral dos mercados. É natural que as grandes e mais sólidas instituições bancárias se sobressaiam em todos os indicadores relativos aos principais tipos e formas de operação bancária (depósitos, aceites, repasses, etc.).

C O N C L U S Ã O

CONCLUSÃO

O sistema capitalista atual, sobretudo no bojo de um movimento generalizado e intenso de internacionalização a partir dos anos 70, passa a conferir maior relevo de uma função inerente às atividades financeiras, comumente implícita no conjunto de funções típicas da intermediação financeira institucional: a valorização do capital financeiro. As atividades do sistema bancário, enquanto "pedra angular" do sistema financeiro, afastam-se gradativamente de seus principais atributos convencionais anteriores, consubstanciados na ação "bancadora" ou financiadora da produção capitalista.

É evidente que esse movimento geral, de caráter e amplitude inequivocamente internacional se reproduz em escala nacional, naturalmente conformada às peculiaridades e condicionantes político-institucionais prevalecentes. No caso brasileiro, os traços gerais dessa tendência amoldaram-se aos contornos do movimento cíclico da economia. Como se sabe, a economia brasileira nos últimos 20 anos, após atravessar acelerado processo de crescimento, entrou numa profunda crise. Culminando o processo, a economia se internacionalizou, notadamente em dois planos: entrada maciça de capital de risco, em forma de investimentos diretos (principalmente no setor industrial) e ampliação generalizada do endividamento externo, com base na tomada de empréstimos em moeda estrangeira. No entanto, o sistema financeiro, neste contexto, praticamente não absorveu capital estrangeiro de risco, embora, em compensação, tenha se endividado, com captação externa de recursos, numa extensão sem precedentes. Assim, a manutenção do predomínio nacional na estrutura de propriedade do sistema bancário interno constitui-se no marco distintivo fundamental da forma que assumiu a internacionalização do

capital financeiro no Brasil.

A atuação bancária em geral é balizada por normas político-institucionais que se sobrepõem ao movimento cíclico da economia. No entanto, o sistema bancário absorve e reage aos efeitos das crises econômicas. No caso brasileiro, com efeito, os bancos co-participam da grande desordem que se configurou no seio do sistema financeiro frente à atual crise, a partir inclusive dos próprios mecanismos e esquemas criados pela, então saneadora, Reforma Bancário-Financeira de meados dos anos 60.

Em linhas gerais, são três os principais sintomas da crise atual: desaceleração da taxa de acumulação, explosão inflacionária e desequilíbrio estrutural das contas externas. A queda na taxa de acumulação refletiu a contração da "eficiência marginal do capital", a qual se acentuava pelo movimento ascendente da taxa de juros e pelo agravamento do clima geral de incerteza quanto aos rumos da economia, sobretudo nos aspectos relacionados ao comportamento da inflação, que atingia patamares gradativamente mais elevados. O desequilíbrio externo, no que se refere ao estouro do balanço de pagamentos, originou-se de um processo cumulativo caracterizado por crescente volume de importações de bens de capital, num primeiro momento, seguido dos dois choques do petróleo e, finalmente, pelo ônus crescente do serviço da dívida externa.

No bojo desse movimento, em seguida ao auge da acumulação, se sobrepõe a crise financeira internacional no final dos anos 70, impondo severas restrições à economia brasileira seja pelo forte aumento das taxas de juros internacionais, seja pelas implicações de política de ajuste que se fizeram a quase todos os países endividados. A principal consequência, no plano interno, foi uma recessão de grande densidade e amplitude, sobre a qual emerge e

ganha corpo um amplo movimento de especulação financeira, alicerçado em dois processos de endividamento sem precedentes: a dívida externa (a que já nos referimos) e a dívida mobiliária interna pública.

Como vimos no Capítulo II, tanto os bancos como as empresas em geral criam mecanismos de salvaguarda, através dos quais avulta-se o movimento especulativo, principalmente mediante uma ávida corrida em busca de valorização na órbita financeira. O acirramento da especulação financeira deveu-se fundamentalmente à ocorrência de grande capacidade ociosa no conjunto de empresas que superinvestiram no período do "milagre". Para continuar a geração de lucro, capaz de manter a valorização requerida pelo capital, as empresas em geral buscaram a esfera financeira em detrimento da produtiva. Ou seja, o lucro capitalizável não é valorizado no setor produtivo.

O desestímulo ao investimento produtivo, mais pela recessão que pela inexistência de esquemas exequíveis de financiamento, traduzidos em taxas de juros suportáveis, revigorou o circuito financeiro facilitando, assim, ainda maior crescimento da acumulação financeira vis-à-vis a acumulação de capital produtivo.

De seu ponto de vista, o grande capital bancário, sempre como reação - respondendo inicialmente a incentivos do Governo e posteriormente às injunções do mercado -, organizou-se sob a configuração de multibanco. Essa nova configuração, por seu turno, consolidada a partir dos movimentos de concentração (interbancário) e de conglomeração (intrabancário), convalidou um mercado nacional, agora integrado, de crédito. Os grupos bancários passaram a atuar, enquanto bloco de capital, em todas as possibilidades e esquemas financeiros institucionais prevalecentes, num mercado plenamente

integrado, tanto em termos espaciais como setoriais.

Em suma, portanto, no Brasil não há mais intermediação financeira convencional - no sentido da especialização, divisão de mercado de dinheiro e de capitais, etc., como proclamava a Reforma. Têm cada vez menos sentido as alusões - que usualmente se faziam até meados dos anos 70 - sobre especialização das instituições financeiras, segmentação do mercado, interconexão dos padrões de referência monetária ou vinculações institucionais entre tipos e formas de endividamento. Neste novo contexto, o banco comercial assume uma posição estratégica junto ao conglomerado, quando passa a ser o supridor da liquidez do multibanco. Vale dizer: os eventuais "estouros" inevitavelmente caem sobre os bancos comerciais, agora revestidos da condição de bancador em última instância.

Por outro lado, a conformação multibancária, ao conferir extrema flexibilidade ao grande capital bancário, decerto atenua os efeitos das adversidades que se impõem ao setor. Tais adversidades, pelo próprio tipo de crise a que está submetida a economia brasileira, cristalizam-se no encarecimento da composição passiva e na deterioração dos ativos de maior peso - ao nível das operações bancárias tradicionais (captação de recursos e concessão de empréstimos).

Um dos principais desvios do setor bancário constitui-se na crescente canalização de empréstimos ao setor público (governos e principalmente empresas estatais). Nos anos 80, ocorre uma inversão das posições: o setor privado, que antes era devedor do setor público, passa à condição de credor; ou seja, as captações de recursos de origem privada estariam sendo crescentemente canalizadas ao setor governamental e empresas estatais, no âmbito da intermediação bancária. Na prática, portanto, está havendo esta-

tização" do crédito bancário, via alocação de empréstimos ao setor público, além das aplicações correntes em títulos da dívida pública. Cabe ressaltar, no entanto, que esta circunstância representa muito mais o efeito de um processo mútuo de seletividade (empresa-banco) encerrado nas suas estratégias de sobrevência face aos riscos crescentes advindos do aprofundamento da crise - das quais os títulos da dívida pública são um importante instrumento.

Outra faceta da evolução do sistema bancário brasileiro está relacionada ao processo de internacionalização do capital em geral, sobreposto ao movimento de transnacionalização bancária. Duas particularidades, neste caso, tomam evidência. De um lado, o avanço relativo das instituições financeiras estrangeiras e "estrangeirizadas", resultante natural do movimento interno de concentração bancária ocorrido e agravado pela persistente política interna de restrição monetária e do crédito bancário, ao lado da amplitude concedida aos esquemas de repasses externos, para os quais os bancos estrangeiros e associados ao capital estrangeiro são mais afeitos. De outro lado, o cada vez mais difícil protecionismo ao capital bancário nacional, frente aos reiterados interesses e pressões de grupos financeiros internacionais (aliás nossos credores) para entrar no setor pesada e diversificadamente.

Na verdade, o sistema financeiro brasileiro, a despeito de ainda manter um elevado índice de nacionalização, em termos de propriedade, atingiu um drástico nível de "estrangeirização" enctetado e nutrido pelas tomadas de empréstimos externos em moedas estrangeiras, repassados internamente ou congelados em depósitos no Banco Central.

Do ponto de vista da estrutura interna, é visível a pujança do padrão organizacional dos grupos bancários brasileiros

e estrangeiros mais antigos: o conglomerado financeiro. Ademais, a lucratividade das instituições financeiras é relativamente elevada, conquanto não seja gerada dominantemente no âmbito das operações de crédito, sobretudo nos anos mais recentes. Neste sentido, como um natural desdobramento, os empréstimos e depósitos bancários vêm gradativamente perdendo importância, enquanto variáveis institucionais, na nova e dominante forma de organização bancária brasileira frete, especialmente, aos impasses impostos pela recessão e pela política creditícia.

Evidencia-se como outra resultante dessa evolução, a descaracterização das agências dos bancos comerciais, que, deixando de ser o local onde o público confiava seus depósitos e recorreria a empréstimos, passam fundamentalmente a agenciar portadores potenciais de recursos valorizáveis e a centralizar a variada oferta de operações e serviços, não apenas financeiros. Chega a ser espantoso o sortimento de "produtos" à venda nas agências dos bancos comerciais, tais como seguros, turismo, planos de aposentadoria e saúde (estes inclusive em grande proliferação), e, até mesmo, aqueles mais vinculados ao ramo bancário, como por exemplo: cartões de crédito, créditos automáticos e cheques especiais ou garantidos.

A disseminação generalizada da rede de agências, por sua vez, corrobora a integração nacional do mercado, permitindo maior maleabilidade na gestão dos recursos, seja no tocante à eficácia nas oportunidades de captação/aplicação, seja pela possibilidade de diluição do risco. Os bancos, assim, procuram estender ao máximo seu raio de ação, almejando não só abranger o mercado nacional como um todo, mas, e principalmente, aumentar sua fatia no disputado espaço urbano das grandes metrópoles, aliás com luxuosas e "atraentes" instalações, não raro situadas nas esquinas mais caras

das grandes cidades brasileiras.

Outrossim, torna-se curioso, parecendo até mesmo contraditório, o fato de, em simultâneo à subida da taxa de juros, cair o spread bancário. Isto indicaria, com efeito, uma valorização fictícia patrimonial dos bancos. Na verdade, por um lado, os bancos, neste contexto, apenas mediam e potencializam diferenciais de ganhos, não raro favoráveis aos "rentistas" (aplicadores). De outra parte, o mais importante está relacionado ao giro da liquidez; ou seja, não basta avaliar sua viabilidade pelo lado dos spreads: um grande banco, de extensa penetração e diversificação, conta com alta (e, sempre que pode, procura aumentar ainda mais) liquidez, a qual permite ganhos no mercado em volume suficiente para cobrir a perda pela diminuição do diferencial entre as taxas praticadas.

Um desdobramento congênito às transformações do sistema financeiro está relacionado à dualidade nos perfis das estruturas bancárias de maior porte. Quanto à sua participação no mercado, os bancos podem ser classificados em varejistas e atacadistas. Os grandes bancos que atuam a varejo ao apresentarem maior dispersão, tendem a dispor de maior volume de recursos pulverizados e a baixar suas margens operacionais de risco; já aqueles que operam por atacado, embora contem em geral com maior risco (sobretudo pelo perigo de eventual alteração brusca na taxa de juros), podem melhor selecionar seus "clientes preferenciais", ao lado de disporem de maior agilidade operacional. Como vemos, então, a dinâmica atual do setor bancário marginaliza inexoravelmente os pequenos bancos, porquanto não concorrem com os grandes bancos varejistas e poderiam facilmente quebrar se adotassem perfil atacadista.

O aspecto central dessa questão é que a diversidade do sistema bancário pode dificultar ou inviabilizar uma reforma glo-

bal, pela impossibilidade de um tratamento homogêneo - ao contrário das condições reinantes na década dos 60. Qualquer mudança nas regras pode favorecer/prejudicar algum grupo de bancos, cujo perfil seja de determinado tipo: captação concentrada em um tipo de ativo financeiro, composição da carteira de títulos com maior/menor participação de títulos da dívida pública, condições estruturais de prazos e rentabilidades ativas e passivas, níveis de "dolarização" de obrigações por empréstimos, etc.

Por fim, fica patente que a concentração, em que pese seus níveis ponderáveis, tende a prevalecer como um movimento irremediável imposto pela concorrência capitalista e mesmo desejável do ponto de vista dos grandes bancos. O maior embaraço refere-se, sem dúvida, ao entrelaçamento dos bancos, tanto na raiz quanto nos "pontos nevrálgicos" da nossa crise econômica.

Como se sabe, a crise financeira que atravessa o País está atada a dois pilares: renegociação da dívida externa e equacionamento do déficit público, este gerado fundamentalmente pelo processo de endividamento interno. Dentre os desdobramentos mais importantes dessa crise destacam-se certamente as elevadíssimas taxas de juros, que inibindo os investimentos em ativos tangíveis não especulativos, obstrui a acumulação produtiva e estimula o movimento da especulação conjugado aos níveis, também elevadíssimos, da inflação.

É sabido, por outro lado, que, se é absolutamente imprescindível um arranjo de caráter duradouro para a questão do endividamento externo - o qual não pode deixar de passar por uma renegociação política -, também é verdade o fato de que o ataque frontal ao déficit público financeiro terá que passar necessariamente por profundas reformas institucionais internas - particularmente nas áreas monetária, financeira e fiscal.

A grande indagação que se pode fazer, neste momento, é como o sistema bancário se colocaria frente às Reformas, e de que maneira a classe dos banqueiros nacionais se posicionaria diante do inevitável contencioso generalizado, a exigir distribuição mais equitativa de perdas e sacrifícios.

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de (1980) - As Financeiras na Reforma do Mercado de Capitais: O Descaminho do Projeto Liberal, Tese de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas(mimeo).

(1985) - Estrutura Patrimonial e Desempenho Financeiro: A Empresa Estatal e a Grande Empresa Privada na Crise Atual. São Paulo, FUNDAP.

ARIDA, Persio (org.)(1983)-Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra .

BACEN, Departamento Econômico (1975) - Política do Governo Adotada no Sistema Financeiro, Brasília.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Relatórios Anuais, vários anos.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Luciano Galvão(1978) - "O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós-Guerra", em Estudos CEBRAP, nº 23, São Paulo.

(1982) - "Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974", em BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a Crise, São Paulo, Editora Brasiliense, pgs. 9-36.

BENNETH, R. (1965) - The Financial Sector and Economic Development. Baltimore, The Johns Hopkins Press.

BRUNHOFF, Suzanne de (1978) -"Circulación Financiera Internacional y Crisis Capitalistas" , Investigación Económica, nº 144, México, abril-junho, pgs.167-183.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1977) - "Reflexões sobre a Crise Atual", em Escrita Ensaio. São Paulo, Ano 1, nº 2, pp.16-27.

CARNEIRO, Dionísio Dias (org.)(1977)- Brasil: Dilemas da Política Económica. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.

CARVALHEIRO, Nelson (1982) - Bancos Comerciais no Brasil 1964/1976 Crescimento e Concentração, Tese de Mestrado apresentada à FEA/USP (mimeo).

CEPAL (1976) - "O Desenvolvimento Recente do Sistema Financeiro da América Latina" em SERRA, José (coord.) América Latina: Ensaios de Interpretação Econômica, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pgs.108-149.

COSTA, Fernando Nogueira da (1978) - Bancos em Minas Gerais-1889 a 1964, Tese de Mestrado apresentada à Unicamp, Campinas (mimeo).

COUTINHO,Luciano Galvão(coord.)(1985)- Proposta para uma Política Industrial no Brasil. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp.

CRUZ, Paulo Davidoff das Chagas (1984) - Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos Setenta, São Paulo, Editora Brasiliense.

EDITORIA ESTRELA ALFA (1972) - História das Instituições Financeiras e sua Contribuição ao Progresso Econômico dos Povos, São Paulo.

EPEA (1966) - Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais, Piano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro.

FAJNZYLBER, Fernando (1971) - Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados - Análise da Experiência Brasileira, Rio de Janeiro, IPEA (Coleção Relatórios de Pesquisa nº 7).

FISHLOW, Albert (1974) - "Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964" em Estudos CEBRAP, nº 7, São Paulo.

FÓRUM GAZETA MERCANTIL (1983) - FMI x Brasil: A Armadilha da Recesão. São Paulo.

GOLDSMITH, Raymond W. (1963) - La Estructura Financiera y el Crescimento Económico, México, CEMLA.

GURLEY, John (1956) - "Financial Intermediaries and the Saving Investment Process", in The Journal of Finance, New York, The American Finance Association, vol.1, nº 2, maio.

____ (1960) - Introduction to a Monetary Economy. Washington, The Brookings Institute.

____ (1968) - "Hacia una Teoría de la Estructura Financiera y el Desarrollo Económico", Estructura y Desarrollo Económico, Buenos Aires, Instituto Torcuato di Tella.

GURLEY, John & SHAW, Edward (1955) - "Financial Aspects of Economic Development", in American Economic Review, Wisconsin, The American Economic Association, vol.45, nº 4, setembro.

HILFERDING, Rudolf (1963) - El Capital Financiero, Madrid, Editorial Tecnos.

HYMER, Stephen (1978) - Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital, Rio de Janeiro, Edições GRAAL.

IBMEC (1972) - Banco Comercial, Rio de Janeiro.

- ____ (1974a) - Bancos de Investimento (Estrutura e Funcionamento)
Rio de Janeiro
- ____ (1974b) - Sistema Financeiro da Habitação, Rio de Janeiro.
- ____ (1977) - Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico.
Rio de Janeiro.
- LESSA, Carlos (1975) - Quinze Anos de Política Econômica, Campinas,
Cadernos UNICAMP nº 4.
- MALAN, Pedro S. & BONELLI, Regis (1976) - "Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70", em Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, IPEA, Agosto, vol.6, nº 2, pp.353-406.
- MAROIS, Bernard (1979) - La Internationalisation des Banques, Paris, Economica.
- MARQUES, Newton Ferreira da Silva (1982) - A Concentração Bancária Brasileira no Período Pós-1964, Tese de Mestrado apresentada ao PIMES/UFPE (mimeo).
- MARX, Karl (1974) - O Capital, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de & PACHECO, Cláudio (1973) - História do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Artenova.
- MICHALET, Charles-Albert (1984) - O Capitalismo Mundial. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- MOURA DA SILVA, Adroaldo (1979) - Intermediação Financeira no Brasil: Origens, Estrutura e Problemas, São Paulo, FEA/IPE/USP (mimeo).
- NOGUEIRA BATISTA JR, Paulo (1983) - Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

PASTRÉ, Oliver (1979) - La Stratégie Internationale des Groupes Financiers Americains, Paris, Economica.

PASTRÉ, Oliver & ANDREF, Vladimir (1981) - "La Génesis de los Bancos Multinacionales y la Expansión del Capital Financiero Internacional", in LICHTENSTEJN, Samuel & ESTÉVEZ, Jaime (compiladores): Nueva Fase del Capital Financiero, México, Editorial Nueva Imagen, pgs. 49-101.

PERDIGÃO, Luis Antonio (1983) - Conglomerados Financeiros: Análise de seu Desempenho no Brasil, Rio de Janeiro, IBMEC.

POLAKOFF, Murray E. (1970) - Financial Institutions and Markets. Boston, Houghton Mifflin Company.

POSSAS, Mario Luiz (1977) - Estrutura Industrial Brasileira: Base Produtiva e Liderança dos Mercados (1970). Tese de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas (mimeo).

RANGEL, Ignacio (1963) - A Inflação Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.

SOCHAZESKI, Antonio Claudio (1980) - Financial and Economic Development of Brazil 1952-1968, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Londres (mimeo).

SUZIGAN, Wilson (1978) - Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Série Monografias, nº 28.

TAVARES, Maria da Conceição (1975) - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 4ª edição.

(1983) - "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente", em BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (org.): Desenvolvimento Ca-

- pitalista no Brasil nº 2: Ensaios sobre a Crise, São Paulo , Editora Brasiliense, pgs.107-138.
- TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, Maurício Dias(org.)- (1982)-A Economia Política da Crise: Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira. Rio de Janeiro, Vozes/Achiamé.
- TEIXEIRA, Natermes G. (1979) - Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, Coleção Técnica nº 3, ABDE/CEBRAE/BNDE.
- _____ (1983) - El Sistema Financiero de Brasil y su Internacionalizacion. Buenos Aires, Centro de Economía Transnacional.
- TOBIN, J. & HESTER, D. (1967) - Financial Markets and Economic Activity, Nova Iorque, John Wiley.
- UNITED NATIONS CENTRE ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS (1981) - Transnational Banks: operations, strategies and their effects in developing countries, New York.
- VERNON, Raymond (1977) - Tempestade sobre as Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- WELLS, John (1973) - "Eurodólares, Dívida Externa e o Milagre Brasileiro", em Estudos CEBRAP nº 6, São Paulo.

A N E X O

A N E X O

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CUJOS DADOS FORAM PROCESSADOS NO SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO. NAS OBSERVAÇÕES SÃO INDICADOS OS ANOS EM QUE OS DADOS COMEÇAM A SER INCLUÍDOS (i) OU DEIXARAM DE SER INCLUÍDOS (f), DENTRO DO PERÍODO DA PESQUISA (1979 - 1984)

Instituições Financeiras	Observação
1. Bancos Comerciais	
Agrimisa S.A.	
Agrobanco - Banco Agropecuário S.A.	
Amazônia S.A.	
América do Sul S.A.	
Antonio de Queiroz S.A.	
Auxiliar S.A.	
Bamerindus do Brasil S.A.	
Banca Commerciale Italiana	
Bandeirantes S.A.	
Boavista S.A.	
Bozano Simonsen S.A.	
Brasil S.A.	
Brasileiro Comercial S.A.	
Brasileiro de Descontos S.A.	
Brasileiro Iraquiano S.A.	1982 (i)
Centrobanco S.A.	1982 (i)
Cidade de São Paulo S.A.	
Citibank N.A.	1983 (f)
Comércio S.A.	
Comércio e Indústria de São Paulo S.A.	1983 (f)
Crédito Comercial S.A.	
Crédito Real de Minas Gerais S.A.	
Crédito Real do Rio Grande do Sul S.A.	
Crédito Sergipense S.A.	
Deutsche Bank Aktiengesellschaft	
Digital S.A.	1983 (i)
Econômico S.A.	
Estado do Acre S.A.	
Estado de Alagoas S.A.	
Estado do Amazonas S.A.	
Estado da Bahia S.A.	
Estado do Espírito Santo S.A.	
Estado de Goiás S.A.	
Estado do Mato Grosso S.A.	
Estado de Minas Gerais S.A.	
Estado do Pará S.A.	
Estado do Paraná S.A.	
Estado de Pernambuco S.A.	
Estado do Piauí S.A.	
Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
Estado do Rio de Janeiro S.A.	
Estado de Santa Catarina S.A.	
Estado de São Paulo S.A.	
Estado de Sergipe S.A.	
Europeu para a América Latina S.A.-BEAL	

Instituições Financeiras	Observação
1. Bancos Comerciais (continuação)	
Expansão S.A.	1981 (f)
Exterior de Espanha	1981 (i)
F.Barretto S.A.	
Fenícia S.A.	
Financial S.A.	1983 (f)
Financial Português	
Francês e Brasileiro S.A.	
Geral do Comércio S.A.	
Hispano Americano S.A.	1981 (i)
Holandês Unido S.A.	
Induscred S.A.	
Industrial e Comercial S.A.	
Industrial de Pernambuco S.A.	
Inter-Atlântico S.A.	
Iochpe S.A.	1981 (i)
Itamarati S.A.	
Itaú S.A.	
Lar Brasileiro S.A.	
Lloyds Bank International Limited	
Maisonnavé S.A.	
Mercantil do Brasil S.A.	
Mercantil de Crédito S.A.	
Mercantil de Descontos S.A.	
Mercantil de Pernambuco S.A.	
Mercantil de São Paulo S.A.	
Mineiro S.A.	1981 (f)
Mitsubishi Brasileiro S.A.	
Nación Argentina	
Nacional S.A.	
Nacional de Crédito Cooperativo S.A.	
Nacional do Norte S.A.	
Nações S.A.	
N.M.B. Bank - Sudamericano	
Nordeste do Brasil S.A.	
Noroeste S.A.	
Parnaíba S.A.	
Pinto de Magalhães S.A.	
Popular de Fortaleza S.A.	
Produção S.A.	
Produção e Comércio S.A.	1980 (f)
Progresso S.A.	
Província de Buenos Aires	1980 (i)
Real S.A.	
Real de São Paulo S.A.	1982 (f)
Regional S.A.	1980 (f)
Regional de Brasília S.A.	
República Oriental del Uruguay	1980 (i)
Rio de Janeiro S.A.	1983 (i)
Rural S.A.	
Safra S.A.	
Santander S.A.	1982 (i)
Sogeral S.A.	
Sudameris do Brasil S.A.	
Sul Brasileiro S.A.	

Instituições Financeiras	Observação
1. Bancos Comerciais (continuação)	
Sumitomo Brasileiro S.A.	
The First National Bank of Boston	
Tokyo S.A.	
União de Bancos Brasileiros S.A.	
Union	
Valbrás S.A.	1982 (f)
2. Bancos de Investimento	
Aymoré de Investimentos S.A.	
Bahia Investimentos S.A.	
Bamerindus de Investimento S.A.	
Bandeirantes de Investimentos S.A.	
Banerj - Investimentos S.A.	
Banorte - Banco de Investimento S.A.	
Boavista de Investimento S.A.	
Bozano, Simonsen de Investimento S.A.	
Bradesco de Invesstimento S.A.	
Brasilinvest - Investimentos S.A.	1984 (f)
Comind - Banco de Investimento S.A.	
Crefisul de Investimento S.A.	
Denasa de Investimento S.A.	
Econômico de Investimento S.A.	
Financeiro e Industrial de Investimento S.A.	
Finasa de Investimento S.A.	
Inter-Atlântico de Investimento S.A.	
Investimento América do Sul S.A.	
Investimento do Brasil S.A.	
Investimento Credibanco S.A.	
Investimento Sul Brasileiro S.A.	
Investimento B.C.N. S.A.	
Investimentos Garantia S.A.	
Investimentos Lar Brasileiro S.A.	
Iochpe de Investimento S.A.	
Itaú de Investimento S.A.	
London Multiplic S.A. de Investimento	
Maisonnave de Investimento S.A.	
Mercantil de Investimentos S.A.	
Montreal Investimento S.A. - Montrealbank	
Nacional de Investimentos S.A.	
Noroeste de Investimentos S.A.	
Real de Investimento S.A.	
Safra de Investimentos S.A.	
Valbrás de Investimento S.A.	
3. Companhias de Crédito, Financimento e Investimento	
Agrimisa Financeira S.A. - Crédito e Investimento	
Aliança S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Âmbar S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Anchieta S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Aplik - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Auxilium S.A. - Financ. Créd. e Investimento	
B.M.G. Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	

Instituições Financeiras	Observação
3. Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento	
Bamércio S.A. - Créd.Financ. e Investimento	1981 (i)
BamerIndus S.A. - Financ. Créd. e Investimento	
Bandepe - Créd.Financ.e Investimentos	
Baneb - Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	1980 (i)
Banerj - Créd.Financ. e Investimento	1981 (i)
Banespa S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Banestado S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Banestes - Créd.Financ. e Investimento	
Banorte S.A. - Créd. Financ. e Investimento	
Banrisul Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Bantrial S.A. - Créd. Financ. e Invetimento	
Battistella Crédito Financiamento e Investimentos	
Baú Financeira - Créd.Financ. e Investimentos	
BEC - Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimentos	
BEG - Cia.Créd.Financ. e Investimento	
Besc Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Boavista - Créd.Financ. e Investimento	
Boston Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Brasilinvest - Créd. Financ. e Investimento	1983 (i)
Buri S.A. - Crédito, Financ. e Investimento	
Cédula S.A. - Créd. Financ. e Investimento	
Cia.América do Sul - Créd.Financ. e Investimento"Creasul"	
Cia.Aymoré de Créd.Financ. e Investimento	
Cia.Bandeirantes - Créd.Financ. e Investimento	
Cia.Financ.Mappin São Paulo - Créd.Financ.e Investimento	
Cia.Itaú de Inv.Créd. e Financeira	
Cia.Produtora de Créd.Financ. e Investimento	1982 (f)
Cia.Real de Investimento - Créd.Financ. e Investimento	
Cia.Tozan de Créd.Financ. e Investimento "Creditozan"	
Cidade de São Paulo - Créd.Financ. e Investimento	
Citibank - Créd.Financ. e Investimento	
Comind Financeira S.A. - Créd.Financ.e Investimento	
Comper - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Coroa S.A. - Créd.Financ. e Investimento	1983 (f)
Costa Leste Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Credireal Financeira S.A.	
Crefisa - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Crefisul S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Digital - Créd.Financ. e Investimento	
Direção - Créd.Financ. e Investimento	1984 (i)
Econômico S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
F.Barreto - Créd.Financ. e Investimento	
Fenícia S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Fiança - Cia. de Créd.Financ. e Investimento	
Fiat Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Ficsa - Créd.Financ. e Investimento	
Financeira BEMGE S.A.- Créd.Financ. e Investimento	
Financeira Geral do Comércio S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Financeira Lar Brasileiro S.A.- Créd.Financ. e Investimento	
Financ. das Nações - Cia.Nac. de Fin.Créd. Investimento	
Financiadora BCM S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Financiadora Bradesco S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Financiadora Mesbla S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Financ.General Motors S.A.- Créd.Financ. e Investimento	1981 (i)
Financiadora Progresso -Inv.Créd.Financ.	
Financiadora Volkswagen S.A. - Créd.Financ.Investimento	
Financial Bragança - Cia.de Créd.Fin. e Investimento	
Finansinos S.A. - Créd.Financ. e Investimento	1983 (f)

Instituições Financeiras	Observação
3. Companhias de Crédito, Financ. e Inv. (continuação)	
Finasa - Créd.Financ. e Investimento S.A.	
Fina-Singer S.A. - Financ.Créd. e Investimento	
Fininvest S.A. - Financ.Créd. e Investimento	
Ford Financiadora S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Francred S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Guarany - Crédito, Financ. e Investimento	
HM Financiadora S.A. - Créd. Financ.Investimento	1981 (i)
Hércules S.A. Créd.Financ. e Investimento	
Interbens - Créd.Financ. e Investimento	1982 (f)
Intervest S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Investcred S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Iochpe S.A. - Créd.Financ. Investimento Icrefi	
Itamarati S.A. - Créd. Financ. e Investimento	1981 (i)
Lavra - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Lojicred Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
London Multiplic S.A. - Créd.Financ. Investimento	
Losango S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Lundgren S.A. - Créd.Financ. e Investimento	1980 (i)
Madel Malcon S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Maisonnave S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Martinelli S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	
Mercantil de Crédito-Créd.Financ.e Investimento	1983 (i)
Minas Investimentos S.A. - Créd.Financ.	
Montrealbank Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Noroeste S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Novo Rio - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
OK Benfica - Cia.Créd.Financ. e Investimento	1983 (i)
Pão de Açúcar - Créd.Financ. e Investimento	
Paraná Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Pecúnia S.A.- Créd.Financ. e Investimento	
Pernambucanas Financ.S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Rural Financeira S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Safra - Créd.Financ. e Investimento S.A.	
Savena S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Sé - Créd.Financiamento e Investimento	1981 (f)
Sibisa - Créd.Financ. e Investimento	
Sinal S.A. - Soc.Nacional - Créd.Financ. e Investimento	
Sofisa S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Sudameris - Cia.de Créd.Financ.e Investimento	
Sul América - Créd.Financ.e Investimento	1983 (i)
Sul Brasileiro S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
Ultracred S.A. - Créd.Financ. e Investimento	
União financeira - Créd.Financ. e Investimento	1981 (f)
Unibanco Financeira S.A.	
Zogbi S.A. - Créd.Financ. e Investimentos	